

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Danielli Vieira

“VIVENDO NO VENENO”:
Análise de Narrativas Contadas por Jovens sobre Homicídios em SC

Florianópolis

2009

Danielli Vieira

“VIVENDO NO VENENO”:

Análise de Narrativas Contadas por Jovens sobre Homicídios em SC

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Theophilos Rifiotis

Florianópolis

2009

Danielli Vieira

“VIVENDO NO VENENO”:

Análise de Narrativas Contadas por Jovens sobre Homicídios em SC

Aprovado em 28 de julho de 2009

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Theophilos Rifiotis (UFSC)

Prof^a. Dr^a. Vânia Z. Cardoso (UFSC)

Prof^a. Dr^a. Marisa Feffermann (USP)

*Dedico este trabalho aos meninos que
compartilharam suas histórias sobre mortes e
vidas.*

AGRADECIMENTOS

À minha família:

Obrigada pai e mãe por todo ensinamento, cuidado, carinho e ajuda. Obrigada Gra e Clé, por estarem sempre ao meu lado. Obrigada Karla, Lelê, Jesuana e Fernandinha – minhas irmãs do coração. Obrigada Isadora, você é o “docinho” da vida da tia! De forma especial, obrigada Thiago por seu amor e companheirismo, por sua paciência e escuta, por sua generosidade e interlocução. A vocês, todo o meu amor, sempre.

Aos que participaram da minha formação:

Obrigada Professor Theophilos pela orientação e por sua participação em minha formação ao longo desses seis anos de trajetória na pesquisa. Agradeço também aos membros do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, em especial aos professores e aos meus colegas da turma 2007.2. Agradeço ao CNPQ, pelos 17 meses de bolsa. Obrigada Tiago Hyra e Tatiana Dassi pela leitura atenta da dissertação e por suas sugestões. Obrigada professora Sônia W. Maluf por sua colaboração na banca de qualificação do projeto. Muito obrigada professora Vânia Z. Cardoso por sua participação nas bancas de qualificação e de defesa. Muito obrigada também professora Marisa Feffermann, por aceitar compor a banca de defesa da dissertação.

Aos que colaboraram na revisão do trabalho:

Obrigada Luciana Luz Bayer pela revisão do Abstract. Obrigada Paula Pinhal de Carlos pela revisão ortográfica.

Aos que tornaram a pesquisa viável:

Agradeço aos coordenadores das instituições nas quais a pesquisa foi realizada pela abertura e mediação. Em especial, sou grata à Maria e ao Marcelo (nomes fictícios), os dois pedagogos que acompanharam a pesquisa nas instituições.

Aos que ajudaram a construir essa dissertação:

Agradeço, especialmente, a todos os meninos que compartilharam comigo histórias de mortes e de vidas, “sem palavras” mesmo. Tenho-os em meu coração.

"Mas escuta só, guerreiro. E conheça o meu passado.
Tinha drogas, dinheiro e andava sempre ligado.
Na noite, na calada, andando encanhãozado.
Mas por isso estou aqui. Mais um favelado.
Antigo guerrilheiro que agora tá trancado"

(Ângelo)

RESUMO

Esta dissertação consiste em uma análise de narrativas sobre homicídios que envolvem jovens em Santa Catarina. Nas últimas décadas o universo de homens com idades de 15 a 24 anos concentra a maior parte de vítimas nas situações de homicídio no Brasil. Os interlocutores da pesquisa são jovens que se encontravam em regime de “privação de liberdade” (internação) para o cumprimento de medidas socioeducativas. No tocante a perspectiva teórica, foca-se a dimensão vivencial das situações nomeadas como “violências”. Trata-se de uma maneira de pensar os homicídios praticados entre jovens a partir dos sujeitos sociais que emergem nas narrativas. Os interlocutores descreveram alguns casos de homicídios como “justificáveis”, passíveis de explicação e outros como “sem motivos”. Nas histórias sobre mortes, os sujeitos falaram também sobre suas próprias vidas no contexto do tráfico de drogas: a nada fácil “vida fácil”, os altos e baixos, o risco constante, a relação com a morte, as situações em que “é matar pra não morrer”. Em um âmbito mais geral, o diálogo entre teoria e dados etnográficos permitiu situar as vidas desses jovens como vidas: “arriscadas”, “desperdiçadas”, “matáveis”, vividas “no veneno”.

Palavras-chave: Violências. Narrativas. Juventudes. Antropologia Urbana.

ABSTRACT

This dissertation analyses narratives about homicides involving young people in Santa Catarina. In recent decades, the population of men aged 15 to 24 years are the majority of victims in cases of homicide in Brazil. Research participants are young people who have been on "deprivation of liberty" for the fulfillment of social and educational measures. This dissertation has as its main theoretical focus the dimension of live experiences in situations currently named as "violence." This is an approach which focuses on youth homicide starting from the social subjects who emerge in the narratives. The interlocutors find a few cases of killings as "justifiable", and consider some as being "without reason". In narratives involving homicides, subjects mention their involvement with drug dealing: the not so easy "easy life", the ups and downs, the constant risk, their relationship with death, the situations in which you kill not to die. In a more general framework, the dialogue between theory and ethnographic data has put the lives of these young people as "risky", "wasted", "bare", lived "in the poison" ("no veneno").

Keywords: Violence. Narratives. Youth. Urban Anthropology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 EM BUSCA DOS SUJEITOS: OS CAMINHOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS E O ENCONTRO COM OS INTERLOCUTORES	14
1.1 JUVENTUDES E VIOLÊNCIAS.....	15
1.1.1 Juventudes nas Ciências Sociais.....	16
1.1.2 O que os “Moleques” Contam sobre Juventudes?.....	18
1.1.3 “Juventude” e Criminalidade no Brasil.....	21
1.1.4 Jovens em Situação de Privação de Liberdade: Dados Nacionais e de SC.....	25
1.2 A DIMENSÃO VIVENCIAL DAS VIOLÊNCIAS E O ENCONTRO COM OS MENINOS.....	28
1.2.1 Os Caminhos Teóricos	29
1.2.2 O Trabalho de Campo.....	33
1.2.3 O “Encontro” com os Meninos.....	45
1.3 NARRATIVAS PARA “CONTAR” AS VIOLÊNCIAS.....	48
1.3.1 As Narrativas na Antropologia.....	48
1.3.2 Narrativas para “Contar” as Violências.....	50
1.3.3 Contexto de Produção das Narrativas.....	53
CAPÍTULO 2 “TENHO MUITAS HISTÓRIAS PRA CONTAR”: AS NARRATIVAS SOBRE HOMICÍDIOS	55
2.1 OS PONTOS DE VISTA NARRATIVOS: O “ENVOLVIMENTO” E A “MUDANÇA DE VIDA”.....	55
2.1.1 Uso de Drogas e Inserção no Narcotráfico.....	56
2.1.2 As Transformações no Sujeito e a Questão de “Mudar de Vida”.....	66
2.2 AS NARRATIVAS SOBRE HOMICÍDIOS E AS CATEGORIAS DE SUJEITOS.....	74
2.2.1 “Quem não corre pelo certo passa mal” x “O sujeito-homem”	75
2.2.2 “É Matar pra Não Morrer”	83
2.2.3 Zé Malucão e outros “malucos”.....	86
2.2.4 “Estou aqui pra contar a história do meu amigo que morreu inocente”.....	89
2.3 OUTRAS HISTÓRIAS: LATROCÍNIOS, MORTES POR “BOBIÇAS” E “MORTE EM FAMÍLIA”.....	91
CAPÍTULO 3 “VIVENDO NO VENENO”	94
3.1 “É SÓ VENENO”: NARRAR PARA DESABAFAR.....	94
3.1.1 Querer Contar... Contar para Desabafar.....	94
3.1.2 Função “Terapêutica” da Narração.....	98
3.1.3 O “Veneno”.....	100
3.2 VIDA NO “MUNDO DO CRIME”.....	102
3.2.1 Vida Fácil?.....	103
3.2.2 “Vidas Arriscadas”, “Vidas Matáveis”, “Vidas Desperdiçadas”.....	105
3.3 SOBRE MORALIDADES.....	110
3.3.1 “Por Mais que Esteja no Mundo do Crime, mas Certo é Certo, né”.....	112
3.3.2 Comensurabilidade dos “Mundos”.....	115
3.3.3 “Mundo do Crime” como mundo da experiência.....	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	125
ANEXOS	132

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação são analisadas narrativas que versam sobre homicídios que envolveram jovens em Santa Catarina¹. O “interesse de conhecimento” (WEBER, 1983) em relação a essa questão foi fruto do encontro de preocupações políticas e teóricas. Descrevo primeiramente dados que se referem às taxas de homicídios sofridos pela população jovem no Brasil. De acordo com o *Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros* (WASELFISZ, 2007), de 1994 a 2004, tais homicídios saltaram de 11.330 para 18.599, com aumento decenal de 64,2%. O universo de jovens com idades de 15 a 24 anos concentra a maior parte de vítimas nas situações de homicídio no Brasil. Com maior intensidade do que na população total, 96,7% das vítimas entre os jovens são homens. Além disso, da mesma forma que no total de homicídios, mas com maior intensidade ainda, existem entre os jovens 83,1% a mais de vítimas negras do que de vítimas brancas. Quatorze municípios de SC figuram entre os 10% de municípios com maiores taxas de homicídio na população jovem do país. Entre 2002 e 2004, a taxa média foi de 64,9 homicídios por cem mil habitantes da faixa etária no Estado e o índice de vitimização dos jovens em 2004 foi de 99,2%. De acordo com Luis Eduardo Soares (ATHAYDE; BILL; SOARES, 2005), dados como esses indicam uma situação alarmante que já vem marcando a própria estrutura demográfica do país: há um déficit de jovens na sociedade brasileira – fenômeno só verificado nas estruturas demográficas de sociedades que estão em guerra.

Trata-se então de um problema social gravíssimo, do qual a produção de conhecimento acadêmico não pode se esquivar. Entretanto, como discutirei ao longo deste trabalho, o campo de estudos sobre fenômenos denominados como “violência” carece de modelos analíticos que extrapolem os discursos sociais presos à visão de mundo moderna, pautada nas idéias de racionalidade e progresso. A “violência” é representada como um domínio da experiência social, que permeia as brechas da crise da modernidade e a busca de alternativas de interpretação para a sociedade contemporânea, marcada pelos conflitos e pela chamada “violência urbana” (RIFIOTIS, 1997; 1999). Os modelos interpretativos que situam a “violência” como resquício do passado, como negação da sociabilidade, colocam o

¹ Mantenho a tipificação penal “homicídios” por ser o termo corrente para definir a morte de uma pessoa praticada por outra. Entretanto, neste trabalho, as situações de homicídios não são “lidas” sob o ponto de vista criminal ou jurídico, mas pela perspectiva da interpretação antropológica de narrativas vivenciais acerca dessas situações.

problema para fora do âmbito da produção social. Os agentes de “violências” também são encarados como “desviantes”, “anormais”, “monstros”, como “antissociais”. Esse tipo de postura leva ao obscurecimento do fato de que a reprodução de diversas situações de “violências” que marcam o mundo contemporâneo está muito imbricada com estruturas sociais do nosso tempo. Nesse sentido, para a realização desta dissertação, procurou-se fundamentação teórica em modelos de cunho mais analítico, construídos a partir das práticas e experiências dos sujeitos que vivenciam situações de violências. Daí o foco na dimensão vivencial, porém sem desconsiderar os processos sociais mais amplos que envolvem tais situações.

A seleção da questão dos homicídios juvenis como objeto de investigação deu-se também como consequência da minha trajetória nas Ciências Sociais. O campo de estudos das violências tem sido o eixo da minha formação. A pesquisa na área teve início na experiência de Iniciação Científica em 2003, orientada pelo professor Theophilos Rifiotis, tendo continuidade na realização do Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Sociais, em 2006,² acerca dos discursos e de outras formas de expressão de crianças de uma comunidade popular de Florianópolis a respeito das violências (especialmente as decorridas do narcotráfico). Durante a pesquisa de campo para o T.C.C., um dos elementos que me chamou a atenção foi o fato de que eram os meninos que falavam sobre os eventos e os assuntos relacionados às violências. Eles demonstravam ter mais familiaridade com as dinâmicas e os vocabulários relacionados ao narcotráfico. A partir daí, a intenção inicial em relação à dissertação dirigia-se à questão da relação entre masculinidades e violências. Procurei amadurecer essa idéia e questionei-me se o estabelecimento de tal pressuposto antes da pesquisa poderia limitar e domesticar demasiadamente meu olhar.

Optei então por construir a problemática de modo que o foco recaísse nos elementos enfatizados pelos próprios sujeitos em suas narrativas, bem como nas relações por eles tecidas para dar sentido aos homicídios entre jovens. Trata-se de uma maneira de pensar o fenômeno dos homicídios praticados entre jovens a partir dos sujeitos sociais que emergem nas narrativas. Dessa forma, as narrativas dos sujeitos constituíram a principal ferramenta metodológica para o acesso às atribuições de sentido dos interlocutores em relação às suas vivências.

Para ouvir narrativas sobre homicídios entre jovens, contei com a participação de alguns que tinham muitas histórias desse tipo para contar. Os interlocutores da pesquisa de

² O trabalho recebeu menção honrosa no Prêmio ABA/Ford de Direitos Humanos, edição 2006, e foi publicado pela Associação Brasileira de Antropologia. Ver Vieira, 2006.

campo foram dezesseis jovens (de 13 a 18 anos), do sexo masculino, que se encontravam em instituições de caráter de “privação de liberdade” (internação) para o cumprimento de medidas socioeducativas.³ A pesquisa foi realizada em três instituições do Estado de Santa Catarina. Desde já esclareço que não aparecerão neste trabalho os nomes verdadeiros das cidades, das instituições e dos interlocutores. Tal procedimento faz-se necessário para resguardar as identidades dos interlocutores, posto que a associação entre as histórias contadas e as pessoas que as narram poderia prejudicar os interlocutores ou terceiros. O sigilo das identidades foi garantido aos jovens que participaram da pesquisa e eles mesmos escolheram seus nomes fictícios. É preciso salientar, desde já, que a interação com os jovens deu-se em um contexto muito peculiar (instituições de internamento). Como problematizarei no primeiro capítulo a relação construída com eles, as suas falas devem ser pensadas com a consideração desse contexto.

Algumas das histórias que ouvi ainda não tinham sido contadas a ninguém. Todos os interlocutores falaram sobre suas próprias vidas, compartilharam narrativas sobre mortes entre jovens e também sobre seus sentimentos, seus valores, suas moralidades, seus sofrimentos. Os interlocutores trouxeram um “material” muito denso, muito precioso para a reflexão: seus sentidos para suas trajetórias de vida e para as mortes entre jovens que presenciaram. Da nossa parte, há a tentativa de situar essas histórias pessoais em um contexto mais amplo, que liga esses jovens entre si e que permite visualizá-los em relação à sociedade em geral, em relação ao sentido social dessas experiências.

Passo agora a uma breve apresentação dos capítulos que compõem esta dissertação. No primeiro capítulo, encontra-se a discussão das questões teóricas e metodológicas que permearam a pesquisa - violências, juventudes e narrativas -, bem como a apresentação do “encontro etnográfico” com os interlocutores. Teoria e trabalho de campo são abordados conjuntamente, pois estou de acordo com a perspectiva segundo a qual é a partir da relação entre eles que se produz o conhecimento antropológico. As narrativas sobre homicídios e sua análise estão contempladas no capítulo 2. Nesse último são também apresentados os principais “ponto de vista” a partir dos quais os interlocutores contaram as histórias. O capítulo 3 é dedicado à discussão de questões importantes que emergiram durante o trabalho de campo: o tom de “desabafo” que prevaleceu na interação com os interlocutores; a categoria “veneno”; a nada fácil “vida fácil” no “mundo do crime”; valores e moralidades.

³ No capítulo 1, justifico a seleção desse grupo para a interlocução, bem como explico melhor o que são essas instituições.

Espero que as histórias dos interlocutores, bem como sua análise, possam contribuir para ampliar o debate teórico sobre modelos de interpretação das violências mais próximos às experiências sociais. E que, além disso, as reflexões suscitadas possam ter desdobramentos no âmbito político. Quando falo em âmbito político penso não apenas no nível das políticas públicas (de Estado), mas também nas micro-políticas do cotidiano. Gostaria que a leitura deste trabalho, pudesse tornar mais “próximas” algumas dimensões das vidas dos interlocutores de forma que eles não fossem vistos como “menores infratores” ou mesmo como “adolescentes em conflito com a lei”, mas como o Bob, o Ângelo, o Wesley e assim por diante - pessoas com histórias de vida, ambivalências, projetos, sofrimentos.

CAPÍTULO 1 EM BUSCA DOS SUJEITOS: OS CAMINHOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS E O ENCONTRO COM OS INTERLOCUTORES

Apresento neste primeiro capítulo caminhos e encontros, estradas e bifurcações. Os caminhos teóricos e metodológicos são descritos juntamente com os encontros etnográficos, posto que ambos se constituem mutuamente no âmbito da Antropologia. Perpassam também essa descrição as implicações éticas e políticas presentes no campo de estudos sobre violências e juventudes. Nesses termos, a etnografia é pensada menos como um conjunto de técnicas e mais como uma forma de observação, de escuta e de escrita (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998), que pressupõe um constante diálogo com as teorias que informam a pesquisa. A pesquisa etnográfica depende também da biografia do pesquisador e do momento em que se encontra a história da disciplina.

No momento atual, o desafio é acreditar que o “trabalho do antropólogo” tem lugar numa época em que a parcialidade dos nossos construtos é reconhecida e explicitada (CLIFFORD, 1986) e na qual se tem que lidar com a fragmentação dos sujeitos, dos processos sociais e da própria disciplina. A partir da década de 1960, por questões históricas e mudanças nas relações entre pesquisadores e grupos “pesquisados”, as discussões acerca da especificidade e natureza do conhecimento antropológico deslocaram-se da questão de se ter um objeto específico: a alteridade, o outro exótico, o não ocidental - para a forma de abordagem da disciplina. Nesse contexto, muitas autoras (MOORE, 1999; ORTNER, 1984; PEIRANO, 1997) sugeriram que o que distingue a produção de conhecimento antropológico é a necessária e, por vezes, tensa, relação entre a teoria e a empiria, ou seja, os dados etnográficos.

Assim sendo, neste capítulo o objetivo é discutir as questões teóricas e metodológicas que permearam a pesquisa, quais sejam, violências, juventudes e narrativas, bem como o “encontro etnográfico” com os interlocutores: jovens que cumpriam medida “socioeducativa” de internação (privação de liberdade) por prática de ato infracional. Vale salientar, desde já, que os termos violências e juventudes se encontram no plural não apenas por abrangerem um conjunto de experiências muito diversificadas, mas porque são noções que, no singular, retiram a dimensão dos sujeitos sociais e das suas vivências. Como será desenvolvido mais adiante, “violência” e “juventude” são constituídas como representativas de uma idéia mais geral de “crise social”, de “problema”. Tais noções funcionam também como “ícones” sociais,

na medida em que traduzem uma série de percepções sobre o mundo contemporâneo, mas que pouco dizem sobre si mesmas como categorias analíticas.

1.1 JUVENTUDES E VIOLÊNCIAS

Como disse na introdução, durante a construção da pesquisa busquei não inferir antecipadamente as relações que se estabelecem entre o fenômeno dos homicídios e os marcadores sociais da diferença, como gênero, etnia e geração, já que o foco estava nas narrativas de sujeitos que compartilhavam certo tipo de experiência social e, conseqüentemente, seus recortes e ênfases. Os interlocutores, entretanto, eram jovens do sexo masculino, que foram selecionados a partir da constatação da elevada mortalidade desse grupo em situações de homicídios em relação à população geral do país. Sabe-se que os jovens de 15 a 24 anos, em sua maioria, pobres e negros, são os mais vitimados (WAISELFISZ, 2007). Muitos jovens também estão matando outros jovens, porém, a maioria dos crimes contra a vida são perpetrados por pessoas com mais de 18 anos⁴. Quais mecanismos atuam na “invisibilização” dessa situação de genocídio no país e, ao mesmo tempo, na “visibilização” do jovem pobre como “perigoso”, “delinqüente”? Como tem sido abordada a temática da juventude e sua relação com situações de conflito social e violências na produção de conhecimento sócio-antropológico? Essas questões, dentre outras, permeiam a discussão realizada nesta seção. Inicio com as abordagens acerca da juventude nas ciências sociais e com a discussão sobre juventude e criminalidade no Brasil. Nos subitens 1.1.3 e 1.1.4, apresento elementos para se pensar as especificidades da condição juvenil vivenciada pelos adolescentes em situação de internamento, a partir de alguns dados estatísticos nacionais e estaduais e do diálogo estabelecido com os sujeitos desta pesquisa.

⁴ Em http://www.sbp.com.br/show_item2.cfm?id_categoria=52&id_detalhe=1385&tipo=D pode ser encontrado o trabalho de Gomes com dados sobre a questão. Ver também os trabalhos de Maria Helena Zamora, disponíveis também em meio digital: http://www.fundamentalpsychopathology.org/8_cong_anais/MR_378c.pdf; www.abrapso.org.br/regionalrio/Adolescente.ppt

1.1.1 Juventudes nas Ciências Sociais

A concepção de “juventude”, assim como a de infância e adolescência, é variável tanto cultural como historicamente⁵. Na área de Etnologia trabalha-se, por exemplo, com categorias mais gerais como geração, grupos etários e ciclo vital, que dão conta de variadas formas de constituição de diferenciação social por meio dos segmentos etários.⁶ De acordo com Helena Wendel Abramo (1994), a noção de juventude aparece como categoria especialmente destacada nas sociedades industriais ocidentais modernas, pois surge como um problema da modernidade. A autora mostra que o interesse pela juventude se deu na medida em que certos setores juvenis pareciam problematizar o processo de transmissão das normas sociais. No início do século XX, a visibilidade da juventude e sua problematização teórica constroem-se através do surgimento de comportamentos considerados, na época, como “desviantes” - o foco eram grupos de jovens denominados *delinquentes*, *excêntricos* ou *contestadores*. Nesse contexto, a própria juventude como condição apareceu como um problema social. Durante todo o século XX, as questões da delinquência, da rebeldia e da revolta permaneceram chaves na problematização acerca da juventude. Paralelamente foi se estruturando uma caracterização da “juventude normal”, mas que não deixa de conter elementos que a definem como uma condição que guarda, sempre, em potência, descontinuidade e ruptura das regras sociais. Seguindo esse argumento, Abramo aponta então algumas características que seriam próprias da condição da juventude: transitoriedade (preparação para o ingresso na vida social adulta); definição, marcada, sobretudo, pela negatividade (vir a ser) ou pela indeterminação, e não por um conteúdo preciso; transição que inclui a idéia de suspensão da vida social (liminaridade), dada principalmente pela necessidade de um período escolar prolongado (os jovens estão fora do sistema produtivo e da ordem de interesses constituídos); processo de elaboração de identidades.

Por serem muito gerais, algumas dessas características devem ser problematizadas. Trago, primeiramente, a importante observação de Regina Novaes (2007) sobre a variabilidade da condição juvenil no interior de uma mesma sociedade, em função, por exemplo, da origem social e dos níveis de renda. Além disso, uma condição também diferenciada em relação a desigualdades de gênero, de preconceitos e discriminações que atingem diversas etnias, e também em termos de orientações sexuais, gostos musicais e outras

⁵ Sobre o desenvolvimento histórico do sentimento moderno de infância e juventude, ver o clássico trabalho de Ariès (1981): *História social da criança e da família*.

⁶ Ver, por exemplo, o trabalho de Rifiotis (1995) *Grupos etários e conflito de gerações: base antropológica para um diálogo interdisciplinar*.

formas de pertencimento. É diante da pluralidade de experiências de ser “jovem” é que parece mais adequado falarmos em termos de “juventudes”.

No caso dos interlocutores desta pesquisa, as noções de transitoriedade e de suspensão da vida social devem ser repensadas. Os jovens com os quais conversei, assim como outros jovens de classes populares, apresentam vivências associadas em geral com a condição de vida adulta: necessidade de trabalhar, paternidade e constituição de família. Muitos deles decidem ou precisam romper os laços de dependência financeira e emocional com a família de origem por volta dos 13 anos de idade. A maioria dos sujeitos participantes deste trabalho deixou a escola antes de completar o quarto ano do Ensino Fundamental. Entretanto, mantinham experiências que são consideradas como características da condição juvenil: gosto por música e expressão de identidades via estilo musical (no caso, o *rap*); processos de subjetivação e identificação a partir da relação com os pares; consumo (roupas, tênis, aparelhos eletrônicos) como principal fonte de distinção e reconhecimento social. Ao que parece, eles não deixam de compartilhar muitas das características de sua geração, mas têm demandas, condições e experiências diferentes em relação aos jovens pertencentes a outras classes sociais.⁷

A idéia de suspensão da vida social na juventude, por conta da não participação no sistema produtivo, também deve ser discutida. Atualmente, parte dos jovens permanece um longo período em processo de escolarização e formação para o mercado de trabalho, bem como se estende o período de dependência em relação à família de origem, ou seja, há um deslocamento contínuo do “ponto de maturidade” – entendido aqui como ponto de inserção no mercado de trabalho. Seguindo a noção de suspensão da vida social, pareceria que tal deslocamento configuraria uma extensão do período de suspensão. Entretanto, gostaria de questionar a idéia de suspensão da vida social por não participação do sistema produtivo via dois argumentos. Primeiramente, muitos autores, dentre eles Zygmunt Bauman (2005), têm apontado que, nas sociedades contemporâneas, há um deslocamento da centralidade da produção para o consumo⁸. Vivemos numa “sociedade de consumidores” (BAUMAN, 2005),

⁷ Ver por exemplo a dissertação de Elias Barreiros (2007) que trabalha a questão dos valores – em especial de hierarquia e igualdade – entre jovens de grupos populares. Ele reflete sobre a relação entre valores próprios ao individualismo e à modernidade e valores mais relacionais, ligados aos grupos populares, e o modo como esses dialogam com outros marcadores de diferença e ordenam as práticas dos sujeitos. No capítulo 2, Elias apresenta uma discussão acerca da centralidade do trabalho para tais jovens e o tema da paternidade/maternidade na adolescência é delineado no terceiro capítulo dentro da discussão sobre gênero.

⁸ Maffesoli (2004, p. 14) fala que o trabalho não é mais o valor essencial em tempos nos quais o prometeísmo moderno com seu *homo oeconomicus* vem sendo sucedido pela figura mais complexa de Dionísio com uma reafirmação da pessoa plural. É importante lembrar que os pontos de vista sobre o mundo contemporâneo apresentados por Bauman e por Maffesoli são muito diferentes (de um lado severa crítica e no outro presenteísmo) mas os processos sociais de que falam são os mesmos.

na qual não há espaço para consumidores falhos, pois apenas existe socialmente aquele que consome. Assim, o recorte de geração por si mesmo não seria o mais interessante para definir a condição de inserção na vida social. Há os jovens que consomem e, portanto, estão inseridos, e os que são consumidores falhos. Esses últimos, junto com outra massa de pessoas são, nos termos de Bauman (2005), “redundantes”, são o “refugio” das sociedades contemporâneas.⁹ Por fim, a idéia de suspensão da vida social está associada à visão de socialização como um processo unidirecional entre as gerações e que, em determinado momento, cessa. No entanto, sabe-se que a dicotomia “ser versus devir” acabou por se tornar insustentável diante das recentes mudanças no mundo do trabalho e da família. Tais mudanças são responsáveis pelo fato de o caráter inacabado das vidas dos adultos ser tão evidente quanto o das crianças e o dos jovens. Ambos podem ser vistos como seres em formação, sem comprometer a necessidade de respeitar seu estatuto de seres ou pessoas.¹⁰

1.1.2. O que os “moleques” contam sobre juventudes?

Sobre as experiências específicas que os interlocutores trouxeram, penso já ter pontuado os principais elementos no item 1.1.1: saída da casa dos pais com pouca idade, baixa escolaridade, trabalho, paternidade, entre outras. Faltou, entretanto, apresentar um dos elementos que chamou a atenção: a centralidade da relação com os pares, com o grupo de “camaradas”, de “irmãos”. Nas conversas que tive com os jovens, poucos usaram o termo amigo e Joe¹¹ explicou esse fato da seguinte forma: “Amigo quem tem é puta”¹². Para ele, o termo amizade remete às relações passageiras e guiadas por interesses, já entre “irmãos” o que

⁹ Bauman (2005) descreve o processo de produção de pessoas “refugadas”, redundantes como produto da busca pelo progresso econômico na “alta modernidade”. Nesse processo, a geração de jovens experimenta sofrimentos desconhecidos das gerações anteriores, relativos à falta de emprego estrutural. Trata-se de uma geração ainda mais polarizada, pois a linha divisória foi colocada mais acima na hierarquia social e a educação superior tornou-se condição mínima de uma duvidosa chance de vida digna e segura.

¹⁰ Para uma discussão não reducionista acerca do conceito de socialização, ver o trabalho de Margareth Mead (1979). A autora argumenta que o processo de socialização pode se dar de diferentes maneiras: nas culturas pós-figurativas, as crianças são instruídas antes de mais nada pelos pais; nas co-figurativas, as crianças e os adultos aprendem com seus próprios pares; nas pré-figurativas, as crianças e os jovens também ensinam a seus pais. Sobre a questão da polarização ser versus devir e sua não sustentabilidade em relação às configurações do mundo contemporâneo, ver Alan Prout (2003/2004).

¹¹ Nome fictício de um dos interlocutores. Na seção 1.2, a questão da proteção das identidades dos interlocutores será descrita com mais detalhes.

¹² Optei por formatar com um estilo de fonte diferenciado as assertivas dos meninos e os trechos das narrativas, para que suas falas tenham um espaço singular e não ilustrativo na dissertação. Nesse sentido, escolhi burlar a formatação padrão por uma questão ética e política: não considero essas falas como citações, e sim como co-autoria. Assim, foi necessário encontrar um modo alternativo de apresentá-las. Decidi também manter o estilo coloquial das falas dos meninos para não descaracterizar seu modo de expressão oral na passagem para o registro escrito.

prevalece é a troca e a lealdade: “Se tu tem, tu dá. Se ele tem, ele dá”; “irmão tá junto pra tudo”. A fala de Ângelo, outro interlocutor da pesquisa, também sintetiza bem a concepção de “irmão”: “E é sempre assim, um irmão protege o outro, um ajuda o outro, um guarda as costas do outro, e talvez seja até muito mais do que um irmão”.¹³ Muitos desses jovens passam a maior parte de seu tempo junto ao grupo de “irmãos”. Em geral, trabalham juntos no tráfico. Alguns passam a morar na mesma casa. Assim, a referência das pessoas consideradas como parte da família estende-se para o grupo de pares. A relação que constroem com o grupo de pares e a sua centralidade deve ser levada em conta quando pensamos as especificidades dos processos de subjetivação desses jovens.

No tocante às categorias geracionais acionadas pelos sujeitos para sua autodefinição ou para fazer referência aos pares, cabem algumas considerações. Em primeiro lugar, os meninos com quem conversei em nenhum momento usaram as categorias criança, adolescente ou jovem. A categoria predominante foi a de “moleque”. Essa categoria abarcava subdivisões: moleque novo ou molequinho (de 12, 13 anos, ou menos) e moleque mais velho. Outro marcador apontado por eles para a diferenciação entre etapas do ciclo vital era a menoridade/maioridade penal. Por exemplo, na interlocução com o Paraná, perguntei-lhe se o fulano era novo e ele respondeu: “Era novo, mas já era de maior”. Entre os menores de idade havia os “menorzinhos” e, nos discursos dos interlocutores, aparecia muito a idéia de que quanto mais novos e menos experientes, mais influenciáveis – “mente mais fraca” - eram os moleques. Iludiam-se facilmente por “crescerem o olho pra coisa pequena” (cobiçar roupas, dinheiro para diversão e lazer) e muitos “se perdiam”, se “aprofundavam” a partir do uso de drogas e decorrente dependência. A categoria “de menor” foi acionada por alguns deles de modo bem diferente do sentido corriqueiramente e, quase sempre, exteriormente atribuído: como uma condição que traria ganhos, benefícios para os sujeitos – “menor faz o que quer”. Eles enfatizaram, ao contrário, a impossibilidade de trabalhar, a dificuldade de conseguir emprego, dadas as restrições ao trabalho de menores de idade, e o quanto isso trazia sérios problemas para eles, já que precisavam trabalhar para contribuir com a renda da família ou para ter acesso a bens de consumo que consideravam importantes e a lazer.¹⁴ Como mencionei

¹³ Não farei um glossário com as “categorias nativas”, pois não há sentidos unívocos: são contextuais e mudam um pouco de interlocutor para interlocutor. Dessa forma, quando aparecerem tais categorias, haverá em seguida a explicação dos próprios interlocutores - como no caso de “irmão” - ou uma tradução minha entre parênteses, elaborada tendo por referência o contexto da fala e a totalidade das interações.

¹⁴ Essa dimensão das perdas para o sujeito acarretadas pela própria garantia dos seus direitos é extremamente complexa, mas não pode ser escamoteada. Tem-se no Brasil um Estatuto da Criança e do Adolescente que é modelo para outros países, que é fruto do processo de redemocratização do país e que representa ganhos no que toca à concepção da integralidade das políticas (não apenas políticas punitivas e paliativas) e do reconhecimento da condição de sujeitos de direitos dessa população. Porém, por ser um documento da ordem do jurídico, ele

acima, falaram também sobre as dificuldades e riscos a que estão submetidos aqueles que, desde “pequenos”, se “perdem” no uso de drogas – em especial, cocaína e *crack*.

A partir daí, os interlocutores contam-nos, entre outras coisas: que categorias como criança e adolescente - que funcionam muito bem na autoidentificação e na identidade atribuída no caso dos jovens escolarizados, psicologizados - não expressam quase nada das suas vivências geracionais. Daí o acionamento de outros marcadores. A condição de “moleque” abrange as fases que chamamos de infância e adolescência e nela não parece haver um corte, uma ruptura, uma diferenciação que exija uma nova categoria: apenas existem os moleques novos e os moleques mais velhos. Eles são diferentes sim, de acordo com a fala dos interlocutores, especialmente no tocante à maturidade, e à autonomia de pensamento, entretanto compartilham vivências, fazem parte do mesmo grupo de pares. Lembro também que na categoria “moleque” está presente também o gênero dos sujeitos, assim sendo, há uma agregação em relação aos pares do mesmo sexo/gênero e uma exclusão das meninas. Isso remete à importância do fator gênero na definição desse grupo geracional. Em relação ao recorte maioridade/menoridade, é claro que, por serem jovens que convivem e atuam em situações de infrações (assaltos, tráfico e drogas) e decorrentes penalidades, tal recorte é importante para eles. No entanto, o que sobressaiu não foi a questão da inimputabilidade penal, até porque, para eles, estar internado é estar preso, mudando apenas algumas condições (não só para eles, como para qualquer pessoa que visite um Centro “Educativo”)¹⁵. Para alguns, a cadeia destinada aos maiores seria melhor, ao oferecer alguns direitos que lhes são restritos: fumar e receber a visita de namoradas e esposas (lembro que muitos desses jovens têm família formada, mas não recebem a visita das companheiras)¹⁶. Outros afirmavam que

opera via homogeneização dos sujeitos, com vistas à universalização das garantias. O E.C.A, no que toca à concepção sobre infância e adolescência, contempla muito mais um “dever ser”, do que algo no campo do possível, a partir da realidade social do presente. Como nos exemplos citados, em alguns casos, direitos com vistas à garantia de vida digna tornam-se desencadeadores de situações extremamente complicadas e adversas para os sujeitos portadores desses direitos. Vale lembrar também que o Estatuto da Criança e do Adolescente pode ser lido como integrando um processo mais amplo de “judicialização” das relações sociais (RIFIOTIS, 2008), que traduz um duplo movimento: ampliação do acesso ao sistema judiciário e desvalorização de outras formas de resolução dos conflitos.

¹⁵ Lembro que os “Centros Educacionais” de internamento para “menores de idade”, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo ECA, deveriam ter um caráter predominantemente socioeducativo. Entretanto, como se verá na próxima seção, a estrutura, a forma de organização e os tipos de experiência dos sujeitos que prevalecem nas instituições são similares ao tradicional modelo prisional. Isso explica o acionamento por parte dos interlocutores das expressões “cadeia”, bem como “estar preso” (“cair”), quando se referiam às instituições em que se encontravam.

¹⁶ Sobre a questão da visita íntima, trata-se de um direito dos jovens internados descrito no documento oficial do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Esse último consiste em um projeto de lei aprovado por resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). O SINASE prevê normas para padronizar os procedimentos jurídicos relativos aos “menores de idade”, que vão desde a apuração do ato infracional até a aplicação das medidas socioeducativas. Esse documento está disponível no site www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/spdca/sinase/ e estabelece claramente que nas instituições de

ficar preso nas instituições carcerárias deveria ser pior do que estar em uma instituição de internamento, por conta da, em geral, maior extensão do tempo de cumprimento das penas (as medidas socioeducativas de privação de liberdade não podem ultrapassar o período de 3 anos) e da provável maior distância das cidades dos familiares (os menores de 18 anos têm o direito de permanecerem internados na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio dos pais).

As categorias que uso para me referir aos interlocutores - jovens e meninos - serão discutidas na próxima seção (1.2), por estarem ligadas à forma com que se estabeleceu o encontro “etnográfico”.

1.1.3 “Juventude” e Criminalidade no Brasil

Em nosso país, as questões relativas à criminalidade e às diversas formas de violências fazem-se presentes fortemente na agenda social. Na última década, esses fenômenos têm alcançado grande visibilidade, sendo objeto de notícias diárias, debates e mobilização por parte da sociedade civil, no sentido de cobrar políticas públicas na área. Também está no centro do debate a participação de jovens em homicídios e em outras infrações.¹⁷ No que toca à produção de conhecimento sobre o tema das juventudes, pode ser apontada também a centralidade da questão da “juventude” em sua relação com as violências, muitas vezes lida apenas como criminalidade. Como abordado no subitem 1.1.1, a questão da juventude como objeto analítico sempre esteve imbricada com a idéia e a visibilização da juventude como um problema social.

Entretanto, pensar as relações entre juventudes e violências não implica, necessariamente, a apreensão das manifestações violentas por parte de jovens como “desvio” social, como um problema a ser sanado. Não implica também a redução e captura dos sujeitos sob os rótulos de “infratores”, delinquentes. Como mostra Helena Abramo (1994) em seu estudo acerca do estilo *punk*, certas práticas de jovens podem ser melhor compreendidas como busca de comunicação através de uma identidade especial, diferente daquela socialmente

internação deve haver “espaço e condições adequadas para visita íntima” (p.57), bem como se deve “ampliar o conceito de família para aquele grupo ou pessoa com as quais os adolescentes possuam vínculos afetivos, respeitando os diferentes arranjos familiares” (p.74). Nas instituições de internamento que conheci, o direito à “visita íntima”, ou mesmo à visita padrão, por parte de namoradas e companheiras, era restrito aos jovens com 18 anos ou mais que cumpriam medidas por infrações praticadas quando eram “menores de idade”. Tatiana Dassi (mestranda do PPGAS) relatou que em outros centros de internação de SC com os quais teve contato, o direito à visita íntima também era negado aos internos com menos de 18 anos.

¹⁷ De acordo com o artigo 103º do Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se “ato infracional” a conduta descrita como crime ou contravenção penal.

imposta. Eles usam a agressividade como forma de “chamar a atenção para si mesmos e para a sua mensagem” e o “seu corpo como espelho do entorno, querem explicitar a violência da sociedade, denunciando-a: ao mesmo tempo converter a negatividade em atuação, vertendo para fora a violência, voltando-a contra a ordem social que a engendra” (p.107). Outro trabalho com enfoque semelhante é o de Glória Diógenes (1998) a respeito das gangues, das galeras e do movimento *hip hop*. As gangues não são apreendidas em termos de “desvio” social, mas como construtoras de laços de sociabilidade na cidade. O objetivo das gangues seria o de buscar uma inscrição na cidade oficial, sendo as práticas de violências uma das estratégias para alcançar tal objetivo. A “violência” não é vista por Diógenes como ação exclusiva ou expressão somente dos jovens pertencentes a gangues, mas como uma construção social na qual há um oferecimento de espaços de visibilidade aos jovens, o que acaba mantendo-os como seus agentes e novamente reforçando o estigma do “desvio” juvenil.

No tocante aos trabalhos que tratam do envolvimento de jovens com o narcotráfico, destaco as seguintes obras: *Vidas Arriscadas*, de Marisa Feffermann (2006), e *Cabeça de Porco* (ATHAYDE; BILL; SOARES, 2005). A primeira enfatiza a questão do tráfico como um trabalho que funciona de forma semelhante ao das sociedades capitalistas em que as relações de trabalho ocorrem como forma de exploração. No entanto, no caso do tráfico, as regras não disfarçam a dominação. A “violência” torna-se a forma de instituir as regras de convivência. Feffermann trabalha as condições objetivas nas quais se constituem os jovens trabalhadores do tráfico: as relações entre narcotráfico e sistema financeiro atual e desemprego estrutural e precarização das relações de trabalho. A autora articula tais condições com os processos de subjetivação desses jovens, descrevendo uma “subjetividade anêmica”. O livro *Cabeça de Porco* (2005) apresenta relatos e reflexões de Celso Athayde e MV Bill sobre os jovens na vida do crime e suas “razões” e também análises do antropólogo Luiz Eduardo Soares acerca de um conjunto de pesquisas e registros etnográficos sobre juventude, violência e polícia. Soares expõe interpretações pautadas no funcionamento subjetivo e social da “violência”, extrapolando explicações que reduzem o envolvimento de jovens com o narcotráfico a questões de natureza econômica. Ele não despreza a importância de fatores como emprego, renda, mercadoria, mas afirma que também estes são investidos de emoção, cercam-se de valores e estão mergulhados em símbolos: “A moda e a arma são recursos de poder, objetos economicamente úteis e instrumentos simbólicos de distinção, valorização e pertencimento – de uniformização, portanto, ao menos no âmbito do grupo” (p.230).

No mesmo trabalho, Soares (2005) problematiza a relação entre identidade, pertencimento e jovens vulneráveis e invisíveis que se armam. Argumenta que há, nas

famílias pobres, um quadro que aumenta as probabilidades de que o jovem experimente a degradação da autoestima: pouca permanência dos pais em casa (experiência da rejeição); menores oportunidades de acessar apoio terapêutico nos momentos de crise; menores recursos para mobilizar especialistas quando se constata problemas de aprendizagem; maior exposição à angústia e a insegurança do desemprego, enfrentando com mais frequência as tensões que desestabilizam emoções e corroem a autoestima.

Jessé Souza (2006) tece uma crítica ao texto de Soares em *Cabeça de Porco*, a qual é pertinente ao debate acerca das violências em sua relação com a desigualdade no Brasil. Para Souza, as exposições de Soares na referida obra carecem de aprofundamento teórico, produzindo uma reflexão superficial do fenômeno que pretende explicar bem, como sugestões de reformas políticas reduzidas a “exortações morais”. Para Souza, o mérito do livro é o questionamento acerca das causas da “violência nacional” e os *insights* nessa direção (“violência” como reflexo da reprodução da desigualdade e da exclusão social). O grande limite da análise seria que os autores não avançaram suficientemente na reflexão acerca *do que produz e de como se reproduz a desigualdade social*. O argumento central de Souza é que no Brasil apenas se discute a desigualdade econômica (o que não incomoda ninguém, pois ela é legítima no capitalismo), que é uma das dimensões da desigualdade social. Para o autor, é central refletir sobre as causas “simbólicas” da desigualdade de classes, especialmente sobre a construção de uma “hierarquia social legítima do valor diferencial dos seres humanos” (p.141) que estrutura o mecanismo de dominação simbólica específico do capitalismo.

Considero muito relevante a argumentação de Souza no que toca à descrição de uma “hierarquia social legítima do valor diferencial dos seres humanos”, o que nos ajuda a entender o mecanismo estrutural que subjaz as relações de desigualdade social no Brasil. Tal hierarquia é incorporada de forma transclassista e, no capítulo que segue, discutirei de que maneira essa hierarquia é incorporada e acionada pelos jovens com os quais dialoguei. Entretanto, discordo do teor das críticas de Jessé Souza (2006) a Luiz Eduardo Soares (2005). Souza fala da falta de aprofundamento teórico nas reflexões de Soares. Em primeiro lugar, pelo que pude compreender dos objetivos do livro, *Cabeça de Porco* não é uma obra acadêmica, com vistas à produção de teoria, mas uma espécie de socialização, para o maior número de pessoas possível, de um enorme trabalho de recolhimento de relatos dos jovens sobre suas experiências, sentimentos, etc. Tanto é assim que as teorias que embasam Soares são apresentadas de maneira clara, com uma reapropriação, leitura e exposição que facilitam a compreensão de leitores que não fazem parte do meio acadêmico. Souza (2006) advoga que “a mera reprodução dos ‘estados internos’ de humilhação e não reconhecimento pode ser

pungente e bem escrita, mas ela nada explica da dinâmica que a causa” (SOUZA, 2006, p.18). Entretanto, considero um ganho analítico e político a ênfase de Soares nos aspectos subjetivos que levam alguns jovens pobres a se envolver com o crime, não reduzindo a questão ao viés econômico. Afinal, as explicações desse último tipo, que são hegemônicas, desembocam na relação direta entre pobreza e criminalidade. Acredito que a identificação e descrição dos “estados internos” relativos ao não reconhecimento social não explicam a dinâmica que causa a situação de desigualdade, mas constituem um nível importante da pesquisa social. Ao contrário do que argumenta Souza (2006), é fundamental conhecer “os estados internos” dos sujeitos para identificar as possíveis nuances dentro de grupos exteriormente homogêneos. Essas nuances é que nos dão a dimensão de quais marcadores sociais da diferença (classe, gênero, geração, etnia) atuam em determinados fenômenos e de que maneira eles atuam. E essa pode ser a contribuição de enfoques mais centrados nos sujeitos sociais, não num sentido psicologizante, mas na leitura que procura a dimensão social das emoções, das moralidades, a partir da interlocução com sujeitos concretos. Tais enfoques podem muito ser enriquecidos se levarem em conta também as matrizes explicativas mais gerais, como as de Jessé Souza, mas que não alcançam as nuances e as dinâmicas que estabelecem numa esfera mais microssocial.¹⁸

A problemática relação mecânica entre pobreza e criminalidade parece, entretanto, não encontrar em Jessé Souza (2006) discussão satisfatória. Em Soares (2005), como já se escreveu, há o cuidado de estabelecer que os sentimentos de invisibilidade, de rejeição, não atingem apenas os jovens pobres, mas há um quadro de maior vulnerabilidade entre as famílias mais pobres. O autor não explicita, mas a apresentação desse quadro pode ajudar a entender porque apenas alguns sujeitos entre os jovens pobres se inserem no narcotráfico: provavelmente aqueles que apresentam mais elementos de um cenário de vulnerabilidade, junto com outras circunstâncias mais contingentes de suas trajetórias pessoais. Porém, a existência da desigualdade social não implica necessariamente em “violência”. Soares (2005) descreve o “casamento perverso” entre armas, drogas e crime organizado nos anos 80 em nosso país. E tal configuração como a do crime organizado no país é que dá conta de explicar: o elevado número de homicídios por armas de fogo; as guerras entre facções; as trocas de tiros com a polícia e a extensiva disseminação de um sentimento geral de “insegurança”. Já

¹⁸ Não estou afirmando que Souza (2006) desconsidera o âmbito das práticas dos sujeitos. O autor trabalha com a noção de *habitus* de Bourdieu (1983), noção esta que faz parte de uma “teoria da prática”. Bourdieu argumenta no sentido de uma síntese entre a exterioridade e a interioridade, tomando o indivíduo empírico como produto do social e como agente produtor e reproduzidor das estruturas objetivas do mundo social. Entretanto, a forma pela qual Bourdieu define as práticas (compostas a partir da dialética entre *habitus* e condições objetivas) acaba por engessar as possibilidades de “agência”, de produção social, por parte dos sujeitos.

Jessé Souza (2006) associa diretamente “violência” e desigualdade social, colocando a primeira como consequência da última. Tratando “violência” de forma generalizada, apenas como um problema social dado, ele reproduz uma visão superficial, e não analítica: “violência” como reflexo e seqüela da desigualdade, ou seja, como o que sobra e que está fora do lugar.¹⁹ A desigualdade social, a existência de uma hierarquia valorativa das vidas humanas, por si mesma, não explica o acionamento de modalidades de interação pautadas pelo conflito, pela aniquilação da alteridade. Essa cola entre desigualdade social e violência dá a impressão de que o que move a “violência”, a criminalidade no país, é a existência de desigualdade social, e não a complexa articulação entre desigualdade social – que fornece apenas o “batalhão de frente” do tráfico – e crime organizado, tráfico internacional de armas, desvinculação do sistema financeiro da base material da produção, que propicia a circulação de dinheiro “sujo”, entre outros elementos.

1.1.4 Jovens em Situação de Privação de Liberdade: Dados Nacionais e de SC

No Brasil, as pessoas com menos de 18 anos são penalmente inimputáveis e sujeitas às “medidas socioeducativas” previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), quando se verifica a prática de “ato infracional”. De acordo com o artigo 112 do mesmo Estatuto, as diferentes medidas são aplicadas de acordo com a capacidade de cumpri-las, as circunstâncias e a gravidade da infração. São elas: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; internação em estabelecimento educacional; medidas específicas de proteção. A medida de internação só poderá ser aplicada nos seguintes casos: ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; por reiteração no cometimento de outras infrações graves e por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

O Levantamento estatístico da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (2004)²⁰ identificou que existiam no Brasil cerca de 39.578 “adolescentes” no sistema socioeducativo. Esse quantitativo representava 0,2% do total de “adolescentes” na idade de 12 a 18 anos, existentes no Brasil. Ainda em relação a esse levantamento estatístico, 70%, ou seja, 27.763 do total de “adolescentes” no Sistema Socioeducativo encontravam-se em cumprimento de medidas

¹⁹ No item 1.2 será apresentada a discussão que remete à invisibilidade teórica das violências.

²⁰ Disponível em meio digital: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/spdca/sinase/Sinase.pdf>

socioeducativas em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade). Tal levantamento informa também que 73,8% do total de atos infracionais são contra o patrimônio, dos quais mais de 50% são furtos. Como indica o ECA, o simples furto não deveria ser penalizado com privação de liberdade, mas representa quase 15% das internações do país.

No que toca aos dados estaduais, um diagnóstico dos programas de execução de medidas socioeducativas foi realizado no âmbito do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CIJ) do Ministério Público de Santa Catarina²¹. Tal diagnóstico traz algumas informações sobre 513 “adolescentes” que cumpriam medidas socioeducativas em 282 instituições de todo o Estado. A idade da maioria dos adolescentes que cumpriam medidas de internação, internação provisória e semiliberdade estava na faixa dos 16-18 anos (43%). Sobre os adolescentes que cumpriam medidas em geral, a maioria era do sexo masculino (87%) e branca (72%). A porcentagem dos que se disseram negros e mulatos é de 23%. Entretanto, se levarmos em conta o percentual da população negra (soma das populações preta e parda) no Estado de SC, que é de 9,6 % (Censo 2000 do IBGE), é sim relevante o número de negros que cumprem medidas socioeducativas.²² Ainda sobre os dados do diagnóstico, quanto ao grau de instrução, a maioria (69%) possuía Ensino Fundamental incompleto. É significativa a parcela dos que afirmavam trabalhar: 46%. No tocante à renda familiar, 74% das famílias vivia com no máximo 3 salários mínimos no momento do cometimento do ato infracional. A maioria respondeu que já fez uso de drogas (65%) e porcentagem parecida indicou que iniciou o uso entre 12 e 16 anos. Um relevante número de “adolescentes” (26%) afirmou estar sob o efeito de alguma droga no momento da prática da infração. Por fim, chamam a atenção os seguintes dados: 53% dos entrevistados afirmaram que não estavam sendo acompanhados por advogado (direito garantido por lei) e 63% disseram que a medida socioeducativa auxiliará a mudar o projeto de vida.

Os dados nacionais e do Estado de SC trazem alguns aspectos importantes a se refletir. Um deles é a expressiva presença de jovens não brancos e de famílias de baixa renda no sistema socioeducativo. A partir daí, o que se pode afirmar não é que os jovens pobres e negros cometem mais atos infracionais e sim que eles compõem a maioria dos jovens “penalizados”, de forma especial, com a privação de liberdade. Nesse sentido, o que vem à

²¹ “Diagnóstico dos programas de execução de medidas socioeducativas no estado de Santa Catarina” (2005), que pode ser acessado no site: www.mp.sc.gov.br.

²² Por exemplo, na pesquisa de campo da dissertação realizada em Monte Amarelo, região com forte colonização alemã, apenas cerca da metade dos meninos era de cor branca.

tona é o processo de “criminalização da pobreza”.²³ O Brasil possui uma longa tradição de institucionalização de crianças e jovens das camadas populares. Tal tendência foi crescente e criou muitas instituições ao longo de nossa história. Mesmo com as novas diretrizes nacionais que estabelecem o cunho pedagógico das medidas, na maioria dos Estados do país prevalecem os investimentos nas instituições privativas de liberdade, em detrimento das medidas de prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida.²⁴ Como se viu nos dados nacionais, o furto, que deveria ser penalizado com outras medidas, representa 15% das internações no país.²⁵

Assim como são escassas pesquisas que contabilizem e descrevam os crimes “de colarinho branco” no Brasil, há poucas informações sobre as infrações cometidas por adolescentes das classes médias e altas. Tais situações aparecem nos meios de comunicação quando se trata de casos muito graves, como parricídio, espancamento de uma empregada doméstica ou ateamento de fogo a um indígena. São apresentadas como paradigmáticas pela falta de “explicação”, de inteligibilidade, o que dá a impressão de raridade e excepcionalidade. Entretanto, quantas infrações graves e menos graves – homicídios; agressões físicas e morais; furtos; danos ao patrimônio; acidentes de trânsito envolvendo adolescentes sem licença e/ou alcoolizados; porte e tráfico de drogas - são cometidas por jovens não pobres e não são publicizadas? Quantos casos não chegam ao conhecimento das autoridades policiais e judiciais? E nos casos em que chegam, quantas vezes as medidas socioeducativas aplicadas são as mais leves?²⁶

Há ainda um ponto delicado que identifiquei durante o campo e que necessita de uma discussão cuidadosa. As pesquisas apontam que o percentual de homicídios cometidos por menores de 18 anos é muito pequeno. Os jovens são os mais vitimados em situações de crimes contra a vida, mas não são os maiores vitimadores. Entretanto, no Brasil, há grande visibilidade em relação aos casos em que os jovens cometem homicídios, especialmente,

²³ Sobre esse processo, a obra fundamental é a de Loïc Wacquant (2001): *As prisões da miséria*. Ver também os apontamentos de Z. Bauman (2005), que dialoga com Wacquant ao pensar as prisões como uma das formas de depósito do “refúgio humano”.

²⁴ Sobre as mudanças na legislação brasileira que culminaram no Estatuto da Criança e do Adolescente, ver (VERONESE & VIEIRA, 2006). Acerca do caráter punitivo das medidas socioeducativas restritivas de liberdade, ver a dissertação de Pablo Ornelas Rosa (2008).

²⁵ Relataram-me durante o trabalho de campo que algo bem comum é a extensão da pena de acordo com as “influências” das pessoas que sofreram as infrações, por exemplo: um jovem que cometeu um homicídio permanece internado alguns meses enquanto outro que assaltou uma família rica pode ficar privado de liberdade por mais de dois anos.

²⁶ Algo importante a ser pensado nessa discussão acerca da “criminalização da pobreza” é que tal processo não se explica apenas por questões econômicas (materiais) e objetivas, tal como o acesso ou não a bons advogados. Existem também processos simbólicos que atuam via valorizações de categorias de sujeitos, como aponta Jessé Souza (2006). É preciso lembrar que no processo de investigação e julgamento dos casos tem lugar também a dimensão infra e ultrajurídica relativa ao respeito social compartilhado socialmente.

quando as vítimas são pessoas das classes economicamente mais abastadas. O quadro de genocídio que atinge homens jovens, em geral pobres e negros, é praticamente ignorado (raríssima exceção foi a exibição do documentário “Falcão: meninos do tráfico” no programa Fantástico, em 2006). Em síntese, estatisticamente sabe-se que não são os “menores de idade” os responsáveis pelo aumento dos crimes graves no país, mas há um processo de visibilização dos crimes por eles cometidos, criando representações sociais que associam os jovens pobres à criminalidade, ao perigo, à “violência” em potencial.²⁷ Durante a realização da pesquisa de campo, alguns jovens - internados por conta de infrações como tráfico de drogas - contaram-me que haviam cometido homicídios cuja autoria era desconhecida pelas autoridades policiais. Provavelmente fazem parte dos casos arquivados por falta de informações. Nas narrativas que ouvi tanto os praticantes dos homicídios quanto as vítimas eram pessoas jovens e envolvidas com o tráfico de drogas. São relatos de guerras, “cobranças” e punições nas quais as posições de vítima e agressor são completamente variáveis e circunstanciais. Há um quadro no qual jovens, de perfil semelhante, estão matando uns aos outros, muitas vezes com a colaboração de alguns policiais que disseminam intrigas entre sujeitos de grupos rivais (praticam a chamada “casinha”). Esse quadro deve chamar a atenção de todos os que se preocupam com a situação de genocídio juvenil no país: há jovens com trajetórias de vida semelhantes que morrem e que matam e, em geral, aqueles que matam acabam, uma hora ou outra, sendo assassinados. Nessas circunstâncias, “é matar ou morrer” e o tiro sempre sai pela culatra.

1.2 A DIMENSÃO VIVENCIAL DAS VIOLÊNCIAS E O ENCONTRO COM OS MENINOS

Neste tópico apresento inicialmente a linha teórica pela qual se pauta este trabalho. Há, nesse sentido, uma tentativa de sintetizar as principais questões que vêm sendo debatidas no âmbito do Laboratório de Estudos das Violências (LEVIS), sob a coordenação do professor Theophilos Rifiotis. No que toca à presente pesquisa, uma das diretivas centrais foi

²⁷ Como descrito nos subitens anteriores, também os estudos no campo de juventude tendem a abordar as dimensões em que os jovens aparecem como problema social. A própria noção de juventude surge e se desenvolve nesses termos. O problema é que o foco na delinquência, na criminalidade e na rebeldia captura os sujeitos em determinado lugar social, ao impor uma visão exterior sobre eles. Tal visão é pouco produtiva no sentido da compreensão de quem são os jovens, quais são suas vivências, de que maneira articulam as diversas dimensões da vida social que os compõem.

o deslocamento do foco na criminalidade, na apreensão externa das situações de homicídio, para as experiências sociais de sujeitos específicos. Após delinear o caminho que levou à construção da problemática desta dissertação, passo à descrição do encontro com os interlocutores e à contextualização mais geral do trabalho de campo.

1.2.1 Os Caminhos Teóricos

O conflito como forma de relação social: aceitabilidade, positividade e produtividade

A leitura de Theophilos Rifiotis sobre a questão da “violência” teve seu início na etnologia africana, especificamente em seus trabalhos de mestrado e doutorado sobre a “gerontocracia” na sociedade Makonde (Moçambique) e que tiveram como um dos resultados a constatação da dimensão estruturante do conflito intergeracional (“daí o termo “positividade do conflito”). Nos anos 90, Rifiotis, junto com Miriam Grossi (estudos de gênero) e Marnio Teixeira Pinto (etnologia indígena), reivindicou um lugar para uma “antropologia da violência” que possibilitasse uma reflexão crítica e coerente em relação aos dados etnográficos (RIFIOTIS, 2008). Houve então um trabalho de busca por matrizes teóricas que contribuíssem para tal leitura crítica, para uma possível reflexão acerca da “positividade do conflito” no âmbito da “antropologia urbana”. Em George Simmel (1983) tem-se a afirmação da natureza e da importância sociológica do conflito, que contém algo de positivo ao atuar como forma de socialização: “o conflito está assim destinado a resolver dualismos divergentes; é um modo de conseguir algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma das partes do conflito” (SIMMEL, 1983, p.122). De Pierre Clastres (1990) vem a dimensão da violência como força dispersiva, voltada para a manutenção das diferenças e a negação aos processos de homogeneização. Clastres trabalha com a noção de “sociedades contra o Estado” na análise da guerra nas sociedades primitivas, afirmando que é contra as outras comunidades que cada comunidade afirma seu direito exclusivo sobre um território determinado. Assim, o Estado funciona como uma máquina de unificação, enquanto a “violência” atuaria no sentido inverso.²⁸

A partir desses referenciais, Rifiotis passa a falar sobre *aceitabilidade* da “violência” – como parte da vida social e não sua negação e sobre *positividade* da “violência”, no sentido de

²⁸ Diversos outros trabalhos foram/são importantes referências para a leitura crítica sobre “violência”, tais como: Maffesoli – violência como linguagem; aceitabilidade das “pregas” (1987; 2004); M. Gluckman (rituais de rebelião), R.Girard (sagrado), M.Sorel (lutas sociais), W.Benjamin (polícia e direito), J. Katz (seduções do crime).

colocação do problema para além do círculo da criminalidade e da fantasmagoria a ela associada (RIFIOTIS, 1997; 1999), para dar conta das situações em que conflitos, violências, estruturam relações sociais ou sujeitos, instauram diferenças. Por conta das leituras equivocadas acerca do termo “positividade”, o autor passou a acionar o termo “produtividade”.²⁹

Dos discursos denunciatórios (problema social) aos analíticos (objeto de reflexão)

Em um trabalho de sistematização, dirigido aos estudos antropológicos sobre o tema, Rifiotis (1997) procurou demonstrar o “lugar” específico dos estudos antropológicos sobre “violência”, como estes vêm se desenvolvendo no Brasil, e observou que eles têm privilegiado o discurso denunciatório em relação ao analítico. Nesse trabalho, como em outras oportunidades (1999), Rifiotis ressaltou que nos discursos que se identificam com a modernidade, a “violência” aparece como uma “parte maldita”, um resquício do passado, como a própria negação da sociabilidade. A visão racional e progressista busca construir um mundo no qual essa “parte maldita” ceda lugar ao pleno domínio da razão.³⁰ Tal visão confronta-se com a realidade de guerras, genocídios, crimes, que se observa cotidianamente. Pode-se dizer, então, que os discursos da modernidade se mostram insatisfatórios para a significação do mundo contemporâneo. Assim, é necessária uma revisão dos conceitos e práticas no campo das violências. É preciso entender que o tempo presente não se reduz à dimensão racional, mas deve incluir os processos de subjetivação e a dimensão simbólica dos comportamentos sociais. Nesse sentido, Rifiotis propõe então que as pesquisas se pautem em modelos interpretativos de cunho mais analítico e construídos a partir das práticas e das experiências dos sujeitos que vivenciam situações de violências.

Outro ponto importante trabalhado por Rifiotis é que a “violência” é um problema social herdado pelas ciências sociais e não se tem ainda um quadro teórico para sua análise

²⁹ Alba Zaluar (1999) situa as análises de Diógenes (1998) e Rifiotis (1997; 1999) como “estetização da violência”. A autora define a perspectiva desses autores como “relativismo cultural radical” e advoga que a armadilha desse tipo de relativismo é que não há como não admiti-lo para todas as ‘éticas’ ou ‘ethos’ existentes, todos ‘particularistas’, inclusive aqueles condenados por serem autoritários, ditatoriais, despóticos ou militarizados. Rifiotis (1999, 2006) procura esclarecer que não se trata de relativismo, pois não há um juízo no sentido de afirmar que as modalidades de violências são benéficas. Positividade é usada como categoria analítica e não moral. Não reflete um juízo, mas procura dar conta analiticamente das situações em que conflitos, violências, são socialmente, produtivos, estruturantes.

³⁰ Danilo Martucelli (1999) traz constatação semelhante, argumentando que a violência quebra a imagem dominante sobre a condição moderna: modernidade como triunfo da informação sobre a energia, da mediatização desmaterializante crescente contra os limites físicos e materiais inscritos na natureza.

que ultrapasse os discursos do próprio social, ou seja, a indignação, a exterioridade, a homogeneização e a negatividade em relação ao complexo conjunto de fenômenos abrangidos. Ele defende, então, que se distingam três tipos de discurso nesse campo: 1) discurso contra a “violência” (indignação); 2) discurso sobre a “violência” (analítico) e 3) discurso da “violência” (linguagem da própria violência). Ao fazer tal distinção, a intenção é sublinhar que há diferentes processos que podem ser indevidamente considerados como equivalentes (RIFIOTIS, 1997; 2008).

Genealogia da violência

Violência é uma palavra singular. Seu uso recorrente a tornou de tal modo familiar que parece desnecessário defini-la. Ela foi transformada numa espécie de significante vazio, um artefato sempre disponível para acolher novos significados e situações. O seu campo semântico tem uma regra de formação: a constante expansão. A aparente unidade deste termo resulta de uma generalização implícita dos diversos fenômenos que ela designa sempre de modo homogeneizador e negativo (RIFIOTIS, 1999, p.28).

Diante da generalização de fenômenos variados designados como “violência”, o que sobressai é a centralidade da dimensão moral (dos juízos sempre negativos) no campo de estudos das violências. As ciências sociais tomaram a questão da “violência” como objeto de reflexão, sem, contudo problematizar a passagem de um problema social a objeto, dando primazia ao discurso denunciatório (RIFIOTIS, 2006). A “violência” é, assim, um objeto nunca definido³¹, sempre admitido como evidência social, como pressuposto e sempre apresentado valorativamente como algo a ser superado. Pode-se identificar, então, um processo de visibilização da violência como um problema e de invisibilização teórica da questão.

E, se sobressai a dimensão moral no campo de estudos das violências, se há o predomínio da deslegitimação, da intolerância e da indignação face a diversas modalidades de

³¹ Derrida (2007) atenta para a complexidade de se distinguir “força de lei” (considerada justa e que é a essência do direito) e “violência” (que julgamos sempre injusta). Fala das traduções da palavra alemã *Gewalt* como “violência”, que não levam em conta o fato de que *Gewalt* significa também poder legítimo, autoridade e força pública. No que concerne à discussão que está sendo apresentada, é relevante que textos clássicos na área, como “Sobre a violência”, de Arendt (1994), e “Critique of Violence” (1978), de Benjamin devem ser repensados a partir do duplo sentido da palavra *Gewalt*.

violências, é preciso entender que o que está em jogo é uma *percepção* contemporânea acerca desses fenômenos. Tal percepção está relacionada a determinadas configurações de sujeitos.³² Houve épocas (não tão distantes) em que era legítimo e até mesmo heróico o uso do embate físico nas lutas sociais. E mesmo diante da prevalência da negatividade e homogeneização das violências, existem gradações diversas no que toca à aceitabilidade de algumas situações em detrimento de outras.³³ Tais valorações dependem sempre de juízos, de enquadramentos dos sujeitos no perfil de “vítimas e agressores”, de avaliações acerca de categorias de sujeitos (crianças, mulheres, trabalhadores, criminosos).

Dessa forma, Rifiotis (2006) começa a delinear um projeto com vistas a uma *genealogia da violência*, nos termos em que Nietzsche (1998) trabalhou sua *genealogia da moral*: discutir as condições e circunstâncias do nascimento, do desenvolvimento e das modificações dos discursos e das práticas em torno dessa noção, bem como tratá-la como causa, remédio, estímulo e entrave. Assim, não se trata de simplesmente colocar em suspeição a categoria “violência”, mas de produzir também a sua “desconstrução positiva” (BUTLER, 2000 apud RIFIOTIS, 2008). Rifiotis (2006) lembra que, se mantivermos a expressão, deveríamos utilizá-la no plural, já que sua redução à forma singular e negativa pode ser entendida como expressão de uma percepção social marcada pela prevalência da racionalidade, em detrimento de outras dimensões (não racionais, não contratuais) dos fenômenos sociais.

Das violências aos sujeitos

Um dos caminhos para se efetuar análises sobre as violências é o foco na dimensão vivencial daquilo que denominamos como violências. Isso significa buscar os sentidos que os sujeitos dão a suas práticas, que valores eles acionam ao fazê-lo, quais são as percepções que eles têm sobre suas ações. Para isso, faz-se necessário não antecipar, não predeterminar tais sujeitos de forma a engaiolá-los nos lugares de vítimas ou agressores, desumanos, amorais.

³² Algumas configurações do sujeito contemporâneo apontam para um sujeito “descentrado” “fragmentado” (HALL, 2000), um sujeito “paradoxal” que deseja ao mesmo tempo o máximo de segurança e o máximo de liberdade (BAUMAN, 2003), um sujeito “presenteísta” e que se percebe como “inocente”, como “vítima (busca escapar às conseqüências dos seus atos) (BRUCKNER, 1997).

³³ Para Martucelli (1999), a aceitação da violência se dá em função do grau de pertinência ao mundo da informação. Por exemplo: há um alto grau de aceitação em relação aos aparelhos militares modernos (intervenções “cirúrgicas”), que funcionam de forma mediatizada. E violências mais “materiais”, nuas e menos assépticas, como as delituosas, são as menos aceitáveis. Ele afirma ainda que a violência muda de natureza e de significação segundo o grau de racionalização que incorpora. Ver também a análise de Rifiotis (1999) acerca da denúncia de violência policial no Caso Favela Naval.

Nesta pesquisa, ao procurar a configuração dos sujeitos sociais que emergem nas narrativas, a idéia é proceder a um tipo de recorte no qual “[...] ao invés de um julgamento antecipado e antecipador, nos perguntarmos o que as pessoas envolvidas estão tentando fazer, quando estão fazendo, aquilo que chamamos violência?” (RIFIOTIS, 2006). Nesse sentido, compartilho de uma perspectiva em que as noções de moral, sujeira, são pensadas como construções sociais contingentes, e não dados essenciais (NIETZSCHE, 1998; DOUGLAS, 1991). Além disso, os “agentes” de violências, os sujeitos, os criminosos, não são pensados como substancialmente violentos por terem praticado atos “violentos”. Essa postura teórica (que tem implicações políticas) encontra eco na postura metodológica da busca pelo sujeito que emerge no processo de narrativização. No decorrer da pesquisa, compreendi que focar no sujeito que emerge na interação implica colocar em suspensão até mesmo os chamados “marcadores sociais da diferença” (gênero, geração, etnia), de maneira a se estar aberto às ênfases, às dimensões acionadas pelos interlocutores na interação. Tais ênfases estão muito imbricadas com o tipo de relação estabelecida com os sujeitos, com as percepções mútuas e com o contexto em que a interação acontece. Esses elementos, que fazem parte do “encontro etnográfico”, serão apresentados no item que segue.

1.2.2 O Trabalho de Campo

Por conta do Trabalho de Conclusão de Curso na graduação (VIEIRA, 2006), já tinha a experiência de ter como interlocutores de pesquisa crianças e adolescentes. No entanto, o lócus de pesquisa mudou: na primeira oportunidade, encontrei as crianças numa escola em sua comunidade e, desta vez, encontrei os jovens em instituições denominadas educacionais, nas quais eles permanecem internados, ou seja, em regime de privação de liberdade. Havia outras opções de locais de pesquisa: encontrar os jovens na rua em suas comunidades (situação possibilitada apenas via mediação dos líderes locais do tráfico), conversar com jovens inseridos em programas educativos e/ou profissionalizantes governamentais ou de ONG’s e dialogar com jovens no contexto escolar. Acabei optando pelas instituições de internamento, pois nelas teria contato com jovens que com certeza teriam vivências, histórias pessoais ou de pessoas próximas para contar. A escolha deu-se também por ser uma oportunidade de realizar o deslocamento do foco no crime para o foco nos sujeitos. Tratava-se de encontrar e conhecer justamente os sujeitos cujas experiências, em geral, são “lidas” apenas como “infrações”, “crimes” (perspectiva jurídica) ou como “problemas sociais” (perspectiva não analítica).

Além disso, é menos complicado negociar a entrada em campo junto às intuições, do que junto às lideranças de tráfico de drogas.

As instituições que desenvolvem programas de internação recebem jovens de 12 a 18 anos,³⁴ aos quais foi aplicada medida socioeducativa privativa de liberdade por prática de ato infracional. O período máximo de internação não pode exceder três anos. De acordo com o ECA, a internação deve ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes e no período de internação são obrigatórias atividades pedagógicas.³⁵ Na pesquisa de campo, visitei duas instituições desse caráter e também uma “Casa de Semiliberdade”³⁶ em duas cidades do Estado de SC. Como explicito na introdução, os nomes reais das cidades e das instituições não serão registrados, de forma a proteger as identidades dos interlocutores.

A pesquisa que realizei não constituiu etnografia “padrão”, no sentido da estada permanente em campo. Isso não seria possível, dadas as características das instituições, tampouco seria necessária tal permanência para contemplar os objetivos da pesquisa. Acredito ainda que não seria uma postura ética e respeitosa para com os jovens. Eles vivem 24 horas sob vigilância, estão privados da liberdade de escolher com quem convivem e eu não me sentiria à vontade em ser mais uma pessoa a vigiar seu cotidiano. Seria muito difícil nessas circunstâncias delimitar quais elementos de suas práticas e falas poderiam ser publicizados. Acredito que não se pode mais fazer uma antropologia do tipo “espiã”, em tempos nos quais chamamos as pessoas de sujeitos e de interlocutores.³⁷

Permaneci nos locais de pesquisa durante períodos do dia. Em *Monte Amarelo* (nome fictício de uma das cidades), estive com os interlocutores em três períodos de dois dias em uma “Casa de Semiliberdade” e em um Centro de Internamento Provisório (CIP). Chamei essa experiência de “campo relâmpago”, não apenas pela rapidez, mas também pela intensidade. Nesses dois dias, conversei com quinze meninos (idades entre 14 a 17 anos) e ouvi as narrativas pessoais de sete deles. Na cidade de *Cristalina*, fiz dez visitas a um Centro

³⁴ Podem abrigar ainda jovens com mais de 18 anos que cumprem medidas referentes a atos infracionais que cometeram quando “menores de idade”.

³⁵ Para mais detalhes sobre a “medida socioeducativa” de internação, ver o ECA (Seção VII) e o documento, já citado, do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo).

³⁶ O regime de semiliberdade pode ser aplicado como medida desde o início ou como forma de transição para o meio aberto após regime de internação.

³⁷ Allen Feldman (1991), em sua pesquisa na Irlanda do Norte, mostrou-se sensível a essa questão. Ele argumenta o seguinte: “In a culture of political surveillance, participant observation is at best an absurdity and at the least a form of complicity with those outsiders who surveil” (p.12). Penso que esse argumento é interessante não apenas no caso de culturas sob vigilância política, mas também em contextos de privação de liberdade e, consequentemente, de vigilância. O autor também realizou sua pesquisa com base em narrativas, o que parece uma boa opção no caso de pesquisa de campo em contextos como os descritos.

Educacional Regional (CER)³⁸ e conversei individualmente com nove meninos (idades de 13 a 18anos). Entretanto, como descrevi na introdução, esses jovens tiveram uma disponibilidade e uma abertura para narrar que não eram esperadas e que procurarei problematizar em outras seções e no capítulo final da dissertação. Em síntese: mesmo com pouco tempo de convivência, o material produzido na e da interação com os jovens foi muito denso e a experiência de campo intensa.

A seguir, descrevo com mais detalhes a pesquisa de campo realizada em cada instituição.

Dois dias em Monte Amarelo

Por meio de uma colega da turma de mestrado consegui os contatos do presidente da Organização Não Governamental (ONG) que administra as instituições de privação de liberdade em Monte Amarelo. Em Santa Catarina, as instituições em que são cumpridas medidas socioeducativas estão sob a responsabilidade do departamento de Justiça e Cidadania (DJUC), que, por sua vez, está inserido na estrutura da Secretaria Estadual de Segurança Pública (tal forma de gerenciamento aponta para o caráter predominantemente prisional e punitivo das instituições). Em algumas cidades, o Estado terceiriza a administração, que fica, então, a cargo de ONGs.

Em Monte Amarelo, o presidente da ONG concedeu-me a permissão para realizar a pesquisa na Casa de Semiliberdade e no CIP. Ele também forneceu-me os contatos com uma das pedagogas que atua nas instituições, para que ela mediasse a minha entrada. Conversei com a pedagoga Maria³⁹ e ela propôs-se a me acompanhar durante um dia de visitas.

A casa de Semiliberdade

A Casa fica num bairro periférico, afastado do centro, com ruas de chão batido, casas simples e pequenos estabelecimentos comerciais. As portas e janelas da entrada estavam fechadas, o que logo me lembrou que não se tratava de uma casa padrão. Entramos pelos fundos. Lá havia uma pequena horta e também um cachorrinho vira-latas, daqueles engraçadinhos de tão feios, amarrado na porta dos fundos. Quando entramos, Maria apresentou-me aos jovens como uma estudante da UFSC que iria fazer uma atividade com eles, uma pesquisa. Eu cumprimentei cada menino e houve uma cena meio engraçada, pois

³⁸ Os CIPs são instituições destinadas à internação provisória, expedida por autoridade judiciária competente, de adolescentes que aguardam a apuração dos fatos e a aplicação de medida socioeducativa. Já os CERs destinam-se ao cumprimento de medidas de internação já aplicadas.

³⁹ Nome fictício para garantir a não identificação da instituição em questão e dos jovens que dela faziam parte.

não sabia se dava o habitual beijo no rosto ou não e acabei pensando isso alto, o que causou risos por parte de alguns deles. Fiquei um pouco constrangida, mas a situação foi positiva no sentido da quebra do clima de formalidades e, por vezes, embaraço, que prevalece quando se encontram pessoas desconhecidas. Em seguida, ela mostrou-me a sala na qual trabalhava com eles e depois fomos para uma salinha que seria trancada, para guardar as bolsas: “estranhei” esse fato, era esquisito trancar a bolsa para ficar mais “à vontade” na casa que eu visitava. No andar de baixo havia: essa sala/dispensa, onde deixamos as bolsas; na entrada, uma salinha (sempre trancada) com aparelho de som e outros equipamentos; a cozinha, seguida de um espaço com a mesa para as refeições (em frente a um mural com todas as regras da casa, as divisões de tarefas/limpeza etc); uma sala com computadores/imprensa/telefone para a administração e a sala da pedagoga. No andar de cima, ficavam quatro quartos, uma sala com TV, banheiro e uma varanda enorme. Quando subimos, um dos meninos varria o corredor. Maria mostrou-me tudo e fomos conhecer o quarto onde eles dormiam. Quando ela avisou que eu iria entrar, eles ficaram meio envergonhados, mas consentiram: havia dois beliches e os quatro jovens internados naquela ocasião dormiam ali. Um deles mostrou uma caixinha de artesanato que fez para dar à namorada e disse que foi Maria que lhes ensinou a fazer. A pedagoga desceu para pegar a chave para abrir a varanda, que era mantida trancada, por causa de acontecimentos anteriores, nos quais drogas eram jogadas para dentro da casa ou contatos com pessoas de fora eram feitos.

Maria retornou e então sentamo-nos em círculo para conversar. Apresentamo-nos, falei por que estava ali, tentando explicar claramente o que era antropologia, do que se tratava a pesquisa e dizendo que posteriormente eu escreveria um trabalho. Garanti a eles que suas identidades seriam protegidas, que quem fosse conversar comigo criaria um nome fictício, ninguém além de mim saberia quem contou esta ou aquela história.⁴⁰

Antes de ir a Monte Amarelo, fiquei comprometida a realizar também uma atividade com os meninos, para que houvesse uma aproximação inicial entre nós antes das conversas individuais. Elaborei a seguinte dinâmica: usar imagens recortadas de revistas que remetesse a sonhos, desejos que em geral atribuímos aos jovens. Cada um escolheria algumas imagens e falaria por que as escolheu. Então, após as apresentações, fizemos a

⁴⁰ Eu mesma não sei o sobrenome dos meninos, procedi dessa forma para que não haja nenhum registro dos nomes completos ou de dados que remetam as identidades, de forma a proteger a integridade física/moral dos sujeitos, bem como para garantir a não utilização de tais narrativas para outros fins (jurídicos, por exemplo) que não os estritamente ligados aos objetivos da pesquisa. Para isso, optei também por não apresentar e fazer com que os jovens assinassem um Termo de Consentimento Informado para a pesquisa e fiz os esclarecimentos e negociações oralmente. Contudo, apresentei um Termo (Anexo A) para as instituições que mediarão a pesquisa, esclarecendo os procedimentos éticos norteadores.

dinâmica em grupo com as imagens. Eles contaram várias coisas de suas vidas nesse momento: família, cidade, uso e tráfico de drogas. Depois da dinâmica, coloquei o CD “Rap Floripa” para eles ouvirem e deixei também uma cópia para a casa. Já estava perto da hora de eles almoçarem e se arrumarem para ir para a escola. Assim, enquanto eu conversava com um deles, os outros se preparavam. Conversei com três jovens e não foi possível escutar as narrativas de um deles por falta de tempo. Realizei a conversa individual na varanda, bem distante da porta, e eles puderam falar mais à vontade. Não houve ali a vigilância dos monitores,⁴¹ a não ser a da pedagoga que, em certo momento, deu uma “espiada”. Nessa situação, o próprio menino pediu para que ela se retirasse.

Depois de terminada a terceira conversa, os outros meninos já estavam quase acabando de almoçar. Preparei meu prato e sentei-me com eles (percebi que o pessoal que trabalhava lá – monitores, coordenador - não almoçava com eles, pois apenas sentaram-se à mesa quando os meninos saíram). Por estarem em regime de semiliberdade, os jovens frequentavam a escola normalmente em um dos períodos do dia. Assim, logo após almoçarem, despedimo-nos e eles foram para a escola. Eles iam para a escola à tarde e pela manhã tinham atividades apenas duas vezes por semana, quando a pedagoga ia lá para realizar trabalhos ligados à arte e educação. Depois do almoço, Maria acompanhou-me em uma visita ao CIP, que ficava na mesma cidade.

CIP

No Centro de Internamento Provisório havia uma guarita na entrada, mas, nos dias em que lá estive, o portão estava aberto. Para entrar no prédio é preciso tocar uma campainha. Essa porta sim, permanece sempre trancada. Já na entrada havia uma salinha do responsável pela instituição. Ele estava ali e vestia uma roupa toda preta e uma camiseta (igual a dos monitores da Casa que conheci) com emblema da Secretaria de Segurança Pública. Era um homem forte, grande, e, junto com a roupa descrita, a composição lembrava a dos policiais de tropas de elite, forças especiais etc.

Conheci primeiramente o espaço administrativo, espaço ao qual os internados não têm livre acesso, a não ser em circunstâncias especiais, como a “regalia”⁴², e sempre

⁴¹ Os monitores são funcionários das instituições de semiliberdade e de privação de liberdade responsáveis por manter a ordem, a disciplina, entre os jovens. Fazem o trabalho de vigilância durante o dia e à noite. Em algumas instituições, suas funções assemelham-se àquelas de carcereiro e agente penitenciário e, em outras, há uma tentativa de adequação aos parâmetros socioeducativos do ECA e tais funcionários têm formação e competências na área da Educação. Nos lugares que visitei havia um misto dessas duas formas.

⁴² Nesse contexto, a “regalia” é uma espécie de premiação por bom comportamento: o jovem “premiado” pode circular no espaço administrativo da instituição, com a condição de ajudar nos serviços de limpeza, lavagem de

acompanhados por um monitor. Havia uma porta de ferro trancada, que separava o espaço administrativo do local de convivência dos jovens internados. Além do escritório descrito, havia mais duas salas: um “laboratório de informática” com quatro computadores não instalados e que, aparentemente, nunca são utilizados (pois depois eu perguntei aos meninos se eles tinham acesso a computadores e eles responderam negativamente) e uma sala com duas escrivaninhas, nas quais trabalham uma psicóloga e um assistente social. Fomos até a cozinha e a cozinheira conversou com Maria sobre fugas e retornos de alguns meninos, sobre o comportamento de outros, entre outras coisas. Enquanto conversávamos, os meninos estavam no tempo de descanso após o almoço. Às 14 horas, a porta de ferro foi aberta. Estava um pouco apreensiva, pois tinha percebido que era um ambiente prisional - bem diferente da Casa -, tudo ali tinha a característica de prisão: o prédio, a vigilância, a separação das alas de convivência. Entramos, os meninos (eram 11) estavam sentados ao redor de uma grande mesa quadrada, estavam em silêncio. Percebi o olhar de surpresa em relação à chegada de pessoas diferentes, à chegada de uma jovem. A pedagoga então apresentou-me e pediu para que eu falasse dos motivos de estar ali. Então, apresentei-me, disse que era estudante, que estava fazendo mestrado, expliquei o que era mestrado e o que era Antropologia, falei que iria escrever um trabalho, que mais tarde poderia ser transformado num livro. Expliquei também porque eu estava ali, porque para mim era importante ouvir as histórias deles, histórias que me ajudariam a escrever o meu trabalho e que levariam à sociedade um “olhar” diferente sobre aquelas situações, com as histórias das vivências dos próprios jovens. Enquanto eu falava, eles permaneciam em silêncio, percebi rostos muito atentos, alguns deles assentiam com a cabeça em sinal de concordância. Em seguida, eles se apresentaram, dizendo seus nomes, idades e cidades de origem.

Também no CIP realizei a dinâmica com as imagens com o grupo de 11 meninos. Durante essa conversa coletiva, o clima foi ficando bem descontraído, eles participaram bastante e tiveram uma grande abertura, sem se preocupar com a presença dos dois monitores sentados nos fundos daquela grande sala. Cada um falou sobre as imagens que escolheu e tais falas eram interpostas pelos comentários de outros meninos, meus e da pedagoga. As imagens levaram a conversa a assuntos como: paternidade e saudades dos filhos, desejo de liberdade, dinheiro, armas, assaltos, mulheres, risco, ser “de menor”, projetos e desejos em relação à vida profissional. Os comentários e questões de Maria tinham sempre um tom “pedagógico”: assertivas morais, ensinamentos. Ao contrário, busquei sobretudo instigá-los a falar do que a

roupas etc. Parece um “prêmio” meio fajuto, entretanto, como mostrarei mais adiante, pois a oportunidade de sair do confinamento e exercer qualquer atividade significa muito para os jovens em regime de internação.

comentar suas falas. Depois desse momento, houve um intervalo para o lanche, no qual tivemos que sair (não entendi bem por que, apenas segui a pedagoga).

Depois retornamos ao espaço de convivência deles e também coloquei o cd de *rap*. Então, alguns contaram que dois meninos ali já tinham composto *raps*. Pedi para eles cantarem e gravei, mostrando em seguida a gravação a todos. Foi bem divertido para todos esse momento.⁴³ Deixei folhas de papel e canetas para que eles escrevessem ou desenhassem o que quisessem, enquanto eu realizava as conversas individuais. Alguns escreveram sentimentos, outros desenharam coisas que gostavam. A pedagoga ficou com eles e eu fui para a salinha no lado de fora para dar início à escuta das narrativas.

Na salinha, coloquei duas cadeiras bem próximas e no fundo da sala para que o monitor não pudesse escutar nossa conversa, mas de modo que ele pudesse nos ver (assim me orientaram). Nessa tarde, ouvi mais três jovens. Ao fim de cada interlocução, eu agradecia ao menino e dava um aperto de mão com carinho. Quando a conversa terminava dava para sentir uma expectativa por parte deles de palavras de encorajamento ou conforto, tentei passar isso de alguma maneira. Entretanto, era bem confuso ouvir coisas tão fortes, tão dolorosas, talvez antes nunca narradas, sabendo que depois eu não voltaria a ver esses jovens que quiseram compartilhar um pouco de suas vidas. Já estava quase na hora do jantar deles e do posterior recolhimento aos quartos. Voltei então à sala coletiva e mais gente queria falar. Comprometi-me a voltar no outro dia pela manhã.

No dia seguinte, Ângelo (um dos meninos) chegou na salinha contando-me que havia dito lá dentro que queria ser o primeiro a conversar comigo e que os outros meninos acharam engraçado, tiraram sarro dele. Uma peculiaridade nessa entrevista foi o interesse do interlocutor pela profissão de antropólogo. Ele queria entender melhor em que eu trabalharia depois do mestrado. Nesse dia, após a entrevista, um monitor levou o menino para uma outra sala para revistá-lo antes que ele voltasse para o espaço interno trancado. Isso deixou-me incomodada, provavelmente era uma prática rotineira, mas me causou estranhamento, especialmente por ter sido diferente no dia anterior. Depois, o monitor foi lá dentro e voltou dizendo que mais nenhum menino queria conversar. Eu fiquei surpresa, pois no dia anterior vários deles disseram que queriam e não sei o que houve: talvez tenha passado a empolgação do momento. Eu não pude entrar no espaço de convivência para conversar com todos, como tinha feito anteriormente. Enfim, já tinha realizado muito mais conversas do que eu poderia

⁴³ No Anexo B pode ser encontrada a transcrição desses *raps*.

prever. Em apenas dois dias, conheci muitos jovens e ouvi sete histórias sobre mortes, mas também sobre vidas nada fáceis.

Desse primeiro “encontro”, saí com sentimentos muito variados: alegria pelo êxito do trabalho e por ter encontrado jovens que queriam (muitos talvez que precisavam) compartilhar suas histórias, mas senti também uma tristeza profunda, impotência e indignação diante de situações de vida com as quais eu nunca antes tinha me confrontado. Os meninos diriam que eu passei a experimentar que “esse mundo é só veneno”... Voltarei a esse assunto no último capítulo.

Na instituição de Cristalina

Em Cristalina, a pesquisa foi realizada num CER (Centro Educacional Regional) que recebe jovens de todo o Estado, em sua maioria, já em fase de cumprimento de medida de internação. Dentro desse CER há também um espaço (um “nível”) que funciona como CIP, pois é composto por jovens que estão aguardando julgamento. Acessei a instituição por meio de um conhecido que lá trabalhou como professor. Conversei com a direção e o coordenador pedagógico Marcelo (nome fictício), que ficou encarregado de mediar as minhas visitas aos jovens. Ele apresentou-me a estrutura do prédio, falou sobre a forma de organização e as dinâmicas locais, especialmente no tocante ao processo educativo, e encaminhou-me para que eu realizasse a pesquisa junto aos jovens de dois diferentes “níveis”. De acordo com o ECA (Art.123), na internação deverá haver uma rigorosa separação dos jovens de acordo com critérios de idade, compleição física e gravidade da infração. Marcelo explicou que na prática era difícil contemplar todos esses critérios e que naquele CER os internados eram distribuídos em diferentes “níveis” (alas), com base em critérios de idade e fase processual em que se encontravam (aguardando sentença, cumprindo medidas, fase final do cumprimento da medida etc).

No que toca à descrição sobre a estrutura física, em geral esse CER assemelha-se muito ao CIP já descrito. Na entrada há uma placa com o nome da instituição, bem como com Secretaria de Segurança Pública. A partir daí, o caráter punitivo fica bem mais sobressalente do que o educativo. Há um portão cadeado, uma guarita e, antes de entrar, há mais um portão, logo após uma salinha na qual policiais monitoram por vídeo o interior e exterior da instituição. No prédio, a primeira parte é a da área administrativa e, tal como em Monte Amarelo, há uma porta de ferro trancada, que separa a área administrativa da área em que ficam os meninos. Após essa porta, desce-se uma escadinha para chegar ao outro espaço. Ali é mais escuro, nas paredes e no teto há mofo, nada muito diferente das escolas públicas mais

pobres. Conheci algumas salas de aula (com carteiras, quadro negro) e a sala dos professores/biblioteca (na qual a grande maioria dos livros era de caráter didático, havendo poucas obras de literatura). Nessa instituição há também quadras de esportes. Pude conhecer também os locais em que os jovens dormem. Eles serão descritos mais adiante, quando falo sobre os níveis nos quais realizei a pesquisa.

Dados gerais e rotina na instituição

No período em que lá estive, havia cerca de 70 jovens, com idades de 12 a 21 anos. A maioria deles estava ali por conta de furto, tráfico ou homicídio. No caso dos furtos, de acordo com Marcelo, a internação se dá por motivo de recorrência da infração. Após seis meses de medida, um relatório sobre o jovem - feito por pedagogos, psicólogos e assistentes sociais da instituição - é enviado ao juiz da Comarca responsável pelo caso. Dependendo do juiz, há progressão da medida ou sua extensão.⁴⁴ O pedagogo contou ainda que muitos desses jovens, hoje com 20 anos, desde os 13 vivem institucionalizados por longos períodos.

Os jovens dormem em “quartos” separados e trancados (mais se assemelham a celas), e, em alguns níveis, têm direito à TV no quarto (a família traz ou se trata de doações). Muitos também têm DVD e vídeo game. Eles acordam às 7:30h e no período de férias a atividade principal é a prática de esportes na quadra coberta que há ali. Há dois dias destinados para a visita dos familiares, que, entretanto, não pode ultrapassar uma hora de duração.

O processo de ensino ligado à educação formal dá-se por meio de módulos, no estilo do ensino “Supletivo”, da Educação para Jovens e Adultos (EJA). Dos setenta internos, três estavam em período de alfabetização. A maioria cursava o Ensino Fundamental e apenas seis estavam no Ensino Médio. Marcelo contou que poucos professores conseguiam permanecer ali durante um ano letivo. Em 2008, por exemplo, entraram 9 e restaram apenas 3 professores. De acordo com o pedagogo, os meninos tinham muita resistência a estudar, dificuldade para criar uma rotina e dificultavam o trabalho dos professores. Contou que é difícil impor limites, disciplina, através do diálogo, e não da força. Quanto a oficinas e projetos, de acordo com Marcelo, pelos mesmos motivos é difícil desenvolvê-los e mantê-los.

⁴⁴ Esse procedimento é previsto pelo ECA (art. 94) como uma das atribuições das entidades que desenvolvem programas de internação. Desse relatório semestral depende, em grande parte, a progressão ou extensão da medida. Tatiana Dassi (colega do PPGAS), que já fez trabalho de campo em instituições de internação, observou que também os monitores (que passam o dia a vigiar os jovens) têm um papel importante na composição desses relatórios. Eles registram todos os acontecimentos do dia, todas as condutas e falas dos meninos em detalhes. Assim, o procedimento, cujo objetivo seria a reavaliação dos casos, é também um reforço dos mecanismos institucionais de vigilância e controle.

O nível da fazendinha

Marcelo achou melhor que eu começasse a pesquisa em um nível que funcionava como uma espécie de prêmio por bom comportamento, geralmente para os jovens que já estavam internados há mais tempo, próximos à data de saída. Argumentou que ali era muito tranquilo, que os jovens gostavam de falar e que havia diversidade de experiências.

Na primeira visita, o pedagogo foi até o nível comigo. Tal nível ficava num espaço exterior ao do prédio principal. Dirigimo-nos até lá e um monitor veio abrir um portão cadeado na entrada do nível. Marcelo apresentou-me e explicou que eu faria uma pesquisa com os “adolescentes”. Logo chegou um menino perguntando se eu era professora nova (o ano letivo deles estava para começar) e Marcelo respondeu que não, sem dar maiores explicações naquele momento. Juntaram-se alguns meninos e o pedagogo disse que eu estava ali para fazer uma pesquisa sobre as medidas socioeducativas, sobre a vida deles ali (eu não entendi porque ele disse isso, já que eu não havia falado nada nesses termos para ele), mas que eu iria explicar melhor. Marcelo então saiu e me deixou sozinha com os meninos. O monitor ficava apenas observando de longe.

Estava meio nervosa, mas procurei falar com calma e com sinceridade por que eu estava ali. Sentei-me na grama, alguns deles estavam sentados em um banco de concreto perto do tanque, chamei mais alguns pra conversarmos um pouco. Dois não vieram, estavam circulando pelo terreno, empinando pipa, e continuaram suas atividades normalmente. No grupo que estava comigo – com aproximadamente cinco jovens - não quiseram que eu sentasse na grama e um deles foi buscar uma cadeira pra mim. Perguntei um pouco sobre eles, idade, de onde eram, e eles também perguntaram sobre mim: “e a dona?”⁴⁵. Expliquei então que estava fazendo mestrado (o que era) em Antropologia e que a minha pesquisa era sobre histórias sobre homicídios entre jovens. Disse que poderia fazer a pesquisa entrevistando policiais, juízes, com notícias da mídia, com processos penais, mas que escolhi trabalhar com a visão de jovens que tinham experiências de vida sobre o tema. Deixei bem clara a questão da proteção das identidades e da forma de gravação de entrevistas. Logo um deles disse: “eu posso falar”. Então dei um CD de rap pra eles, como fiz em Monte Amarelo, um pequeno presente que eu sabia que a maioria iria gostar. Eles logo colocaram o CD no som e fui então conversar individualmente com o primeiro menino que tinha se disponibilizado.

⁴⁵ O termo “dona” (e senhora) era acionado por eles quando falavam comigo e era assim também que eles se dirigiam às mulheres que trabalhavam nas instituições. Os homens eram tratados por “seu” e senhor. Perguntei a um deles se alguém havia ordenado que eles falassem nesses termos e ele respondeu que não, que era por “respeito” mesmo. Alguns deles também usavam você e tu para falar comigo, especialmente quando estávamos conversando a sós.

Em Cristalina, não realizei uma oficina em grupo, como tinha feito anteriormente. Fiz apenas essa apresentação explicando a pesquisa com clareza e depois eu ia perguntando quem gostaria de contar as histórias individualmente. Dessa primeira visita, destaco que Joe, durante nossa conversa, falou sobre a percepção que teve de mim. Disse que eu era parecida com um pessoal de uma faculdade que fez trabalho com eles, pois usava roupas discretas (“sem muita estampa”) e sem preocupação com marcas. Falava isso demonstrando certa admiração por encontrar jovens diferentes do padrão que ele conhecia.

Um dia especial

Tive a oportunidade de passar um dia com os meninos no nível da “fazendinha”, coisa com a qual não contava e que foi uma experiência muito interessante. Quando entrei no nível, pela manhã, fiquei conversando um bom tempo com Joe e com Wesley, dois jovens que eu tinha entrevistado no dia anterior. Eles se aproximaram mais de mim, com certeza por já termos um contato. Os outros meninos circulavam por ali. Um deles, com um carrinho de mão, trazia alimentos (frango, ovos, leite) para o almoço deles. Conversamos sobre vários assuntos, sobre a vida deles ali e também lá fora, sobre as coisas que gostávamos de fazer: esportes, praia etc. Falamos também sobre machucados no corpo (eu havia acabado de levar sete pontos na perna), carnaval, casamento, religião. Enfim, essa conversa foi muito importante para mim, pois foi um diálogo no qual tive que me colocar como pessoa e realmente trocar experiências com eles, não apenas ouvir. Joe disse então que ia lá dentro do nível, da casa, para fazer alguma coisa. Então pedi a ele para conhecer o espaço e ele disse que tudo bem. Na entrada, havia uma sala vazia com uma reprodução de um quadro surrealista na parede (mais tarde essa sala foi ocupada por carteiras e quadro, pois serviria como sala de aula a partir do dia seguinte). Em seguida estava a cozinha, equipada com armários, fogão, geladeira, micro-ondas, TV/DVD⁴⁶, uma mesa de concreto grudada no chão. Na mesa, um bolo de chocolate recém-saído do forno e uma garrafa com café. Eles ofereceram-me o lanche e é claro que eu não negaria! O menino que fez o bolo disse que tinha ficado ruim, mas eu gostei muito e o elogiei. Mais adiante havia o quarto do monitor, nos fundos estava o quarto com beliches deles, no qual não entrei, pois havia meninos descansando. Apenas nesse nível os jovens compartilhavam o quarto; nos outros, os quartos eram individuais e trancados.

⁴⁶ Contaram que estavam sem vídeo-game, pois o que tinham havia sido destruído por policiais durante uma intervenção destes últimos na instituição, por conta de uma possível rebelião e fuga. Os jovens disseram ainda que o foco da rebelião não estava no seu nível, que os policiais sabiam disso, mas chegaram “quebrando tudo”, em todos os níveis.

Quando eu estava para ir embora, perto das 12h, os meninos vieram me convidar para almoçar com eles. Perguntei se eu não iria incomodar, eles disseram que não, então aceitei. Fiquei bem contente com esse convite, pois senti que minha presença era do agrado deles. Além disso, poderia compartilhar um momento cotidiano dos meninos, um momento mais leve, diferente daquele em que eles narravam as histórias sobre homicídios. Naquele nível, eram eles próprios que cozinham. Prepararam o que eu chamo de “almoço de domingo” (não sei se era sempre assim ou era porque tinha visita): carne de frango bem temperada e assada, macarrão, arroz, salada de tomate e alface, farofa, sucos naturais de laranja e limão. Percebi que me deram os talheres e o prato mais bonito. Sentamos todos juntos na mesa. Elogiei a comida, que estava realmente muito saborosa!

Nesse dia, ainda, passei a tarde com eles escutando as narrativas pessoais de mais dois jovens. Foi uma experiência muito importante, pois me permitiu conhecer um pouco das vivências cotidianas desses sujeitos, algo que os retira dos lugares de “outros”, de “infratores”, de agentes de violências, e traz a dimensão da sua proximidade em relação a mim e a qualquer pessoa. Foi importante vê-los varrendo, cozinhando, soltando pipas, fazendo piadas, sendo extremamente gentis e educados, se comparados aos “adolescentes” em geral. Esses momentos me faziam lembrar que não existem sujeitos fixos, mas sempre sujeitos em ação, atuando de maneira coerente com as situações particulares.

O nível dos que estão à espera

Quando nenhum outro jovem do nível da “fazendinha” mostrou interesse em contar suas histórias, Marcelo autorizou-me a continuar a pesquisa em outro nível. Tratava-se de um nível no qual viviam 12 adolescentes em fase de espera da sentença do juiz em relação aos seus processos (um CIP no interior do CER). Nessa situação, eles poderiam permanecer internados até no máximo 45 dias: se a sentença não saísse nesse prazo, deveriam ser liberados para aguardar em liberdade.

No primeiro dia, Marcelo apresentou-me aos monitores (eram três, trajavam camisetas pretas da Secretaria de Segurança Pública) e expliquei que eu faria “entrevistas” (era a forma mais fácil de explicar a pesquisa) com os meninos que quisessem participar da pesquisa. Falei sobre a questão de eles acompanharem minha estada lá, de forma a nos ver, mas não de ouvir nossas conversas, para não constranger os meninos.⁴⁷ O local era

⁴⁷ Tanto no CIP de Monte Amarelo, quanto nesse nível do CER, minhas interlocuções com os jovens eram sempre vigiadas pelos monitores. Foi uma condição que as instituições colocaram, argumentando que poderia

completamente diferente do outro nível. Na entrada do nível, havia uma escrivaninha para os monitores, uma geladeira e uma sala grande com TV e uma mesa. Em seguida, havia um corredor com as celas individuais, cada uma com uma porta de ferro trancada e com uma pequena abertura para a passagem de comida. Falo celas, pois, quando vi esse corredor, era impossível não associá-lo às imagens que temos das prisões.

Entrei com Marcelo na sala grande e ele me apresentou aos meninos. Havia uns quatro deles jogando baralho na mesa e depois mais alguns foram entrando. Na TV estava passando a novela da tarde, mas, no momento, ninguém a assistia. Esperei que mais alguns meninos chegassem, para então explicar a pesquisa. Sentei junto com eles na mesa e então falei sobre os objetivos, explicando com clareza, da mesma forma que fiz nas outras situações. Pude perceber alguns concordando com o que eu dizia e depois eles começaram a indicar quem eles achavam que tinha boas histórias pra contar (“Vai ponto 40!”; “esse daí tem um monte de história” e coisas do tipo). Nesse momento, reforcei que não precisavam ser histórias pessoais, mas histórias que eles conheciam. Chamou-me a atenção o fato de, nesse nível, a maioria (uns 7) ser bem jovem (14, 15 anos). Nesse nível fiz quatro visitas, nas quais conversei com vários jovens e escutei as narrativas pessoais de cinco deles.

No item que segue, problematizarei alguns aspectos acerca da relação que construí com os meninos. Tais elementos também fazem parte do contexto de produção dos “dados” e são importantes para situar os resultados da pesquisa, as ênfases dos sujeitos em determinados aspectos de suas vivências etc.

1.2.3 O “Encontro” com os Meninos

Miriam Pillar Grossi (1992), no artigo “Na busca do ‘outro’ encontra-se a si ‘mesmo’”, propõe a reflexão de que a relação entre antropólogos e informantes em campo é central na construção das produções na Antropologia. Discorre sobre o fato dos relatos sobre os “encontros etnográficos”, narrando as ambiguidades, as angústias e os sofrimentos do antropólogo “ser humano”, terem sido por muito tempo considerados como literários, e não componentes do “fazer antropológico”. Coloca também que uma revalorização contemporânea da experiência subjetiva do contato com o outro parece estar ligada aos questionamentos a alguns paradigmas da Antropologia (“realismo etnográfico”, não explicitação do contexto de produção dos dados etnográficos, não reciprocidade da

haver uma situação em que eu fosse rendida pelos jovens, com vistas a uma rebelião, ou algo assim. Aceitei tal condição, mas pedi para que os monitores ficassem a uma distância na qual não seria possível nos ouvir.

interpretação – negação do processo de negociação entre pesquisador/”pesquisados”), feitos tanto pelos denominados pós-modernos, quanto por algumas antropólogas feministas que se propõe a repensar a relação sujeito/objeto a partir das relações de gênero.

O objetivo neste item é apresentar as questões pertinentes à relação que construí com os interlocutores, à negociação recíproca entre interesses, expectativas, objetivos, que marca as situações de “encontro etnográfico”.

Um primeiro ponto que gostaria de apresentar é que fui ao encontro dos jovens sem nenhuma informação prévia sobre eles. Decidi não consultar as “fichas” que as instituições possuem e que são compostas por uma série de dados sobre os jovens: família, outros episódios de internação, infrações cometidas etc. Fiz essa opção, por considerar que seria importante, no caso da presente pesquisa, não obter informações que engaiolassem os sujeitos, via categorizações atribuídas externamente. A intenção era conhecer os sujeitos por meio das suas seleções, das suas ênfases. Essa opção ajudou-me a encarar cada menino como alguém que me contaria histórias sobre si ou sobre outros, e não como “o homicida”, “o reincidente no tráfico”, “o que tem uma família desestruturada”. É claro que, por estarem internados, eu sabia que aqueles jovens tinham em comum o fato de terem cometido algum “ato infracional”, mas isso diz muito pouco sobre suas experiências.

Sobre a questão da imagem que passamos para os interlocutores e da situação de ser uma mulher jovem (tenho 25 anos) entre meninos em situação de privação de liberdade, houve um episódio em campo que merece ser descrito. No dia que passei com eles no nível “da fazendinha”, conversei bastante com Joe. Numa de nossas conversas, ele perguntou se eu usava brincos. Nesse dia eu estava apenas usando um brinco pequeno no segundo furo da orelha. Eu respondi que sim, mas que não sempre e que não gostava de muita “prataria”, maquiagem, essas coisas. Ele disse que era difícil conhecer mulheres assim, que não fossem tão preocupadas com vaidade. Esse episódio apenas tornou explícita a condição de “estrada de mão dupla” que caracteriza os “encontros etnográficos”. O pesquisador não é o único a “observar” o outro e a relação é constantemente negociada com base nessas avaliações mútuas. Acerca do fato de ser uma mulher em um contexto muito peculiar, ressalto que tomei cuidado para não usar roupas e acessórios que chamassem a atenção para o corpo. Assim procedi em respeito à condição deles e para que a interação ocorresse bem, com foco nas conversas. Para mim não foi difícil, pois no cotidiano já tenho “costumes mais sóbrios”, mas não poderia deixar de levar em conta que eles eram homens, jovens, que conviviam pouquíssimo com mulheres e que demonstravam sentir falta das namoradas, das meninas. Entretanto, fiz questão de usar as mesmas roupas que sempre uso, de forma a não me

descaracterizar como pessoa e mulher. Isso teve bons resultados, pois eles confiaram em mim e, ao mesmo tempo, em nenhum momento me senti desrespeitada, ou constrangida, entre eles.

As categorias que uso neste trabalho para me referir aos interlocutores falam muito sobre a relação estabelecida com eles. Em algumas ocasiões, uso “jovens” ou “adolescentes”, categorias que, como descrevi no item 1.1.2, são distantes das usadas pelos sujeitos. Aciono-as, pois elas comunicam aos leitores o grupo geracional com o qual interagi. Por vezes, aparece o termo *meninos*. “Meninos” traduz muito mais a relação que constituí com eles e a percepção que tive deles. Não é uma categoria “nativa”, como “moleque”, mas se aproxima dela e não é tão distante e generalizante como “jovens”. Chamo-os de meninos, pois tive a oportunidade de conhecer um pouco de suas biografias, e especialmente, como desenvolverei no último capítulo, de dimensões que remetem muito mais à fragilidade, à sensibilidade e ao sofrimento, do que a valores mais associados à afirmação de certo “estilo de masculinidade” (CECHETTO, 2004). Além disso, a maioria deles era fisicamente magro, baixo e aparentava ser mais novo em relação à idade que tinha. Mesmo alguns deles sendo visivelmente calejados (cicatrizes, magreza, olhares tristes), eram, em geral, muito brincalhões, muito performáticos. Mostraram-se a mim como meninos: não no sentido de crianças pequenas e indefesas, mas como uma espécie de “meninos velhos”, que carregam consigo memórias, cicatrizes e experiências nada leves, sem perder de vista a brincadeira, a gargalhada e a espontaneidade.

Ainda sobre a categoria “meninos”, gostaria que ela não fosse interpretada como uma forma de infantilizar os sujeitos. Ela expressa não apenas uma perspectiva minha, mas também uma espécie de assimetria por eles estabelecida, na medida em que me colocaram na posição de uma ouvinte com a qual seria possível desabafar, falar sobre sofrimentos, sobre dificuldades. Para eles, eu não era uma igual, como no caso do grupo de pares. A realização das conversas em grupo em Monte Amarelo forneceu um parâmetro para comparar as diferentes posturas apresentadas pelos meninos quando falavam diante dos pares e quando estavam somente em minha companhia. No primeiro caso, predominaram o tom jocoso, os risos, a dimensão da aventura no “mundo do crime”, a afirmação de um estilo tradicional e normativo de masculinidade (heterossexualidade, força, coragem, objetificação das mulheres). Já nas conversas individuais, o tom era mais sério, eles não esconderam sentimentos de sofrimento, de fragilidade, de sensibilidade, e enfatizaram a dimensão das perdas no “mundo do crime”. Eu não era uma “igual”, mas também não era como as pessoas que estão à sua volta (funcionários da instituição). Eu não escreveria um relatório sobre eles para um juiz. Ao contrário, deixei bem claro, no início das interações, que suas identidades seriam protegidas. Dessa forma, é muito provável que eles puderam enxergar, na relação comigo, uma

oportunidade para falar coisas que, em geral, não falam nem para os pares, nem para as pessoas com quem têm contato no ambiente institucional. O tom de “desabafo” que prevaleceu em nossas conversas será alvo de reflexão em outros momentos da dissertação (em especial no capítulo 3).

1.3 AS NARRATIVAS PARA “CONTAR” AS VIOLÊNCIAS

Neste último tópico, a intenção é mostrar o “casamento fértil” que pode se dar entre o enfoque teórico que orienta esta pesquisa e o uso das narrativas como metodologia. Para isso, apresento algumas considerações sobre a questão das narrativas na Antropologia e, em seguida, as narrativas como forma de acessar a dimensão vivencial das violências. Por fim, são detalhadas as condições nas quais se produziram as narrativas que compõem a pesquisa e suas implicações para a interpretação das histórias narradas.

1.3.1 As narrativas na Antropologia

Ao longo da história da Antropologia, acionaram-se diferentes usos e formas de análise em relação às narrativas compartilhadas entre os grupos estudados. Procurarei discutir neste tópico alguns desses usos. De acordo com Ester Jean Langdon (1999), de Tylor, Frazer (precursores) a Lévi-Strauss (nos anos 60), o foco da análise de narrativas estava em textos fixos – mitos – e a intenção mais geral era especular sobre a evolução sociocultural e a mentalidade primitiva. Os funcionalistas, inspirados em Malinowski, examinaram as narrativas como reveladoras da cultura. Entre os “culturalistas” (Escola Boasiana), a preocupação era com a questão da veracidade da tradição e a autenticidade do texto atuando como representativas de um grupo cultural. Langdon afirma que, com exceção desse último enfoque, nessas análises se ignorava a contextualização da produção dos textos, ou seja, o fato de que “a narrativa é o resultado do evento de sua narração num contexto cultural particular e as implicações deste evento para o texto” (LANGDON, 1999, p.15). Desde os anos 70, os estudos sobre narrativa têm se desenvolvido através de linhas de investigação no âmbito do conjunto cultura-linguagem-sociedade e seus desdobramentos. Nesse contexto, concebe-se

que a narrativa, como expressão oral, faz parte dos gêneros dramáticos e performativos, que são marcados por qualidades estéticas e emergentes, via interação social. Houve, assim, de acordo com a autora, um deslocamento no tocante à forma de tradução da literatura oral: do enfoque da tradução literal/lingüística de um texto fixo, para a produção de um texto literário que reflete os mecanismos poéticos da performance oral. Os estudos que focam a narrativa como performance cultural, como tradição oral compartilhada, desenvolvem-se no âmbito de grupos que formam “comunidades narrativas” (LIMA Apud HARTMANN, 2007), no sentido do conhecimento mútuo de narrativas e do hábito de compartilhá-las, recriá-las e performatizá-las. As narrativas orais se constituem como forma de transmissão de conhecimento e experiência, construção de memória e história (LANGDON, 2007), expressão do grupo e de identidades sociais (HARTMANN, 2007), socialidade e engendramento dos sujeitos da experiência (CARDOSO, 2007).

As narrativas na Antropologia são também perspectivadas como veículos de sentido, como formas de acessar as significações, avaliações, valorações de determinadas experiências sociais. Renato Rosaldo (1986) procura mostrar como as narrativas podem constituir-se numa rica fonte de conhecimento sobre o sentido que as pessoas atribuem ao seu cotidiano. As histórias contadas pelas pessoas sobre elas mesmas frequentemente revelam mais sobre o que pode tornar a vida digna de ser vivida, do que sobre a maneira como ela é rotineiramente vivenciada. Rosaldo argumenta que tanto a etnociência com seus modelos êmicos, bem como o realismo etnográfico caracterizado por monografias detalhadas, compartilham da limitação de não focalizar as estórias que as pessoas contam. Tal omissão despoja uma porção de significado humano da produção de conhecimento antropológico. Metaforicamente, é como conhecer as regras de um jogo, mas não saber como ele é jogado.

Sônia Weidner Maluf (1999) desenvolve a idéia da narrativa como forma de interpretação da experiência individual e coletiva e como veículo de sentido, a partir de um estudo sobre as novas culturas terapêuticas e religiosas no Brasil. A autora argumenta que a dimensão subjetiva e pessoal, marcante nas narrativas que analisou, “encontra no fluxo do conjunto das narrativas outra dimensão, aquela que fala da experiência e de seus sentidos sociais” (p.69). É importante salientar que Maluf lembra que os sentidos encontrados são sempre precários e temporários, na medida em que podem ser modificados pela experiência individual e coletiva. Para encontrar os sentidos da experiência (no caso, a emergência de uma nova cultura terapêutica e espiritual), é preciso considerar a experiência singular – ligada a uma dimensão coletiva e social – e o significado dado a essa experiência por sujeitos

particulares. Trata-se de argumento similar ao que procurei desenvolver ao longo deste capítulo, ao afirmar que não há como compreender as relações entre juventude e violências sem conhecer as maneiras pelas quais sujeitos concretos e singulares significam suas experiências.

Nesta pesquisa, o uso das narrativas pautou-se por estes termos: narrativas como veículo de sentido, como forma de acessar o sujeito social que emerge ao narrar e suas atribuições de sentido a uma determinada experiência social (no caso, as mortes violentas entre jovens). A seguir, apresento algumas características gerais das narrativas, apontadas por autores diversos, que são pertinentes ao seu uso para “contar” as situações de violências.

1.3.2 Narrativas para “contar” as violências

O uso das narrativas mostrou-se muito profícuo para uma compreensão da “dimensão vivencial” (RIFIOTIS, 1997; 1999; 2006) das violências. Em sua pesquisa de dissertação defendida no PPGAS, Tiago Rodrigues (2006) realizou uma análise de narrativas de experiência pessoal de eventos considerados violentos, procurando refletir sobre a temática a partir dos sentidos e significados oferecidos por sujeitos que vivenciaram situações por eles consideradas violentas. Rodrigues procurou mostrar os distanciamentos e as aproximações entre as perspectivas dos entrevistados, de forma a expor a maneira pela qual se articulam a experiência e o sujeito que emerge quando da expressão dessa experiência. Um dos aspectos importantes ressaltado por ele foi o fato de que, nas narrativas, os próprios narradores surgem como sujeitos, portadores de moral, interesses, valores, julgamentos, emoções, sentimentos (RODRIGUES, 2006, p.190).

As narrativas constituem um meio de falar sobre eventos anteriores em que necessariamente aparecerá a dimensão moral (percepções, valorações), bem como um ponto de vista ou um “sujeito em mudança”, que se constrói na narrativização. E é nesse sentido que a escuta de narrativas “casa” muito bem com o referencial teórico pelo qual se pauta este trabalho e que orientou também a pesquisa de Rodrigues (2006). A seguir, apresento os elementos das narrativas que se relacionam às dimensões acima referidas.

Narrativa, tempo e sujeito

Uma das propriedades que definem a narrativa é que todas as narrações descrevem uma transição temporal de um estado de coisas a outro. Trata-se da “dimensão cronológica”, trabalhada por Paul Ricoeur (Apud OCHS, 2000). Nesse caso, não se trata do tempo físico,

mas de um tempo existencial. Quando elaboramos narrações sobre o passado, as apreendemos em termos do que elas implicam para o presente e para o futuro. De acordo com Renato Rosaldo (1993), que também tece seus comentários com base na concepção de Ricoeur, as narrativas modulam as experiências temporais e estas, por sua vez, dão corpo às narrativas. Dessa forma, há um agenciamento retrospectivo da experiência, há uma seleção e uma interpretação pautadas por um ponto de vista localizado no presente. É nesse sentido que as narrativas não são tanto representações da experiência, mas são constitutivas, as modulam. (BRUNER, 1986; ROSALDO, 1993). Como argumenta Vânia Zikán Cardoso (2007, p.04), a narrativização é “um processo de significação através do qual ‘experiência’, ‘sujeito’ e ‘evento’ são simultaneamente constituídos” e em que o ato de narrar “constitui [...] uma proliferação de signos e uma articulação de múltiplos significados, engendrando um espaço interpretativo no qual se abre a possibilidade de novas percepções do cotidiano”.

A partir dessas considerações, pode-se pensar que, nas narrativas, não há apenas um ordenamento do vivido, uma mera reprodução das experiências. A narrativização, ao implicar um processo de seleção, de interpretação e de reelaboração com base no presente, configura um espaço para a produção de experiências, eventos, sujeitos. É a partir dessas considerações que se pode falar em termos de um sujeito que emerge ao narrar, que se constitui nesse processo e que ajuda a pensar na questão da mobilidade e contingência das posições de identidade.

Narrativa e moralidades

Walter Benjamin (1987, p.200), em seu ensaio “O narrador”, afirma que é da natureza da verdadeira narrativa uma dimensão utilitária: “seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio, ou numa norma de vida [...]”. Também em Hayden White (1981) e em Elinor Ochs (2000) tal dimensão das narrativas é enfatizada. Para o primeiro, em qualquer consideração sobre a realidade que envolva narratividade podemos estar certos de que moralidade ou impulsos moralizantes estarão também presentes (WHITE, 1981, p.22). Ochs argumenta que, como as narrações têm pelo menos um ponto de vista, por sua própria natureza, formulam juízos.

Como argumentei no item 1.2.1, a fala sobre “violência” implica sempre percepções sobre o social relacionadas a determinadas configurações de sujeitos, com suas expectativas, avaliações, moralidades. Por meio das narrativas, é possível acessar tais percepções e as configurações de sujeito com as quais elas se relacionam.

Gostaria, ainda, de apresentar uma dimensão das narrativas que considero importante, no caso desta pesquisa.

Dimensão política: Produção de Memória, de História

Ao narrar “etnograficamente” as histórias que ouvimos, ao registrá-las em forma escrita e ao publicizá-las, damos continuidade e movimento às coisas narradas, ajudamos a compor a história.

De múltiplas formas, a marca da coisa narrada aflora na escritura antropológica, se não de quem a vivenciou, pelo menos de quem a narrou, deslocando a figura do antropólogo para o lugar de narrador de histórias, de vidas vividas, matéria de onde surgem todas as histórias, a história (ECKERT; ROCHA, 2004, p.16).

Esse parece um aspecto político importante decorrente das pesquisas que envolvem narrativas. No caso do presente trabalho, são registradas histórias de sujeitos geralmente situados à margem da sociedade e, às vezes, “fora” da sociedade. São histórias que dificilmente fariam parte das leituras oficiais, hegemônicas, sobre uma época e sobre os indivíduos que nela viveram. As leituras que predominam acerca desses sujeitos são as leituras exteriores, que reduzem essas pessoas a alguns de seus atos – e à tipificação jurídica desses atos. De acordo com Cornélia Eckert e Ana Luiza Rocha (2004), a indiferença do antropólogo para com as coisas que lhe são narradas pode “gerar a morte da figura do narrador na sua própria pessoa e, conseqüentemente, a morte das vidas vividas do Outro.” (p.18). Se a indiferença pode gerar a morte das vidas vividas, o “recontar” as histórias pode gerar a perpetuação dessas vidas. Nesta dissertação, perpetuam-se, de alguma forma, vidas que - materialmente - duraram ou poderão vir a durar pouquíssimos anos (histórias de jovens que morreram e de jovens com baixa expectativa de vida).

É devido a esse caráter político do registro das narrativas que optei pelo termo histórias, e não estórias. Este último, de acordo com Cardoso (2007), traz a dimensão da ficção presente em qualquer narrativa, marcando assim a criatividade implícita no contar e a sempre presente tensão entre o real e o imaginário. Acredito ser essa uma dimensão importante. Entretanto, no caso desta pesquisa, preferi usar o termo histórias, pois ele remete à legitimação de leituras diversas na composição da memória e da caracterização de uma época e das experiências sociais que a constituem.

1.3.3 Contexto de produção das narrativas que compõem a pesquisa

Gostaria agora de fazer algumas considerações sobre as implicações do contexto no qual se produziram as narrativas que serão analisadas nos capítulos que seguem. Em primeiro lugar, falarei sobre o contexto em termos mais gerais: o lócus da pesquisa e sua relação com um momento muito peculiar na vida dos interlocutores. Em seguida, tratarei do contexto mais específico, da forma com que se deu a interação no momento das narrações das histórias.

Como já descrito, os meninos encontravam-se em contexto institucional de privação de liberdade. Nesse sentido, são sujeitos situados numa condição de liminaridade, de afastamento da vida social ordinária, de isolamento. Podem receber apenas a visita de parentes próximos. Na maior parte dos casos, são as mães as principais, quando não as únicas, visitas. Dentro das instituições, esses jovens permanecem por longos períodos em situação de isolamento, que proporcionam ao mesmo tempo o que eles denominavam “parar pra pensar” e “veneno” (sofrimento, um turbilhão de idéias, solidão). Esse período liminar tem como uma de suas consequências a reflexão sobre um estado anterior e a reformulação identitária e de projetos de vida. Os jovens internados estão também sujeitos a processos chamados de ressocialização (como se existisse um único padrão de socialização), no qual predominam discursos no sentido de que eles fizeram coisas erradas e que precisam buscar outros caminhos de vida. Assim, ao analisar as narrativas contadas por esses meninos, é indispensável lembrar que eles narram a partir das condições em que se situam no presente e, como descrevi, essas são condições muito peculiares.

De acordo com Charles L. Briggs (1986), o contexto de uma entrevista, de uma interlocução, é uma construção fenomenológica criada conjuntamente pelos participantes. Os contextos não são simplesmente dados situacionais, eles são continuamente renegociados. Cada declaração dos participantes da interlocução, portanto, reflete esse processo em andamento, assim como contribui para ele. Há uma constante troca de mensagens implícitas e, por vezes, explícitas, de como eles percebem o evento comunicativo e como desejam que sejam interpretadas suas falas. Em relação ao contexto, nesse sentido mais específico, enfatizo que cada menino tinha uma postura diferente, o que exigiu de mim posições diferenciadas na interação. Por exemplo, a idéia era a de que eu fizesse poucas intervenções. Entretanto, alguns meninos só falavam a partir de questionamentos meus, não bastou que eu pedisse para que me contassem histórias. Nesse sentido, em alguns casos é possível trabalhar com a escuta da narrativa de forma que o narrador a conduza e fale livremente e, em outros, isso não é

possível: quando há dificuldade de falar autonomamente, seja por timidez, seja por não ter facilidade para dar continuidade às idéias, seja por algum constrangimento ou por outros motivos. Em algumas interlocuções ainda fiz intervenções no sentido de conhecer melhor as dinâmicas por eles narradas, as categorias “nativas” que compõem um pano de fundo que ajuda a dar sentido às histórias sobre homicídios. Com a ajuda do orientador da pesquisa, foi possível também identificar algumas falas minhas durante as conversas que inseriam pautas e que são fruto de minha condição de pouca experiência como pesquisadora.

Briggs (1986) ressalta também a importância de se pensar os elementos metacomunicativos que permeiam as situações de interlocução. Eles podem estar expressos em gestos, tom de voz etc. Nesse sentido, destaco primeiramente que a maioria dos meninos manteve um tom de voz claro, mesmo nos casos em que as conversas se deram com a presença de monitores por perto. Eles não pareceram, assim, constrangidos em relação à vigilância dos funcionários. Há algo da minha forma de escuta que é preciso salientar, posto que, provavelmente, influenciou na forma como se desenrolaram as conversas. Em todas as interlocuções individuais, posicionei as cadeiras de modo que ficassem próximas e uma em frente à outra. Mantive-me sempre calma, atenta e, na medida do possível serena. Procurava olhar nos olhos dos meninos e manter uma postura de escuta sem julgamentos. Acho que isso permitiu que eu passasse a confiança necessária a eles, a confiança que possibilita a abertura para falar, sabendo que o outro está ouvindo sem se horrorizar. É claro que manifestei sentimentos e até algumas opiniões durante as conversas, mas a postura que prevaleceu foi a de escuta: não uma escuta neutra, mas uma escuta que procurava estar aberta à alteridade.

Com a descrição dos caminhos e dos encontros, podemos agora ir às histórias!

CAPÍTULO 2 - “TENHO MUITAS HISTÓRIAS PRA CONTAR”: AS NARRATIVAS SOBRE HOMICÍDIOS

Neste capítulo, apresento inicialmente um subitem que contempla os dois principais “pontos de vista” narrativos que pautaram as histórias contadas pelos interlocutores. No subitem 2.2, encontram-se as narrativas de homicídios, organizadas de acordo com os enquadramentos explicativos dos interlocutores em relação aos tipos de mortes: mortes “justificáveis” (punições ao descumprimento de regras compartilhadas ou consequências de situações de “guerras”) e mortes sem “motivos”, não justificáveis. Por fim, no subitem 2.3 estão referenciados os casos que constituíram exceções em relação à maior parte das histórias ouvidas.

2.1 OS PONTOS DE VISTA NARRATIVOS: O “ENVOLVIMENTO” E A “MUDANÇA DE VIDA”

Um ponto chave para pensar os sujeitos emergentes nas narrativas é o ponto de vista narrativo (OCHS, 2000): trata-se do objetivo que organiza a construção da narração. Ochs comenta que Ricoeur denomina o ponto de vista como “dimensão configuracional” da narração. Já Aristóteles falou em termos de *mythos* ou “trama”, para caracterizar o modo com que os acontecimentos e emoções se entrelaçam para formar uma narração coerente.⁴⁸ O que é importante nessa noção, no que diz respeito a este trabalho, é que os interlocutores selecionaram ênfases e contaram suas histórias a partir de um determinado pano de fundo. A linha que os narradores elegem para compor suas histórias e, no caso desta pesquisa, suas próprias histórias, ajuda a identificar o sujeito que emerge no processo de enunciação das narrativas e de que maneira ele quer ser “lido”, apreendido.

A maioria dos meninos situou as narrativas de homicídios em relação à sua biografia, marcando, especialmente, o início de seu envolvimento com o uso e/ou o tráfico de drogas.

⁴⁸ Renato Rosaldo (1993) faz importantes considerações a respeito do “ponto de vista”. No que toca ao trabalho de Ricoeur, ele argumenta que a ênfase do filósofo francês no historiador como um narrador onisciente suprime a importância analítica das narrativas dos protagonistas. Em relação à noção aristotélica de “plot”, de “trama”, afirma que não é a mesma em diferentes culturas, em diferentes epistemologias. Mesmo dentro de uma cultura, os atores usam diferentes formas narrativas. Rosaldo advoga que as narrativas dos protagonistas sobre suas condutas deveriam ser encaradas menos como ornamentos e mais como formas de análise social.

Vale ressaltar que não se trata de uma pauta por mim sugerida, mas trazida pelos sujeitos. Eu pedia para que contassem histórias sobre homicídios, mortes entre jovens. Alguns iniciavam suas falas contando diretamente uma história e outros primeiro situavam a sua biografia. Mesmo aqueles que iniciavam com as histórias logo em seguida falavam da própria trajetória no “mundo do crime”⁴⁹. Como eles contaram experiências pessoais, as narrativas passaram a ser marcadas não apenas por seus “pontos de vista”, como por suas próprias histórias de vida. Como afirma Sônia W. Maluf (1999): “o sentido de uma experiência só pode existir na duração, na sua incorporação em um itinerário pessoal” (p.76).

Alguns meninos, ainda, além de realizarem tal contextualização, enfatizaram a questão das transformações em si após a inserção “no crime” e após a privação de liberdade à qual estavam submetidos no momento da pesquisa. Eles marcaram também o desejo/projeto de mudar de vida. Vejamos com mais detalhes cada uma dessas situações de estruturação das narrativas e o que elas podem nos contar sobre os sujeitos que aí aparecem.

2.1.1 Uso de Drogas e Inserção no Narcotráfico

A história de Bob

A narrativa de Bob é toda entrecortada e organizada por sua trajetória no uso/tráfico de drogas. Bob foi um dos interlocutores mais jovens, 15 anos, e possui porte pequeno, o que o fazia parecer mais novo ainda. Em algumas ocasiões, eu percebi que ele estava emocionado, e realmente parecia que aquele momento era importante para ele. No início da nossa conversa eu cheguei a cogitar que alguns detalhes ou que a narrativa toda estava sendo inventada e que ele tinha certa expectativa de me impactar, de contar uma história na qual ele era o ator principal. Se assim fosse, seria um material importante, pois também através de invenções, ficções, é possível acessar de que forma o sujeito se apropria de um determinado repertório que faz parte de suas vivências. No entanto, eu lhe pedia mais detalhes dos acontecimentos e a sua postura no decorrer da entrevista deixou-me mais crédula em relação ao que ele contou.

⁴⁹ Decidi manter as categorias “drogas” e “mundo do crime” por serem categorias êmicas e centrais para os interlocutores, porém tenho consciência de que são conceitualmente problemáticas. Gilberto Velho (1994) atenta para a questão de que não se pode usar “drogas” como uma categoria isolada, pois existem domínios da realidade que são distintos sociologicamente e culturalmente. Outro autor que traz uma discussão diferenciada é Eduardo Vianas Vargas (2005). Para Vargas, as drogas são, assim como qualquer outro objeto técnico, indefinidas até que um agenciamento as mobilize enquanto tal. Trata-se de uma perspectiva centrada no ator social e que esvazia o conteúdo físico da droga. Agradeço a minha colega Jacqueline Schneider por essas referências. Nos limites desse trabalho, a contribuição a respeito da temática se concentra nos dados etnográficos, nas percepções e avaliações do grupo de interlocutores. Já o termo “mundo do crime” aponta para um mundo estanque em relação ao mundo social hegemônico. Esta última categoria estará contemplada também teoricamente no capítulo 3.

Foi a primeira escuta individual da pesquisa e para mim era realmente difícil imaginar as cenas por ele descritas. Na minha frente estava um menino encantador, expressivo, que me contava algumas experiências nas quais eu não conseguia vê-lo. Apenas depois de ouvir mais e mais histórias do restante dos meninos é que fui me dando conta de que quase todos eles viveram experiências semelhantes.

Vale apresentar alguns trechos da sua narrativa e sintetizar outros, para depois problematizar o ponto de vista por ele selecionado para contar as suas histórias sobre homicídios.

Começou quando eu brigava com a minha mãe, brigava demais e ia pra rua, sabe. Daí um dia desses que eu fui pra rua, jogar bola, um moleque veio: "Sei lá, pá, fuma isso aqui, é bom". Fumei maconha. *Quantos anos você tinha?*⁵⁰ Treze anos, treze anos. Daí da maconha eu fui pra cola, e daí comecei a andar mais na rua, sabe, conhecer os moleque. Daí nesse tempo eu comecei a conhecer os moleque e tipo o traficante lá queria um "laranjão"; né, e eu novo, não sabia essas coisa, né. Eu fui de laranjão pro cara, daí eu tinha que cobrar um cara lá. Daí eu cobre ele, ele não pagou, daí o cara, o traficante, acabou desconfiando de mim, que eu fiquei com o dinheiro. Daí o quê que eu fiz: eu fiquei esperando, esperei ele passar pela picada, no mato....

[...] É, daí tipo o traficante me falou: "Tu tá me mentindo, tu gastou o dinheiro, pra tu mostrar que tu não gastou o dinheiro, usou droga, coisa assim, mata ele, daí eu sei que ele te pagou". Nessa eu fui na nóia, sabe, fui na idéia do traficante, esperei ele na picada, com uma faca, quando ele foi passar, eu taquei em cima dele e esfaqueei ele. Daí, tipo, fiquei traumatizado, sabe. Fui pra casa da minha vó, deixei lá, não sabia se ele morreu ou não.

[...] Daí eu pulei o rio, fui pra casa da minha avó, apavorado, primeira vez que eu tinha feito isso, só que eu tinha cheirado [...] Daí eu não pensei na hora, cheirei, fiquei com coragem, fui lá e matei o cara. Matei, quando eu fiquei sabendo que eu matei ele foi depois no outro dia, que encontraram o corpo, ele já tava morto, não conseguiu ajuda, sabe. Daí aquilo ali eu fiquei com trauma, mas ninguém descobriu.

Narra que depois desse episódio o traficante lhe passou *crack* para vender e ele acabou fumando tudo. Para quitar essa dívida, ele teve que ficar de olheiro para os "camaradas" do traficante. Eles deram uma arma pra ele e houve uma denúncia de um vizinho que tirou fotos deles. O menino conta que ficou "manjado" na cidade e que o traficante queria matá-lo. Pediu que seu tio de outra cidade fosse buscá-lo para ele ir morar com ele. Porém, antes de sair da cidade...

Daí eu fui num outro camarada meu, tipo assim, eu fui comprar pedra que eu já tava no vício, daí comprei pedra e cheirei um pó, e eu tava com aquele 38 ainda, não tinha devolvido. Daí o traficante tava vindo de bicicleta e era 9 hora da noite, logo ia sair as

⁵⁰ As minhas intervenções durante as narrações estarão sempre em *itálico* da fonte padrão.

mulher da fábrica, sabe. O quê que eu pensei, eu me joguei no mato né, ele achou que eu tava com medo dele e foi atrás. No que ele foi atrás, eu subi na árvore e atirei nele, eu matei ele.

E essa vez, o que você sentiu? Você ficou com o mesmo trauma da outra vez, não?

Na hora eu não sentia nada, eu tava no efeito do pó.

Na outra cidade não aguentava mais a vontade de “fumar pedra”, então acabou fumando e brigando com o tio. Para não ter que voltar pra cidade da mãe, a mãe se mudou para morar com ele.

Aí, tudo bem. Ela morou pra cá, mas sem saber nada, até hoje ninguém sabe. Só sabem que mataram lá e não sabem quem foi. Quem sabe disso sou eu... (pausa) só eu sei, isso tá guardado na minha mente, ninguém sabe, até a minha mãe, ninguém sabe. [...] Daí que eu fui morar com a minha mãe voltou tudo isso. No começo não, no começo tinha os amigo da vila assim, daí eles não tinham essa malandragem, que eu tenho. Daí eu disse, ah vamo fazer isso, isso e aquilo e eles iam na minha pilha, né, “ah, claro, vamo fazer”. Daí roubava bike, boné, catava dinheiro de playboy pra comer na padaria, tipo compra coisa pra nós, sabe, beber, fumar cigarro, até eu que tava querendo parar de fumar maconha, que só eu que fumava, né, cigarro. Daí comecei a estudar de noite, aí eu comecei a me reunir com os cara lá do bairro mais perigoso de C. Daí voltei: fumei maconha, daí já fui no outro dia fumar maconha, maconha, maconha daí comecei pra cola.

Mas você acha que voltou por quê? Não tava gostando de morar lá?...

Não sei, sei lá. Voltei porque eu já tinha esse vício. Daí eu comecei eu fui pra cola de novo, daí uma mina que eu ficava lá descobriu, me pegou altas vezes com a mão cheia de cola, começou a botar idéia na minha cabeça que não, não. Daí eu parei da cola, eu parei porque tava doendo demais meu peito, tava mal. Daí da cola eu fui pra pedra, de novo, aí comecei a desandar: pedra, pedra, daí comecei a traficar. Vendia, vendia maconha, pedra eu mais fumava que vendia. Vendia, vendia, daí já tá começando a ser famoso, os homi começaram a botar os olhos, daí no outro dia não deu. Tipo eles bateram uma geral no colégio, eles acharam um moleque lá com droga, com maconha e o moleque falou que era minha. Daí eles foram na associação que eu tava, bateram geral lá, em mim e nesse cara que tá aí, caiu comigo, caiu junto, [...] e tava mais um de maior. E naquele dia não era minha, pro de maior não ser preso eu assumi.

Mais no final da entrevista retomei a fala dele sobre o “trauma” e ele disse que, no caso do traficante, ele não teve remorso. Questionei, então: mas você acha que se você estivesse limpo você teria conseguido ou não ia conseguir fazer? E ele respondeu: “eu acho que eu não ia conseguir. Acho que daí ele me matava; naquele jogo, era eu ou ele, né.” Bob falou então das mudanças em si mesmo (cito esse trecho no próximo item), do processo de reflexão iniciado após ser internado e que não teve motivo aos 13 anos para ficar revoltado ou algo assim. A nossa conversa concluiu-se da seguinte forma:

Não sei, o que eu tinha pra contar era isso aí. Tá bom pra senhora?

Oh, obrigada por confiar em mim.

Como eu disse, essa história eu guardei só pra mim, contei agora.

Reflexões suscitadas pela narrativa

Pedi que os meninos contassem histórias sobre homicídios entre jovens. Iniciar a narração com o momento de primeiro contato com as drogas - começou quando eu brigava com a minha mãe, fui pra rua, fumei maconha – foi uma pauta inserida por Bob e outros jovens narradores. Alguns deles, assim, contaram suas histórias tendo por chave, por ponto de vista, por guia, a própria trajetória no uso e tráfico de drogas. Abaixo, cito trechos da narrativa de outros dois jovens. O primeiro iniciou sua fala de forma semelhante a Bob e, o segundo, como fez a maioria dos meninos, inseriu a própria trajetória não na introdução da narrativa, mas ainda nos momentos iniciais da conversa.

Ah, eu, a minha história é mais ou menos assim: Desde pequeno, meus tios vendiam droga, pá, daí fui experimentar a droga, daí comecei a usar direto, comecei a roubar pra sustentar meu vício, tudo, roubar direto, assalto, de tudo um pouco eu fazia, né, vivia incomodando a minha mãe (Paulo).

Foi desde moleque já nesse caminho, caminho errado desde os 13 anos, 12 anos, desde essa faixa de idade e desde desse tempo já começando a aprender, né cara, "o errado" (Ângelo).

Outros jovens contaram diretamente alguma história e em seguida situaram suas trajetórias. Apenas um dos jovens falou pouco de si mesmo. Apesar de contar várias histórias, o restante enfatizou a própria biografia, em especial as vivências ligadas ao uso/tráfico de drogas. Dos 16 interlocutores com os quais conversei individualmente, todos relataram ter feito uso de drogas (em geral maconha, sendo outras substâncias citadas cocaína, *crack*, sintéticas) e alguns falaram da ingestão excessiva de bebida alcoólica. Desses, apenas dois não tinham inserção no tráfico de drogas. Assim, as narrativas de homicídios que me contaram tinham como pano de fundo, como contexto, o tráfico (as relações que se estabelecem nesse âmbito, as regras compartilhadas, o acesso às armas de fogo etc). Não se pode desconsiderar, então, que, para esses jovens, há uma forte imbricação entre o que chamam de "envolvimento", de "vida no crime", e as situações que culminam em mortes "violentas" entre a sua geração. Gostaria de inserir aqui e desenvolver mais tarde uma questão importante. O fato de eles apresentarem um repertório comum em relação a esse tema não exclui as peculiaridades das suas experiências pessoais. Como se verá no decorrer da

dissertação, há sujeitos com trajetórias parecidas, mas com itinerários diferentes, com regras gerais compartilhadas e moralidades específicas, com histórias de vida semelhantes, mas com alguns aspectos diferentes que pesam nas suas motivações e posturas. Além disso, o próprio sujeito não é constante e fixo, está sempre em transformação, temática analisada no item 2.2. Trouxe já essa questão para sublinhar que, mesmo existindo uma cola entre o narcotráfico e os homicídios que ocorrem entre jovens, essa cola, por si só, não diz muito acerca das situações específicas e da possibilidade de outros desfechos.

Relação entre o uso drogas e o cometimento de homicídios

Bob, afirmou que, se não estivesse sob o efeito de substância psicoativa, não conseguiria ter concretizado os assassinatos. Outros meninos também posicionaram-se dessa forma:

Daí eu pá fico pensando no tempo que eu cheirava, eu cheirava pra caralho, tinha 11, 12 anos, cheirei até ano passado, até os 15. Ô destruía o cara, ficava 5, 6, um monte de dias [...], saía pra assaltar cravado de pó, pra matar, pra invadir os morro, fazer um monte de coisa, sou travado, né, é embaçado. O cara fica pensando, né, meu deus, nem, pá, nem penso que eu fiz isso. Agora, graças a Deus, eu parei de cheirar, né (Carlos).

E esses guris que deram o tiro, na hora estavam cheirados ou estavam limpos?
Tudo de cara. Ninguém bebeu nada, fumou nada.
Mas você acha que se fosse contigo, você não ia ter coragem?
Não, pior que eu não (*fala meio envergonhado, meio rindo*) (Pitu).

Carlos falou de um destrave, da cocaína como um desencadeador de ações nas quais ele não se imagina em condições normais. Pitu contou um caso que presenciou, no qual dois jovens mataram um “cagueta” (uma pessoa que delatou o grupo às autoridades policiais). Eles estavam “de cara”, ou seja, não tinham usado nenhuma substância alcoólica ou entorpecente. Pitu demonstrou constrangimento ao reconhecer que não teria coragem de disparar naquelas circunstâncias e disse não saber por que os outros tinham essa coragem, se era por se sentirem bem. Questionei se ele achou ruim presenciar aquilo: “achei, na verdade, pior que é, porque eu nunca fiz essas coisas... Tinha feito assalto assim, mas nunca matar os outros. Eu pelo menos acho ruim, né.” Há que se pensar nessas diferentes situações que implicam jovens com diferentes parâmetros morais e nos processos que levam a essas posturas diferenciadas. Essa questão será desenvolvida mais adiante (item 2.2 e capítulo 3).⁵¹

⁵¹ As posturas são diferenciadas não apenas de acordo com o “possível” agente de um homicídio, mas também em relação ao tipo de sujeito a ser morto (discutirei essa questão no subitem 2.2).

Outra dimensão da relação entre uso de drogas e homicídios são os sentimentos após o cometimento. Bob disse não sentir nada na hora, pois estava “no efeito do pó” e afirmou que o arrependimento e o trauma vieram depois, no caso da primeira morte. Ângelo contrastou o que se sente quando se está na rua e quando se está em privação de liberdade. Para ele o “peso”, o arrependimento, vem quando a pessoa pára para pensar e isso ocorre quando se está “preso”, internado. Sobre o que acontece quando se está na rua, ele disse o seguinte:

Lá...o cara, o cara ó, o cara chega em casa e porra, aí tudo mundo já feliz, foi um jaguara, monta numa Bis, já compra uma Bis,....., quando vê já esqueceu que fez o bagulho, tá ligado, até esqueceu que fez o bagulho, quando vê já tá até esquecido, tá ligado, fuma um baseado, fuma, quando vê tá cheirando cocaína já pra virar a noite, já pra continuar, tá ligado, o tráfico, tá ligado, continuar...Porque o que financia tudo é o tráfico, tá ligado, o que financia tudo é o tráfico: o que financia a morte é o tráfico, o que financia o assalto é o tráfico, tá ligado.

Essa fala denota que o “não sentir nada depois” nem sempre significa uma ausência de arrependimento, de sentimentos em relação aos fatos ocorridos. O contato com os companheiros, o uso das drogas de modo a logo “esquecer” o que aconteceu também podem ser interpretados como formas de não ter que lidar com os próprios sentimentos, julgamentos, de não ter que carregar o peso que muitos diziam sentir depois que estavam presos. É como se o uso das citadas substâncias atuasse de maneira a amortecer o sujeito: antes e durante o cometimento de ação violenta por uma adição da coragem que lhe faltava e depois por subtração da sua capacidade de refletir, levando-o à fuga do estado de consciência normal. É importante lembrar que esse “amortecer” não significa apenas que as substâncias agem nos sujeitos, mas há também um “agenciamento” (VARGAS, 2005) por parte dos sujeitos que mobilizam certas substâncias de acordo com as situações. Por exemplo, usar cocaína antes e maconha depois.

A reflexão de Ângelo ao dizer que “o que financia a morte é o tráfico” aponta para uma importante questão. O tráfico de drogas gera um ciclo de dependência, de guerras, de mortes. Esse menino não fala a partir de um lugar do discurso do politicamente correto. Ele fala do lugar da ambivalência de um sujeito que vê sua mãe abandonar a família por conta da dependência em *crack*, um sujeito que considera a droga uma “merda”, mas que encontrou como caminho de sobrevivência a venda de drogas. Trata-se de um sujeito que faz uso dessas mesmas substâncias para esquecer alguns acontecimentos e para conseguir passar noites acordado no trabalho com o tráfico. Algo que não se discute muito é que esses jovens não apenas traficam, mas também fazem uso de drogas a partir dos 12, 13 anos (ou antes) e que

alguns se tornam dependentes. Funciona no Brasil a política de repressão em relação a esse grupo. Há intervenções quando eles passam a praticar furtos, assaltos, tráfico e homicídios. Entretanto, as políticas públicas no sentido da prevenção em relação ao uso e ao tratamento da dependência química entre crianças e adolescentes raramente chegam até eles.

A maioria dos meninos com quem conversei apontou o *crack* como a substância mais destrutiva, mais prejudicial. Eles afirmaram também que, por esse motivo, não faziam uso dessa droga.⁵² Contaram que os “casqueiros” - usuários de “pedra” - acabam fazendo besteiras (dívidas, roubar da “boca”, usar aquilo que era pra vender) que pagam com a própria vida. A história de Bob é, assim, uma história típica de usuários que se “aprofundam” e que se envolvem em situações extremamente complicadas. Wesley pontuou essas questões, bem como o problema da dependência química por parte de crianças e adolescentes:

Não, usando não, eu tava mesmo é vendendo, “na correria”. Fumar tipo eu fumava mesmo era..., outras droga eu nem usava, eu sabia que pra mim não era vantagem porque a maioria, os outros, tava se perdendo na cocaína, no crack, tavam tudo se perdendo.

É, os laranjas, tem os “laranjinha”, né, que faz o “corre”, também, né, ganha um dinheirinho, mas também a maioria tão se perdendo: tem menor aí que tá fumando crack também, começou, fazia um corre já começou a usar o bagulho, já começou a fumar, já começou a cheirar, já tá até agora roubando qualquer coisinha prá poder sustentar o vício também. Isso aí também tá um monte acontecendo isso aí, né. Um monte de menor que pega uma droga pra vender e começa a usar e começa a se perder, né, começa a se perder tudo por causa do maior, porque o maior que tá incentivando, o maior que tá falando pra fazer que não dá nada, né. Isso aí menor que faz a correria que se perde também, né.

Motivações para a inserção dos jovens no narcotráfico

Entre os meninos contatados nesta pesquisa, foi possível identificar diferentes itinerários e motivações no tocante ao uso e tráfico de drogas. A seguir, alguns trechos do que eles contaram a esse respeito:

Um pouco pela situação, tá ligado, situação financeira, né cara, situação que eu tava, né, não tinha nem onde ficar e foi recebido propostas, né cara, moleque novo, né cara, e é o que precisam. Recebi propostas, tá ligado, e também isso já veio já de família, tá ligado. Isso

⁵² Feffermann (2006) fala da expansão assustadora do uso dessa droga derivada da cocaína e de rápida ação (efeitos comparáveis ao uso de cocaína por via intravenosa). Argumenta que, no Rio de Janeiro, é proibido ao “funcionário do tráfico” o uso das drogas que vende e, diferentemente, em São Paulo, muitos “passadores” operam no tráfico para sustentar o vício. O que pude perceber nos casos “catarinenses” que ouvi é que não existem regras explícitas no sentido da proibição do uso. Há sujeitos que evitam o uso de drogas que causam efeitos mais fortes, dependência, e sujeitos que se inserem no tráfico para manter o vício. Esses últimos acabam sempre se envolvendo em situações difíceis, que podem acarretar a eliminação de suas vidas.

já veio de família, parente que já fazia, eu já sabia, né, foi recebido propostas, tá ligado, pra começar que me ofereciam e me chamaram, né, pra "passar" e pra traficar, "fazer o errado", né cara e fui, né cara (Ângelo).

Meu pai faleceu, meu irmão faleceu, minha mãe nunca trabalhou porque o meu pai que sustentava, meu irmão. Aí o cara é obrigado, né, não tem serviço, o cara é pequeno, não arruma serviço (Paraná contou que isto aconteceu quando ele tinha 10 anos de idade).

Sei lá dona, tipo eu penso que é por causa da família, entendeu, que eu nunca morei com meu pai nem com a minha mãe, desde um ano de idade meu pai e minha mãe separaram e eu fui morar com a minha vó. Aí eu morei até os 13 anos de idade com a minha vó e a minha vó veio a falecer aos 13 anos, daí eu fiquei tipo igual uma peteca rolando de mão em mão, nos parente, rodava em uma mão, rodava na outra (Carlos).

A primeira coisa a se dizer a respeito desses trechos das narrativas é que eles são sequências de uma pauta por mim sugerida nas conversas. Foi um dos poucos momentos em que inseri uma questão. Foi algo do tipo: "e você começou, entrou 'nessa vida' por que?" Em suas respostas, os interlocutores acionaram grandes matrizes explicativas compartilhadas pela sociedade em geral ("família", "situação financeira"). Carlos começou com um "sei lá" - pois realmente era algo difícil de responder - e, em seguida, apontou a questão da família. As explicações que prevaleceram foram as de problemas financeiros, problemas familiares e a venda de drogas como forma de acesso a bens materiais e simbólicos.

A partir das falas citadas, é possível perceber que a questão dos problemas financeiros nunca aparece isoladamente, como fator único para a inserção desses jovens no trabalho com o tráfico. No caso dos três meninos citados, houve situações nas quais eles tiveram que assumir a responsabilidade por si próprios e por suas vidas com pouquíssima idade. Trata-se de situações de perdas de genitores e de desamparo, não apenas financeiro, mas afetivo. Nesse sentido, trago novamente as reflexões de Soares (2005) a respeito da maior exposição das famílias pobres a situações de dificuldades materiais que desembocam em problemas emocionais. Tal exposição configura um quadro que aumenta as probabilidades de que o jovem experimente a degradação da autoestima. Como argumentei no capítulo 1, entre os jovens pobres é mais provável o envolvimento com o uso e tráfico de drogas daqueles cujas trajetórias apresentam mais elementos de um quadro de dificuldades que limita seu "campo de possibilidades" (VELHO, 1994).⁵³

⁵³ Gostaria de enfatizar a questão de que se trata de um quadro com uma série de variáveis e que é preciso ter muito cuidado para que a constatação desse quadro não se transforme na culpabilização exclusiva das famílias pobres, exonerando outras esferas sociais (Estado, sistema econômico, sociedade civil) da responsabilidade em relação ao envolvimento dos jovens com o narcotráfico. Além disso, gostaria também de expor que em minha

A seguir, trago algumas falas que apontam outros aspectos, mais ligados à construção de identidade social e ao desejo de reconhecimento no grupo por meio da obtenção de dinheiro e dos bens materiais e simbólicos que ele pode trazer (“fama”, roupas, mulheres, “curtição”). Como argumentou Soares (2005), é fácil explicar aos iniciantes que as razões do tráfico são válidas, uma vez que contrariam as leis, mas endossam alguns valores da sociedade: essencialmente, o primado do poder e do dinheiro.

O dinheiro, a fama, a fama do cara, tá ligado, eu digo que chama, o cara vê: “Não, o bicho tá grande, o bicho é considerado por todo mundo”. Mas considerado nada, né cara. [...] todo mundo considera, mas é o seguinte, não é os camarada do cara, os aliado do cara que tão do lado do cara, a não ser aqueles que tão no crime contigo, que andam lado a lado contigo [...] Mulher, né, o cara tem, sem dúvida, né. Aonde o cara vai com dinheiro, o cara tem dinheiro, ganha mulher, ganha tudo, né. E a droga, né cara. Como diz a droga, né cara. Tem gente que, às vezes, passa, passa pra um bicho, passa “pedra”, passa cocaína, pra usar a cocaína, tá ligado ou pra usar pedra, muitos é pra isso. Muitos é pra curtição, é moleque que entra novo. Pra iludir a cabeça dos moleque é rápido, facinho... e é isso que os cara procuram, tá ligado: iludir a cabeça dos moleque, tá ligado. Os moleques pensam diferente né cara, não é um moleque que tá no crime tempo, né, pensam em curtir, tá ligado, roupas, os bicho, ai, crescem o olho pra coisa pequena, acabam entrando na droga, aí que aprofunda mais (Ângelo).

Pra mim, eu não era de tá roubando, de tá fazendo... na real eu só queria ganhar meu dinheiro também, só queria ganhar meu dinheiro.[...] Porque eu precisava, né, eu era já menor, também, não tinha serviço, eu só estudava também, não podia ter o que eu queria, né. Daí eu já via tudo... já morava em lugar pobre também, já era sofredor, daí já via os outros também tudo envolvido, tudo bem, né, daí eu também queria tá bem também, né (Wesley).

A questão de estar rodeado de pessoas (“amigos”) e mulheres quando se tem dinheiro foi uma constante. Nesse sentido, a distinção que apresentei no capítulo anterior entre “amigo” e “irmão” (ou “camarada”) é muito importante para eles na identificação das pessoas que se aproximam por interesse e daquelas que estão “lado a lado” em qualquer circunstância. Ângelo apresenta uma perspectiva crítica de alguém que, por estar “no crime” há tempos, por já ter vivenciado “altos e baixos”, percebe como ilusão a fama e o reconhecimento que se obtém quando se está em “alta”, com dinheiro.

Marisa Feffermann (2006) discute se os jovens que se envolvem com o tráfico são excluídos da sociedade ou estão em “inclusão marginal”. Para ela, o consumo lhes permite

experiência de campo pude conhecer algumas das mães dos jovens, suas histórias, a perseverança nas suas visitas aos filhos em condições de extrema humilhação (revista íntima), os seus esforços concretos para conseguir trabalho para os filhos. Do lado dos jovens que conheci, um extremo respeito, um grande carinho, o dia da visita dos parentes era um dia esperado, preparado.

uma ligação com a sociedade integrada. Porém, eles são parte da periferia, são postos em condições marginais e não conseguem satisfazer as necessidades de consumo de forma “legal”. Eles respondem à lógica vigente, discriminam qualquer diferença e, dessa forma, funcionam como um perfeito espelho da sociedade que os rejeita.

Esses jovens buscam o tráfico para sair do lugar comum, procuram reconhecimento, uma forma de estarem inseridos, mas o lugar encontrado já está marcado – não pelo desenvolvimento da individualidade, mas pela manutenção de clichês nos quais as relações mantêm-se pela mesma lógica do capital, que acirram e tomam à força um espetáculo às vezes diluído nas relações formais de trabalho (FEFFERMANN: 2006, p. 300).

Dessa forma, o tráfico de drogas funciona como uma chave que abre a porta de saída da vida pobre, da “invisibilidade”, e de entrada na vida de consumo, de “visibilidade” social.⁵⁴ No entanto, como discutirei em outros momentos (próximo item e capítulo 3), o tráfico representa sempre uma ambivalência para esses jovens: ele leva às alturas (dinheiro, poder, mulheres), mas também é por conta dele que se “cai” (“cadeia”, hospital, caixão).

Ainda no tocante aos fatores que contribuem para o ingresso de jovens no tráfico de drogas, alguns autores (FEFFERMANN, 2006; KATZ; 1998) apontam para a questão da inclinação pela aventura, pelo risco, pela sensação de adrenalina. Nesta pesquisa, tal dimensão não apareceu nos relatos sobre os homicídios, mas se fez presente nas falas de alguns meninos sobre sensações de poder, de adrenalina, no caso de assaltos que faziam. Essas dimensões apareceram também nas conversas em grupo que estabeleci com os meninos. Como já descrevi, nas narrativas sobre homicídios contadas a mim, a ênfase foi nas dimensões do sofrimento, das dificuldades, e não da aventura, do prazer. No decorrer deste tópico, apresentei as diversas motivações apontadas pelos interlocutores para seu envolvimento com o tráfico. Em nenhuma delas apareceu a idéia de encantamento pelas situações de aventura, de risco que a “vida no crime” poderia trazer. Contudo, em uma fala de Carlos sobre outro jovem, um jovem de classe média, houve referência a uma espécie de “encantamento”:

Que nem lá nas área, esse moleque que fecha comigo lá, ele é de classe média, mas ele quis apelar pra essa vida aí ó. [...]. Por definitiva dele, né. Pá, sei lá, ele é “boyzão”, entendeu. “Boyzão”, pá, daí ele chegou no morro, chegou lá nas área pá, ele fumou um baseado com nós, aí nós tudo com máquina no dedo, pistola, pá. Daí ele, pá, chapadão, só acompanhando nós,

⁵⁴ Agradeço ao professor Rifiotis por sugerir essa comparação.

ficava olhando, rindo à toa, pá, daí nós tudo "maquinadão". Daí ele chegava, ficava o olhando o morro, pá, de pé, nós tava no topo do morro, daí ficava olhando o morro. Eu acho que ele se iludia com a favela, pensava que era vida fácil [...] É, não é todo mundo que precisa, né, pelo menos eu acho. Tem um monte que tem condições boa pra sobreviver, mas vai nessa porque quer. Ninguém incentiva ninguém, o cara entra porque quer, né, entra pela cabeça própria. Por vontade própria, ninguém chega metendo uma máquina: "Ou tu vai ou tu vai morrer".

Nesse trecho aparece ainda a questão de um campo de agência dos sujeitos em relação à sua inserção no tráfico: "por vontade própria, ninguém chega metendo uma máquina: 'ou tu vai ou tu vai morrer'". Ângelo, por exemplo, que atribuiu sua entrada à "situação financeira" e aos problemas na família, afirmou o que segue:

[...] vi que era daquele jeito que eu queria me manter, tá ligado, sabia o que eu tava fazendo, sabia o que eu tava fazendo... sabia que... Os caras sempre sabem que é "o errado", tá ligado. Quando o cara faz "o errado", o cara sabe que é "o errado", mas o cara vai fazer porque ele quer se manter daquele jeito, né, ele sabe que daquele jeito também ele vai manter a vida, vai levar a vida "de boa": tem dinheiro, tem mulher do lado.

O que ficou claro na análise da totalidade de cada narrativa é que não havia uma única explicação para a inscrição do menino no tráfico de drogas, mas um encadeamento de acontecimentos nas suas trajetórias que desembocava na opção pelo "envolvimento". O caso de Ângelo é paradigmático nesse sentido: ele enfatizou a dimensão de um cenário de dificuldades pelas quais passava (abandono da mãe viciada em crack, prisão do pai); mencionou que recebeu propostas, inclusive de parentes, para trabalhar no tráfico; falou também sobre os "aliados", os "moleques" mais velhos que cresceram com ele e incentivaram sua entrada; ressaltou também os ganhos materiais e simbólicos (dinheiro, "fama", mulheres) como os principais chamarizes.

No capítulo 3, retomarei a discussão a respeito do "envolvimento no crime", apresentando outros aspectos ressaltados pelos meninos: os "altos e baixos", o sofrimento e o "veneno", as moralidades. Passo agora à discussão a respeito das narrativas que tiveram como ponto de vista central a questão da mudança: de vida e em si mesmo.

2.1.2 As Transformações no Sujeito e a Questão de "Mudar de Vida"

Em especial três interlocutores selecionaram essa ênfase. Dois deles tinham em comum o fato de serem mais velhos em relação aos outros e de estarem internados há muitos meses. Eles falaram muito da vontade de mudar de vida e avaliaram a "vida no crime" como

“o errado”, o que “não vale a pena”, o que traz só “veneno” (nesse caso, sofrimento). É preciso pensar que tal postura provavelmente está relacionada ao tempo maior passado dentro de instituições nas quais discursos e práticas se dão no sentido de reforçar o caráter negativo, errado, prejudicial, de uma vida no crime. Trata-se de um tempo maior longe das vantagens e satisfações que “o crime” pode trazer e perto de uma das coisas penosas que ele pode desencadear: a privação de liberdade.⁵⁵

A questão da faixa etária desses três jovens também é relevante. É claro que a coisa mais óbvia a se dizer é que, como chegaram ou estão chegando à idade de maioridade penal, seu discurso e seus projetos tendem a mudar, por receios das conseqüências mais rigorosas às quais estarão submetidos. Existe sim esse fator, mas eles enfatizaram outros aspectos importantes, dos quais nem sempre nos damos conta. Um deles é que, para os “maiores de idade”, é mais fácil conseguir emprego formal (questão delicada que abordei em nota de rodapé no capítulo 1 e que remete ao ideal da extinção do “trabalho infantil” e à situação prática à qual se submetem muitas crianças e adolescentes no trabalho extremamente precário no tráfico de drogas - ver, por exemplo, Fefferman, 2006). Outro aspecto levantado por eles é a própria exaustão em relação à vida que levavam, desde 12, 13 anos, trabalhando nas madrugadas, vendo amigos morrerem, levando surras da polícia, sendo detidos, com a vida em risco constante. Eles assinalaram ainda que a vontade de mudar de vida nessa idade ou após a privação de liberdade não é compartilhada por todos. Alguns não pensam em mudar, a prisão os torna ainda mais revoltados, acumulam “mais veneno” e só pensam em fugir para continuar no “mundão do crime”. Há ainda os querem sair, mas com 16, 17, anos já têm filhos, uma família para sustentar e não encontram outros caminhos além daquele que já conhecem.

Wesley (18 anos) iniciou sua fala contando algumas narrativas de trocas de tiros e execuções perpetradas pela polícia contra seus amigos e conhecidos. Enfatizou que nessa “vida é só isso”, contou sobre a morte de um amigo que presenciou e que o marcou muito. Discorreu ainda sobre os motivos das guerras e mortes entre os jovens, enfatizando depois os altos e baixos aos quais estão sujeitos, bem como salientando que o “mundão do crime não vale a pena”. Afirmou que nunca quis matar ninguém de graça, que estava no tráfico pelo dinheiro e então suas falas passaram a se centrar na mudança de seu pensamento:

⁵⁵ Porém, como analisarei com mais cuidado no capítulo 3, a questão do “veneno”, do sofrimento e dos altos e baixos no “mundo do crime” foi uma constante na fala da maioria dos interlocutores, mesmo entre os mais novos e há menos tempo internados.

Daí pra mim isso daí não era vantagem, não, era vantagem só ganhar dinheiro, mesmo, só ganhar dinheiro e viver, né, isso daí que eu pensava. Só que agora também eu penso diferente agora, já penso em mudar, já tenho até um serviçinho na rua, já garantido também. [...] Aqui já tive chance de estudar tudo também, já tive chance de mudar o pensamento um pouco também, pensar um pouco melhor, né. Que é essa vida aí não leva a nada, né.

A vida do cara é só uma, depois que acontecer alguma coisa, qualquer coisa aí, o cara pode nunca mais tá aí ó no mundão aí, né. Pensar um pouco mais também antes de fazer as coisas, né. Isso aí que eu penso, né.

É, isso aí, com certeza eu já tô pensando melhor, já não penso mais igual antes, né.

Contou que “na rua” já cogitava sair e explica porque não conseguia:

Na rua eu também pensava em parar, pensava em mudar, só que não conseguia. Por causa que também já morava em morro, daí também já era “correria”, já era tudo mundo já no movimento já a maioria, a menorzada tudo no movimento, daí eu já era envolvido também, né, tinha os parceiros também, daí não conseguia, assim pra mim parar, era só se eu fosse pra um outro lugar, pra um outro bairro, pra outro lugar, pra sair do envolvimento. Mas também não tinha condições né.

Depois Wesley narrou mais alguns casos de trocas de tiros com a polícia, que culminaram na morte de conhecidos seus e reafirmou que nessa vida (do crime) é só sofrimento, que não vale a pena. Questionei, então: mas na hora ali às vezes você achava que valia, ou não?

Na hora o cara sim, porque o cara tava atrás do dinheiro, porque o cara valia tudo, dependia de tudo porque o cara era obrigado a fazer qualquer coisa pelo dinheiro, né. Era obrigado se preciso fosse matar o cara matava, se fosse preciso só roubar o cara roubava, mas tipo assim era coisa de momento, de momento que acontecia, depois que o cara ia pensar: “oh, me arrisquei, podia perder minha vida, quase perdi minha vida”. Mas depois né, depois que já tinha acontecido tudo, mas na hora o cara não pensa muito não, só pensa mesmo no dinheiro, pensa em ganhar mesmo.

Mas também já tarde não é porque pode começar tudo de novo, pode começar uma vida nova, já tipo assim sair com um exemplo já do que aconteceu na vida do cara, o cara já vê que pode mudar também, que deve mudar, mudar pra melhor e poder viver um pouco mais também e preservar a vida também, né.

Wesley relacionou a mudança, que considerava necessária, com a preservação e a extensão da vida. No caso desses jovens, “mudar de vida” não tem apenas um sentido de transformações subjetivas, de novas visões sobre o mundo e novas formas de agir, mas

também significa a possibilidade de manter a vida física sob menor risco. Muitos deles, como Wesley, experimentaram a vida por “um fio”:

[...] já aconteceu também de eu quase perder a minha vida também de chegar assim com duas “máquinas” em cima de mim e dá-lhe um monte de tiro em mim, chegar a dar um monte de tiro em mim e eu poder, só escutando aqueles estouro assim de pertinho colado na parede ainda e me esquivando e se jogando no chão e correndo e... E não pegou nenhum, graças a Deus, só assim eu me escapando mesmo, se jogando... não queria isso pra mim, não queria levar nenhum tiro, né.

Quase no final da nossa conversa ele reafirmou seus projetos, seus anseios:

Só isso que eu penso, né, dona, isso aí: primeiro lugar a paz, também em primeiro lugar e viver mais, né. Viver com a minha família, né, esquecer o passado e viver o presente, né. Viver um pouco mais.

Ângelo, 16 anos, apesar de não estar entre os meninos de mais idade entrevistados, mostrou-se muito maduro, até “calejado”. Contou-me que não concluiu o Ensino Fundamental, mas que se expressava muito bem e demonstrou uma consciência crítica acerca das questões que envolvem a vida em meio ao tráfico de drogas. Já no início da interlocução, situou o seu lugar e o de seus amigos naquele momento, quase todos presos, e afirmou que: “nessa vida aí o cara sempre ‘cai’, sempre acontece, né, de o cara ir preso ou de o cara até ir pra um lugar pior, né: morto, né. Como muitos já foram, né cara, como muitos eu já vi ir, tá ligado.” Depois dessa introdução, inseriu a própria biografia, partindo da entrada “no crime” com idade entre 12, 13 anos. Logo em seguida começou a descrever as mudanças em si próprio, a partir desse período:

E comecei nessa vida aí, o cara começa de um jeito, quando vê já tá de outro: o cara começa “gente boa”, começa a ter dinheiro, começa a ter mais dinheiro e acaba... e quando cai, quando tá fraco, quando tá caído, né cara, aí o cara tenta roubar ou tenta matar pra conseguir mais dinheiro pra se erguer, tá ligado, quando vê o cara já transformado diferente, diferente do que era quando começou, né.

Logo em seguida, situou-se no presente: “só que eu hoje, eu hoje, tá ligado, eu vi que é o errado”. Também falou sobre os projetos de mudança:

O cara pensa em ajudar a família, quando eu sair, eu já vou ter que mudar de cidade, tá ligado, eu vou ter que mudar de cidade, vou ter que mudar a minha vida porque desse jeito

aí eu vi que é errado, tá ligado. Eu já tomei um objetivo, tá ligado, porque é foda, né cara, o cara nessa vida aí é só tragédia que acontece na vida do cara, tá ligado.

Uma dimensão bem importante no caso desta pesquisa é a mudança que Ângelo pontuou em relação ao fato do que se sente ao matar quando “no crime” e do que sente depois, em situação de privação de liberdade.

Não, não, não, pra ele aquilo ali é um orgulho porque quando o cara tá nessa vida aí pra ele é um orgulho, tá ligado, porque vê “não, tô matando, que se foda essa porra aí, é jaguara, tá ligado, mais um que não incomoda mais”, é o que o cara pensa, tá ligado. Mas... vê que tá tirando uma vida, depois que o cara pára pra pensar, tirou uma vida, tá ligado, o jeito agora é não fazer mais o mesmo, tá ligado, o mesmo erro, tá ligado. Tentar mudar de vida, tá ligado, porque quando o cara pára pra pensar, porque o cara pode ter matado 50, tá ligado, o cara pode ter matado 50, mas quando o cara tá sozinho e pára pra pensar, aquilo tudo vem na mente do cara, tá ligado e o cara vê que quando é errado mesmo, tá ligado, começa a pesar a mente do cara. Como aqui dentro, muitos aqui ó, quase fica louco, tá ligado, quando tão sozinho. Se tá sozinho, se fica sozinho, fica louco aqui dentro, tá ligado, porque tá trancado, tá ligado, tá pagando pelo que fez mas sabe que fez muito mais do que ele tá pagando agora, sabe que fez muito mais; alguns nem pensam, pensam: “vou sair dessa porra e vou continuar matando, vou matar mais do que eu já matei, vou roubar mais do que eu já roubei, traficar mais, vou pegar mais droga agora pra vender, vou crescer mais, vou comprar mais armas” tá ligado, muitos pensam nisso. Mas o cara que para pra pensar, tá ligado, para mesmo pra pensar no que já fez, tá ligado, pesa, tá ligado, o cara pesa (*com ênfase*).

Ângelo enfatizou, em especial, a “parada para pensar” quando estão internados, longe da convivência social, sozinhos. No caso dos interlocutores, apenas a visita de parentes era permitida: amigos e namoradas eram vetados. Há ainda o agravante da questão da revista íntima à qual são submetidas as visitas, o que faz com que os jovens raramente vejam seus irmãos e irmãs e avós, por exemplo. Essa “parada para pensar” obrigatória tem sentidos ambivalentes em suas falas: é positivada em relação à possibilidade de rever posturas e ações, de refletir sobre a vida que levavam e de projetar mudanças, mas é negativizada frente aos sentimentos de solidão, de restrição de liberdade, que podem levar até ao suicídio (um dos jovens relatou um caso que presenciou em outra instituição). Cabe ainda citar mais algumas falas dos jovens, que tratam do que chamei de ambivalência da “parada para pensar”.⁵⁶

⁵⁶ Seria interessante estabelecer uma relação entre essa “parada para pensar” obrigatória e as reflexões de Hannah Arendt (2002) sobre “Pensamento e considerações morais”. Em linhas gerais, a autora problematiza a questão da conexão interna entre a incapacidade de pensar e o problema do mal. Arendt argumenta, no final desse texto, que enquanto o pensamento lida com invisíveis, com representações de coisas que estão ausentes, o juízo envolve sempre particulares e coisas que estão à mão. Porém, os dois se interligam de forma parecida ao que liga a consciência e a consciência moral: “se o pensamento, o dois-em-um do diálogo sem som, realiza a diferença no interior de nossa identidade assim como é dada na consciência, tendo como subproduto a consciência moral, então o juízo, o subproduto do efeito liberador do pensamento, realiza o pensar, torna-o

Só quando o cara cai aqui, comigo é assim, depois que eu caí aqui que eu parei pra pensar um pouco nos bagulho. Quando saí, pá, pensar em mudar de vida, né, mas o negócio é deixar pra ver a hora que eu sair mesmo, né. (Carlos)

O cara começa a pesar a cadeia, vai pesando, vai pesando. Ô leva até o ponto sei lá, de o cara pensar em se matar dentro da cadeia, chega uma hora que bate a adrenalina, o cara fica pensando pra caramba, é capaz de se matar (Carlos).

Eu não desejo cadeia pra ninguém também, né, nem pro meu inimigo eu não desejo cadeia, porque é um sofrimento, né, sofrimento fudido. Mas também é assim, tem que sofrer um pouquinho pra aprender também, refletir um pouco, né, porque só viver no mundão assim, só aprontando, aprontando, aprontando é fácil também, né, mas depois que tá aqui o cara pensa mais um pouco, né, antes de fazer as coisas. Isso aí, né (Wesley).

Nesse lugar aqui eu to começando a pensar melhor, eu to botando as minhas idéias no lugar, assim, o que eu fiz, o que eu posso mudar, o que eu vou mudar daqui pra frente (Bob).

Ainda sobre as *mudanças em si*, destacam-se as asserções de outros dois jovens. Joe, um dos meninos mais velhos (fez 18 anos durante o campo) e que está internado há aproximadamente um ano e meio,⁵⁷ falou que tinha muita revolta, sofrimento dentro dele, especialmente uma mágoa em relação a ser abandonado pelo pai quando tinha um ano e meio. Contou que quando estava “no crime” tinha apenas “veneno na cabeça”, “não sentia nada”, não conseguia nem se contentar, nem se entristecer com nada. De acordo com Joe, a sua mãe poderia falar melhor do que ele sobre isso, pois ela percebeu as mudanças nele, tanto as boas, agora, quanto as ruins, antes. Ela dizia que o seu olhar tinha ficado vazio e que agora ela conseguia perceber novamente sentimentos no seu olhar.⁵⁸ Joe falou também sobre mudanças em sua postura corporal: agora sabe que não é pior que ninguém, anda de cabeça erguida e olha nos olhos das pessoas. Antes escondia os olhos com o boné, andava encolhido. Citou os exemplos de pessoas acusadas com essa postura nas audiências.⁵⁹ Joe me disse ainda que

manifesto no mundo das aparências, onde jamais estou só e onde estou sempre ocupado demais para pensar” (p.167). No momento não me sinto preparada para estabelecer uma argumentação consistente no que toca às possíveis relações entre o que fala Arendt e os dados etnográficos sobre a “parada para pensar”. Fica, entretanto, a dica para que outros possam refletir sobre isso e a inquietação, para que eu repense essa questão em outro momento.

⁵⁷ Não cito as falas de Joe diretamente (primeira pessoa) e na íntegra, pois tive um problema técnico com a gravação de sua narrativa e passei a contar apenas com os registros que fiz em papel.

⁵⁸ Esse não sentir nada e essas mudanças físicas, psíquicas e afetivas são também trazidas no relato de Carlos. Ele conta sobre uma espécie de treinamento, de socialização, de aprendizado na direção de não sentir nada por ninguém e por si, além de ódio. Desenvolverei essa questão mais adiante.

⁵⁹ A descrição dos meninos acerca de mudanças nos corpos em relação a maneiras diversas de experiências sociais remeteu-me à questão da “construção social dos corpos”. As formas de “pensar” e de “estar” no mundo são literalmente incorporadas. A etnologia ameríndia brasileira produziu uma importante contribuição no que toca à questão da relação entre noção de “pessoa” e corporalidade (produção da pessoa e fabricação dos corpos)

antes sentia que a vida dele não valia nada. As conversas e o tratamento dado pela diretora da instituição, “como gente, com respeito e com carinho e não como bicho” ajudaram-no a sentir que a vida dele era importante, assim como a dos outros. Ainda me falou que havia ali meninos com histórias bem mais difíceis do que a dele (por exemplo, alguns com mãe e outros parentes assassinados) e que nesses meninos era difícil encontrar alguma esperança, alguma vontade de mudança, pois haviam sofrido demais.

Bob, 15 anos, falou, no final da sua entrevista, após discorrer sobre o segundo homicídio que tinha cometido:

De lá em diante tudo mudou, né. Aquele menino que era cabeça, brincalhão, ficava só com a família, mudou. Até hoje, eu tenho ódio, rancor, só que eu escondo isso, pra minha família não sofrer, eu fico calado na minha, o que tem que fazer eu faço.

Mas você tem ódio, rancor, do quê? De alguém ou das coisas que você fez?

Do que eu me tornei, só que eu não consigo mudar. Agora aqui, nesse lugar aqui, primeira vez que eu fui preso, sabe. Nesse lugar aqui eu to começando a pensar melhor, [...].

A assertiva de Bob “só que eu não consigo mudar” faz pensar que a distância entre o sujeito que estava na rua até pouco tempo e o sujeito que narra é pequena, ao contrário daquela que é perceptível na fala dos meninos internados há mais tempo e com um forte discurso de mudança, de transformação. Tais considerações remetem à discussão realizada por Sônia W. Maluf (1999), no contexto das novas culturas terapêuticas e religiosas no Brasil, sobre as narrativas de vida. A autora afirma que elas trazem fortemente a dimensão de desvendamento ou de revelação da pessoa, na medida em que o sujeito dá um sentido à sua experiência. As autobiografias sobre trajetórias terapêutico-espirituais articulavam-se, de acordo com Maluf, em torno de uma mudança pessoal. Nesse sentido, mostrou-se fortemente a relação entre a idéia de transformação radical e a autobiografia: “essa necessidade de contar é fundamentalmente um ato interpretativo, onde o indivíduo reflete sobre sua própria história e lhe dá um sentido” (p.76). E a distância necessária para essa interpretação não é apenas temporal, mas também identitária.⁶⁰

Tais reflexões ajudam a compreender por que a ênfase na mudança de vida é marcante nas falas de jovens em processo de afirmação de um sujeito atual, diverso do anterior. Trata-se de um sujeito narrador que se distancia do sujeito protagonista das narrativas e que realiza

Ver Seeger, Da Matta e Castro, 1987. É preciso pensar como tais categorias podem ser acionadas no caso da antropologia em “sociedades complexas”. Algo que pude perceber é que a produção de um determinado corpo (e seus atributos físicos e psíquicos) é contingente: um estado anterior pode voltar a predominar, como no caso da descrição de Joe sobre si mesmo.

⁶⁰ O que Maluf (1999) trabalha em termos de distância identitária lembra a noção de tempo existencial, apontada por Ochs (2000) e descrita no capítulo 1, item 1.3.2. Trata-se de pensar sobre a experiência do tempo em relação às trajetórias de vida.

avaliações, juízos de valor, a partir do presente. Essa relação entre narrativa e tempo ajuda também a pensar sobre a organização dos relatos via idéia de mudanças, transformações, antes e depois. Como descrevi no capítulo 1, as narrações são sempre situadas: pensamos o passado, o presente e o futuro a partir do presente.

Sujeitos em mudança

A narrativa sobre a “vida no crime” que enfatiza o desejo de mudança, expressa um sujeito que se distancia do protagonista dos acontecimentos passados, via avaliação a partir do presente e projeção de caminhos alternativos para o futuro. Essa ênfase na mudança remete à não fixidez dos sujeitos sociais, à não substancialização das identidades. Os meninos falavam em termos de quando “estavam no crime”, e não quando “eram do crime”. Uma obra importante a respeito da questão da identidade na pós-modernidade ou “alta modernidade” é a de Stuart Hall (2000). Hall fala do processo de mudança estrutural no final do século XX (globalização, mudanças rápidas, alta reflexividade, transformações do tempo e do espaço), que está transformando as sociedades contemporâneas. Tais transformações impactam também as identidades pessoais e implicam um duplo deslocamento: descentração dos indivíduos do seu lugar no mundo social/cultural e descentração dos indivíduos de si mesmos. O sujeito “pós-moderno” é, assim, um sujeito composto de várias identidades, de várias “posições de sujeito”, por vezes contraditórias. Para Hall:

[...] à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2000, p. 13).

Alguém poderia objetar que, no caso dos jovens com quem conversei, é difícil pensar em possibilidades de deslocamentos de identidades, especialmente por serem sujeitos a quem são atribuídos estigmas de “criminosos”, de “infratores”. Porém, como argumentou Erving Goffman (2008): “o normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos, em virtude de normas não cumpridas que provavelmente atuam sobre o encontro” (p.149). Contudo, é claro que no caso desses jovens há uma restrição do “campo de possibilidades”, há uma margem de manobra pequena

no tocante à constituição dos seus projetos de vida.⁶¹ O importante a se dizer é que mesmo os meninos que não enfatizaram a questão da “vontade de mudança” expressaram avaliações morais em relação aos casos narrados e aos personagens envolvidos. Buscaram também situar, dar explicações para o próprio envolvimento com o crime e se distanciaram de sujeitos que denominaram como *malucos*, *sanguinários*, *psicopatas* – que matavam qualquer pessoa sem motivos e parâmetros aparentes. Eles não queriam ser identificados como aqueles que cometeram crimes para o resto de suas vidas, e sim como pessoas capazes de se posicionar em outros lugares sociais/identitários, como os de trabalhador, estudante, pai de família. A não substancialização das identidades, referida há pouco, é muito importante no campo de estudos das violências. Nesse sentido, conforme já argumentado no primeiro capítulo, o uso de narrativas é muito interessante, pois nelas fica clara a constituição de sujeitos durante o processo de narrar, ou seja, uma constituição não pré-definida, mas sempre em processo.

2.2 AS NARRATIVAS SOBRE HOMICÍDIOS E AS CATEGORIAS DE SUJEITOS

Passarei então à apresentação das histórias sobre homicídios narradas pelos interlocutores da pesquisa. Algo que sobressaiu foi o compartilhamento, por parte dos interlocutores, de uma categorização de sujeitos e valoração das vidas desses sujeitos. Alguns sujeitos valem mais, outros valem menos, alguns são matáveis, outros não. Além disso, para os meninos contatados, alguns homicídios são “justificáveis” - há explicações, há motivos para que ocorram - e outros não se justificam e, além disso, os sujeitos que os cometem são colocados fora do domínio do “normal”. Os dois primeiros subitens referem-se aos casos que se enquadram como “justificáveis”: no primeiro, encontram-se histórias de homicídios que se deram por punição ao descumprimento de regras compartilhadas e as relativas categorias de sujeitos; no segundo, são discutidas as narrativas sobre mortes que se deram por conta de um regime de “guerra”. No subitem 2.2.3, estão os casos que os meninos situaram como “sem motivos” e os sujeitos caracterizados como “malucos”, “sanguinários”. Por fim, trago uma narrativa sobre a morte de um jovem considerado “inocente” e algumas reflexões sobre essa categoria/condição.

⁶¹ De acordo com Gilberto Velho (1994), os projetos individuais estão circunscritos às regras e aos padrões determinados por fronteiras simbólicas do universo sociocultural a que o indivíduo pertence. Assim, há uma margem relativa de escolha, já que os sujeitos traçam suas trajetórias de vida dentro de um determinado “campo de possibilidades”.

2.2.1 “Quem não corre pelo certo passa mal” x “O sujeito-homem”

Como afirmei acima, no caso dos interlocutores deste trabalho, as narrativas sobre homicídios estavam atreladas a determinadas classificações de sujeitos. As histórias sobre essas mortes foram, dessa forma, situadas dentro de um modelo explicativo no qual fazem sentido. Determinadas “posições”, categorias de sujeito, foram acionadas como elementos de fundamental importância para a significação das situações de homicídio. Vejamos então as categorias que se mostraram importantes para situar as mortes por punição ao descumprimento de regras compartilhadas e as mortes que se dão por conta do regime de “guerra”.

Os “vermes”: “quem não corre pelo certo” e os “inimigos”

Quem não corre pelo certo passa mal, né, na cadeia, na rua, em qualquer lugar. Quem não corre pelo certo passa mal. Tem que ser pelo certo, né. Se não for pelo certo morre, né: matar inocente, ser cagueta, talarico, talaricar mulher dos outros, olhar a visita dos outros também, o cara tá falando com a mãe do cara, fica sempre um ali ouvindo. Ladrão de mocó já passa mal também (Paraná).

Na fala de Paraná encontram-se quase todos os tipos de sujeitos apontados como aqueles que “não correm pelo certo”, que descumprem regras compartilhadas: “Caguetar” significa delatar, denunciar à polícia; “talaricar” diz respeito ao envolvimento com a mulher/namorada de outro; “ladrões de mocó”, para Paraná, são aqueles que roubam de pessoas pobres.⁶² Alguns interlocutores usaram categorias mais abrangentes para definir esses sujeitos: “safados”, “vermes”. Nesse sentido, tais categorias parecem ter a mesma função que têm na sociedade abrangente as categorias “bandido” e “criminoso”. São categorias que definem o “desvio”, ao estabelecer as regras cuja infração constitui “desvio”. Aqueles que “não correm pelo certo” são os desviantes no “mundo do crime” e, em geral, a penalização é a pena capital. Como disse Wesley: “O crime é podre, mas não admite falha”.

Foram também enquadrados como “vermes” ou “safados”: os estupradores, os devedores, os “casqueiros” (viciados em *crack*), aqueles que roubam de “aliados” (pertencentes ao mesmo grupo), os que fazem “casinhas” (criam intrigas com vistas à morte

⁶² Vale lembrar que “ladrão de mocó” em outros contextos e para outros sujeitos significa também aquele que rouba da própria “boca de fumo”, que rouba no interior do próprio grupo de pessoas que trabalham juntas no tráfico.

de uma pessoa), “os traíras” (traem parceiros) e os rixas ou “inimigos” (grupos rivais). Em relação aos “inimigos”, há um ponto importante: os interlocutores tinham consciência de que era uma questão de perspectiva, de que, para os “inimigos”, eles eram os “vermes”. Cito como exemplo um trecho de minha conversa com Carlos:

Você diz que é “safado”, mas se tivesse nascido na tua comunidade...

Daí ia ser lado a lado com nós, né. [...] Cada um pensa uma coisa, igual eu penso: pra mim ele é um verme e ele também pensa: “Pra mim ele é um verme, se eu pegar ele eu vou matar ele”. Se eu pegar ele eu também vou matar ele, é um ligado do outro, né.

Assim, entre os “vermes”, entre os “safados”, estão não somente aqueles que descumprem regras compartilhadas, mas também os “inimigos”. E, como descrevi acima, os meninos sabem que, para os “inimigos”, eles é que são os “vermes”. Dessa forma, ser “verme” não é tanto uma característica, mas uma posição de sujeito: “não correr pelo certo” ou estar do outro lado de um conflito. O que há de comum entre as duas situações é que aqueles que devem ser mortos são construídos como “outros”, como se fossem menos humanos ou não humanos, seres que não merecem respeito ou piedade. “Verme” remete a uma condição que, além de não humana, é repugnante. Esse não reconhecimento da humanidade do outro provavelmente atenua os efeitos psicológicos, emocionais e morais, no que toca à prática da eliminação da vida do outro. Isso fica bem claro no depoimento de Bob, quando ele conta como se sentiu após matar um conhecido a mando de um traficante e após matar o traficante:

Tinha vez que eu não dormia, tinha vez que eu não comia porque eu olhava a... Porque o primeiro que eu matei, eu conhecia, lembrava da cara dele, assim, eu não conseguia comer... Só que com o tempo foi mudando, os pensamento já era. E com o traficante eu nem tive remorso, pra mim assim, quando eu matei ele, pra mim foi um alívio, nem fico pensando.

Matar um “safado” é quase como uma questão de “dever”, de “honra”:

Safado não tem vez, não importa se é na favela, não importa se é na cadeia, não importa onde que for, tá ligado, safado não atravessa, tá ligado. E se é safado, o cara só pensa que é safado, tá ligado, e pensa em exterminar porque pra nós não presta, tá ligado, pra nós não é... tá ligado. É isso que vem na mente do cara.

Essa valoração diferenciada a respeito de alguns sujeitos e, conseqüentemente, em relação às suas vidas, está longe de ser uma postura característica de “jovens inscritos no tráfico”. Darei alguns exemplos de casos amplamente divulgados no Brasil, que podem nos

ajudar a pensar sobre um compartilhamento mais geral de uma hierarquia do valor diferencial entre sujeitos e classes sociais. Os casos são os seguintes: os jovens de classe média que atearam fogo em um indígena e que se “desculpam”, dizendo que pensaram que era um mendigo; outros jovens (também de classe média) que espancaram uma empregada doméstica, justificando-se de forma similar aos jovens do primeiro caso (“pensamos que era uma prostituta”). O que desejo salientar é que tais situações somente tiveram repercussão porque as pessoas que sofreram as violências eram um indígena (alguém com uma identidade cultural) e uma empregada doméstica (uma trabalhadora). Mendigos e prostitutas, assim como jovens pobres inscritos no tráfico, parecem fazer parte de um grupo cujo assassinato é tolerável e não causa grandes manifestações de indignação.

No caso dos interlocutores do presente trabalho, pode-se falar na incorporação de uma hierarquia valorativa dos sujeitos, na qual tem pouco valor tanto a vida dos “inimigos”, dos “vermes”, como suas próprias vidas. No capítulo 1, mencionei a relevância das considerações de Jessé Souza (2006) a respeito da “hierarquia social legítima do valor diferencial dos seres humanos” e sua relação com a desigualdade social no Brasil. De acordo com Souza, tal hierarquia é incorporada de forma pré-reflexiva e é transclassista: faz parte de consensos compartilhados através de práticas sociais efetivas.

Jessé Souza (2006) descreve o processo de desenvolvimento de um novo sujeito moral no Ocidente. Os atributos desse sujeito – disciplina, autocontrole, razão prospectiva, trabalho produtivo - passam a fundamentar tanto a autoestima dos indivíduos como o seu reconhecimento social. Ao invés da “honra”, prevalece o princípio de “dignidade”, que pressupõe um reconhecimento universal entre iguais. Assim, o compartilhamento de uma determinada estrutura psicossocial, de uma “economia emocional” e moral, passa a ser o fundamento implícito do reconhecimento social. Isso se deu na passagem das sociedades tradicionais para as modernas no Ocidente, com a ascensão da burguesia e a construção de uma homogeneização de tipo humano, a partir da generalização de sua própria “economia emocional” às classes dominadas. O processo descrito de aprendizado moral e político aconteceu em todas as sociedades centrais do Ocidente. Souza chama de *habitus primário* esse aprendizado coletivo. Entretanto, de acordo com o autor, em países “periféricos”, como o Brasil, não houve a generalização do “*habitus primário*” e tornou-se um fenômeno de massa permanente o “*habitus precário*” - o limite do primário para baixo: “seria aquele tipo de personalidade e de disposições de comportamento que não atendem às demandas objetivas para que, seja um indivíduo seja um grupo social, possa ser considerado produtivo e útil em uma sociedade de tipo moderno e competitivo” (p.38). No caso desses países “periféricos”,

existe toda uma classe de pessoas excluídas e desclassificadas, posto que elas não participam do contexto valorativo de fundo - “dignidade” do “agente racional” -, que é condição de possibilidade para o efetivo compartilhamento, por todos, da idéia de igualdade. Além disso, a centralidade universal do princípio do desempenho e sua incorporação pré-reflexiva, faz com que a reação dos inadaptados se dê num campo de forças que se articula em relação ao tema do desempenho: “positivamente pelo reconhecimento da intocabilidade de seu valor intrínseco, apesar da própria posição de precariedade, e, negativamente pela construção de um estilo de vida reativo, ressentido, ou abertamente criminoso e marginal” (SOUZA, 2006, p. 42).⁶³

Souza (2006, p.37) enfatiza que, “para que haja eficácia legal da regra de igualdade é necessário que a percepção da igualdade na vida cotidiana esteja efetivamente internalizada”. E, no Brasil, ao invés de igualdade, é o “valor diferencial entre os seres humanos” que está atualizado de forma inarticulada em todas as nossas práticas institucionais e sociais.

Voltando à discussão sobre a relação entre essa “hierarquia do valor diferencial entre os seres humanos” e as posturas dos interlocutores, alguns apontamentos podem ser feitos. Em primeiro lugar, ao que parece, pouco valor é atribuído às vidas desses jovens - que matam e que morrem - tanto por parte da sociedade em geral (que não se scandaliza e não se mobiliza diante de uma situação de genocídio que atinge parte da população jovem do país), quanto por parte desses próprios jovens. Joe me dizia que sentia que sua vida não valia nada. No capítulo 3, mostrarei que os interlocutores tratavam com naturalidade a possibilidade de serem assassinados e discutirei com mais cuidado a questão das “vidas matáveis” desses sujeitos. Considero possível que a hierarquia do valor diferencial dos sujeitos, junto com um regime de “guerra” (que será discutido no próximo subitem), atue fortemente na percepção que esses jovens demonstram em relação às suas vidas e às vidas daqueles que eles geralmente matam: seus iguais (pobres, jovens, envolvidos com tráfico), mas inscritos em grupos diversos.⁶⁴ Passo agora à descrição do sujeito valorizado entre os interlocutores.

⁶³ É preciso pensar também que o “*habitus* precário” é precário em relação ao hegemônico, ao primário e que talvez as posturas dos “inadaptados” não se reduzam apenas aos pólos da submissão ou da reação. Deve ser considerada a possibilidade da *produção* de valores alternativos aos do autocontrole, da previsibilidade, do trabalho produtivo, tais como sociabilidades ligadas à jocosidade, à brincadeira, à informalidade. Tais valores podem ser positivados no âmbito do grupo e conviver com os valores hegemônicos. Elias Barreiros (2008) também atenta para esta questão em sua dissertação. Ele afirma que não se pode esquecer que no interior das classes também se estabelecem hierarquias morais que produzem sujeitos valorizados e desvalorizados nos grupos. Desse modo, “não se pode pensar os valores como fixos ou cristalizados — ou seja, para o ‘bandido’, o trabalhador autodisciplinado e socialmente útil pode ser o sujeito a ser desvalorizado” (p.68).

⁶⁴ Nesse sentido, parece haver uma “distância ótima” no tocante às pessoas que podem ser mortas sem maiores complicações: nem os de muito perto, nem os de longe. Essa noção de “distância ótima” aparece na etnologia indígena, em estudos sobre as guerras ameríndias. No caso da caça de cabeças jívaro, por exemplo, Carlos

O “sujeito-homem”

Em contraposição ao “verme”, ao “safado”, está o sujeito que “corre pelo certo”, denominado de “sujeito-homem”. De acordo com Joe, esse sujeito: “*segue de cabeça erguida entre os vermes*” e “*é o cara certo do lado errado*”. É o sujeito que: segue as regras compartilhadas no grupo; raciocina; cumpre o que promete; não vai matar alguém só porque soube de algo pela “boca de outros”; quando mata, o faz achando que isso é o certo, que tinha que ser feito; busca não matar pessoas inocentes (que nada tem a ver com o crime), “trabalhadores” - a não ser que eles sejam caguetas ou estupradores. O “sujeito-homem” é, assim, o “sujeito ético”,⁶⁵ em relação aos códigos e às moralidades compartilhados pelo grupo. Quando falavam sobre o “sujeito-homem”, os meninos também acionaram a questão do respeito e da humildade. O “sujeito-homem” é respeitado no grupo e na comunidade porque ele também sabe ser humilde. Paraná definiu o que significa ser humilde: “*humilde é humilde, né, ser como o cara é, e respeitar, né. Humilde, saber dividir as coisas também, né*”.⁶⁶ Assim, os interlocutores demonstraram ter como referência, como “modelo”, não o “bandido marrento”, o “maluco”, o “sanguinário” – sujeitos que não respeitam ninguém -, e sim o “sujeito-homem” – aquele que busca fazer “o certo”, refletir sobre suas ações e respeitar os pares e as pessoas da comunidade em que vive. Como trabalharei no item 2.2.3, foi possível identificar, por parte dos meninos com quem conversei, uma postura de distanciamento em relação aos sujeitos que matavam sem necessidade, sem motivos, por prazer.

A seguir, serão apresentadas três narrativas que se referem a casos em que os homicídios foram perpetrados contra sujeitos considerados “vermes”, “safados” e/ou como punição ao descumprimento de regras estabelecidas.

Morte de um “cagueta” (relatado por Pitu)

Foi assim ó, nós tava numa balada sabe. Daí o cara vendia droga, entendeu, nós vendia droga no caso, né. Daí tinha um piá lá, foi lá e falou, né. Fazia assim mais ou menos três meses que nós tinha começado a vender droga. Daí ele foi lá e contou pra polícia. [...] É

Fausto (2001) argumenta que as práticas ocorriam a uma “distância ótima” entre o mesmo idêntico e o outro diferente.

⁶⁵ Agradeço a Thiago Porto Ribeiro por essa sugestão.

⁶⁶ Na dissertação de Elias Barreiros (2008, pp. 38-39), a valoração positiva da “humildade” também mostrou-se importante para os jovens de grupos populares com os quais o autor realizou a pesquisa. No contexto por ele estudado, humilde era aquele que não se “achava”, que não se colocava acima dos outros, que valorizava a rede de amizade, a coletividade. Aqueles que se “achavam” eram denominados “folgados”. Como veremos mais adiante, entre os meninos que me contaram narrativas, também havia uma valoração negativa em relação aos sujeitos considerados “folgados” (que não respeitam ninguém, que se “acham” melhores).

caguetou nós, né. Daí nós pegamos e fomos conversar com ele. Os piá falaram que era só pra conversar, eu não sabia que iam lá matar (*vai abaixando o tom de voz*). Daí chegamos lá. O piá tava numa balada, outra balada, saímos daquela e fomos na outra. Nós saímos de uma casa pra ir pra uma danceteria, entendeu. Chegamos lá, daí eu chamei ele, de boa, e disse: "Ó, nós queremos falar contigo". Ele tentou correr, tentou correr, né, daí eu puxei uma arma e segurei ele, falei: "Não, não vai correr não". Segurei e levei lá pros meus amigos.

Levou aonde?

Levei lá fora da balada. Começamos a conversar. Ele falou que tinha caguetado nós, deu nossos nomes, endereço da casa tudo.

E por que, ele falou por quê?

Ele não falou, acho que ele não gostava de mim e do meu primo. Ele caguetou nós. Eu falei pros cara: "eu não sei o que vocês vão fazer, eu não vou fazer nada". [...] Daí pegou, os piá falaram: "Vamo dar um fim nesse cara". Tudo armado sabe, só eu que tava com uma ponto 40, uma pistola, não sei se você já ouviu falar, daí os piá tavam com 38 normal, né. Daí eu falei assim: "não cara", dei uma coronhada na cabeça dele e disse: "não, deixa ele ir embora". Daí o de menor, o menor, de 15 anos, pegou e deu um tiro dentro do ouvido.

[...] E o cara morreu na hora?

Não ficou mexendo, ali, se batendo. Daí eu falei: "Vamo dá mais um tiro pra terminar isso aí". Aí o outro veio e deu mais dois tiros na testa. Daí eu disse: "Agora vamo embora". "Não, vamo sumir com esse cara, vamo sumir". Então tá bom, fui lá chamei meu primo, pegamos o carro, botamos dentro do carro.

A punição com a morte em relação aos "caguetas", aos delatores, foi unanimidade nas falas dos meninos a respeito dos "safados", dos sujeitos para os quais não deveria haver perdão. Entretanto, no momento de narrar uma história concreta, aparece um posicionamento contra a efetivação da punição com a morte. Mesmo que Pitu tenha falado que se posicionou contra o homicídio para se desresponsabilizar em relação àquela morte, ou para não admitir sua participação diante de mim, trata-se de uma fala que deve ser considerada. Isso porque, em sua narrativa, aparece a questão de que a decisão sobre uma morte nem sempre é consensual e o fato de que há diferentes formas de participação por parte dos envolvidos. Como já assinaléi quando falei sobre a relação entre o uso de drogas e o cometimento de homicídios, Pitu disse que não conseguiria matar ninguém e que achava ruim tudo aquilo, mesmo tratando-se de um delator.

Morte de um "traíra" (relatado por Julio)

Ééé, tipo, tem caso assim tipo, tipo um caso que aconteceu: O cara pega, deve um monte de dinheiro pra um traficante, aí tipo, que o cara vendia droga pro cara e aí em vez de vender a droga ele cheirou tudo, usou tudo a droga e daí o cara ficou no "veneno", "eu vou matar esse bicho", daí pegamo, nós conversamo só nós, tipo os mais, tipo os mais, né, que faz o negócio crescer, né.

Os chefes, os patrões?

É, vamo dizer isso, mais patrão, só que a gente era tudo junto, tudo unido, só que sempre tem uns que são mais, que dá a voz, né, falei: "não, não vamo matar esse cara, vamo deixar, ele vai pagar, vamo fazer com que ele pague, se a gente matar ele, vai vir polícia, a gente vai se incomodar. [...] É, daí o cara que tava devendo, né, queria uma arma emprestada pra matar um desses grandes.

Ele veio pedir pra um de vocês?

Ele veio pedir pra um deles, um dos grandes, o guri que tava devendo foi pedir pra um dos grandes pra matar outro grande [...] e daí o quê que os caras fizeram, mataram o cara, né porque eles já livraram ele de morrer, né por causa da dívida dele, já era um motivo pra ele, pra eles ter matado ele, só que ele, é daí o cara vai querer matar o outro ainda por causa de dinheiro, por causa de 100 real, o cara tava devendo 3 mil, ele tava devendo 3 mil e queria cobrar 100 pila, não mataram ele por causa de 3 mil real, daí agora foi... daí mataram ele, né.

Algo a se pontuar sobre essa história é que o devedor, o "casqueiro" (usuário de *crack*), não foi morto por conta de suas dívidas, e sim por causa da sua intenção de matar um dos "grandes", um dos líderes. Assim, o motivo da punição foi a traição. Novamente, o que se percebe é que, na prática, há muito mais nuances e as situações não correspondem linearmente às regras compartilhadas. É possível negociar a punição em relação a uma dívida, mas, no caso de uma traição, ainda mais por parte de alguém que estava em débito, parece não haver outro desfecho possível.

Morte por roubo de "aliados" (relatado por Julio)

Teve dois caras que tava preso junto, daí saíram, daí foram pra lá, daí eles fizeram um assalto lá, roubaram e um deles escondeu 108 real do outro, entendeu, eles roubaram junto e em vez de dividir o dinheiro certinho, ser honesto, por mais que esteja no mundo do crime, mas certo é certo, né.

Tem uma regra ali...

Claro, e daí o cara escondeu 108 real e daí nós vimos o dinheiro do cara, que ele escondeu. Matamo o cara, o cara tá enterrado e ninguém sabe aonde tá. [...] É, só que tipo esse daí que escondeu o dinheiro, né, antes de nós ver o dinheiro, foi falado pra ele: "ó, vai lá em tal lugar que nós vamo lá pra tu pegar e pra tu ir embora", ele ia pra casa dele, outro bairro, outra cidade, não sei, ele ia embora. Quando, nós ali, arrumando a roupa do cara, arrumando a mochila, pegamo e colocamo a mão no bolso do cara: "pô o cara falou que tinha 30, aqui tem 108 real" e no outro bolso tava os 30 pila que ele falou, entendeu, daí não... daí fomo lá... eu não, eu não tava junto na hora que mataram o cara, daí eles me falaram, né, daí ele foi lá, daí o cara, eles tavam cheirando lá no lugar que eles tavam, aí o cara, pô, se abaixava, pensava e aí os cara perguntaram: "O cara, o que tá acontecendo, quê que deu contigo?" aí o cara: "não, não, não, tô com saudades da família", né. Mas de certo ele tava com vontade de falar alguma coisa. Daí os cara deram um tiro na cabeça dele.

Antes de ele falar alguma coisa?

É porque eles perguntaram duas vezes, "o cara, o que tá acontecendo?", "quê que deu, tu tá quieto" e ele não falou nada, daí...

Mas você acha que se ele tivesse falado iam deixar de...

É, pode ser, se ele falasse: "Oh cara, aconteceu o seguinte cara, como eu tô com bastante vontade de ir pra casa, pô, peguei ali tanto dinheiro a mais ali, que tá no outro bolso do meu shorts, cara, pô, mais pá, foi mal, eu errei, tá ligado", não ia ter acontecido, com certeza não, porque daí ele ia estar sendo honesto, apesar de ter pisado ele ia ter confessado, né, e ele ia ter consertado o erro, né, tentado pelo menos. Daí como ele não falou nada, eles tavam tudo armado tudo ali e tipo o cara que morreu ele viu que... tava armado ali, aí o cara só pegou virou e deu na cabeça entrou aqui e saiu...

Algo que chama a atenção nessas três narrativas é que a punição de morte é, em geral, objeto de negociação, parece haver uma maleabilidade das regras de acordo com a situação e com o tipo de sujeito que cometeu o erro. Ouvi de alguns meninos que seus "patrões" não matavam pessoas que deviam, mas apenas os "inimigos". No caso relatado por Julio, como relatei, a justificativa para a punição não foi a dívida, e sim a intenção do jovem assassinado de matar um dos "chefes". No caso da primeira falha, houve uma negociação, um "debate" que culminou com a decisão de não matar o devedor. Julio contou-me o seguinte:

Pelo menos eu e os meus amigos pensava assim, né, não é por qualquer motivo que, que vai e mata alguém; sempre vamo conversar, vamo ver qual é a melhor maneira, se não tiver jeito mesmo, daí...

E quando vocês conversavam vocês tentavam entrar num acordo ou tinha um que mandava mais e dava a palavra final?

Não, não, tudo, tudo, dava o voto da maioria.

Essa questão do "voto da maioria" pode ser uma característica peculiar da forma com que o tráfico se organiza em algumas partes do Estado de Santa Catarina. Alguns jovens relataram que não tinham um "patrão", um chefe maior, mas que formavam grupos de "camaradas", de "aliados" que traficavam juntos e tomavam suas decisões coletivamente. Mesmo nos casos em que eles citavam a existência de patrões (chefes), esses não dominavam toda uma comunidade ou região, mas apenas alguns "pontos de venda" (de drogas). Um dos efeitos dessa não centralidade e não organização do "crime" é, de acordo com os interlocutores, uma situação constante de "guerra" entre grupos disputando pontos. Os meninos descreveram tal situação em termos de que bastava alguém começar a lucrar com o tráfico para aparecer um outro que "cresceria o olho" em relação aos ganhos do primeiro e que tentaria matá-lo para tomar seu lugar. Os interlocutores mostraram-se bastante desconfortáveis em relação a essa situação em que prevalecia um estado de "guerra" permanente, de ciclo de mortes, de "bola de fogo", como descreveu Paraná.

A situação descrita por Julio: maleabilidade em relação às punições no âmbito do grupo, pode ser outro tipo de efeito da não centralização do "poder". A partir da conversa com

Carlos, que vinha de outro Estado, e também dos dados da pesquisa de Feffermann, 2006, realizada em região na qual o crime se organiza através de Comandos gerais, pode-se pensar que a situação é inversa. Diminuem os conflitos e, conseqüentemente, as mortes, entre pequenos grupos, pois há uma reunião de vários grupos em torno de um Comando. Por outro lado, aumenta a rigidez da aplicação das punições, pois as decisões se concentram nos líderes maiores e, dessa forma, o que prevalece nessas decisões é o bom andamento dos negócios.⁶⁷

No próximo item, estão contempladas as narrativas que versam sobre o citado regime de “guerra”.

2.2.2 “É Matar pra Não Morrer”: Guerras, Trocas de Tiros, Execuções e “Casinhas”

É comum ouvir de jovens inscritos no tráfico de drogas frases como:⁶⁸ “é matar pra não morrer”, “era ele ou era eu”, “que chore a mãe deles antes do que a minha”. São frases que, pelo uso constante, se tornam clichês. Porém, nesses casos, o clichê não é meramente ilustrativo ou reforçador de uma idéia: ele fala sobre situações cotidianas que deixam marcas nos corpos e nas mentes desses jovens.

Foi Wesley o interlocutor que mais contou histórias nas quais as situações eram de “guerra”, seja com a polícia, seja com grupos rivais, ou ainda com “inimigos” (rixas individuais). Nessas situações extremas, o que está em jogo é a “sobrevivência”, a conservação da própria vida. O que passa a valer é “a lei da 'prevalência', quem pode mais” (Carlos). Seguem algumas histórias narradas por Wesley.

Narrativa troca de tiros com a Polícia

Foi troca de tiro daí, porque eles também reagiram também, tava armado também, né, daí até o gurizão tava aqui, era dois de menor, tava aí tudo também, daí fugiram daqui e foram pra rua, daí continuaram, daí a polícia até já tava perseguindo, eles já tavam com vários homicídios, tinha um até que tava com uns 8 homicídios que tava aqui, um gurizão.

Daí até que a polícia encontrou ele e daí foi pra matar ele, daí ele tentou reagir, tentou atirar na polícia, daí a polícia já matou, um ainda, um ficou ferido - levou um tiro de fuzil: um na perna e um na cabeça mas daí na cabeça foi de raspão e daí foi pro cadeião [...]. Daí o outro até morreu, esse de maior já tinha até escapado, segunda vez que acontece isso aí, é a segunda vez, teve aqui em [...], não sei se você ficou sabendo, que foram roubar um posto de gasolina aí, aí que a polícia até fechou, a polícia tava esperando, que daí teve troca

⁶⁷ No trabalho de Feffermann (2006, pp. 250-267), há uma interessante discussão sobre os “julgamentos”, “os debates”, a partir das experiências narradas pelos jovens paulistanos.

⁶⁸ Ver, por exemplo, Feffermann (2006); o documentário “Falcão: meninos do tráfico” (MV Bill e Celso Athayde) e a Série Jornalística da RBS TV “Vida Louca”, exibida em 2007.

de tiro também, eles tavam num Golfe, tavam na, fugiram, a polícia também matou três que tavam com ele.

[...] Oh, daí mesmo, só "veneno", né. Matar assim um parceiro assim do cara, o cara fica até ruim, né, meu deus, né. E o outro gurizão que tava junto com ele que se escapou duas vezes, né, não era pra ele morrer mesmo, na outra vez ali em [...].

Wesley descreveu esse tipo de situação como troca de tiros, mas relatou episódios nos quais a polícia chegava para executar pessoas de modo que elas não tivessem nenhuma chance de se defender. Contou sobre um conhecido seu que: "[...] tá livre, mas, hoje na rua ele tá lá, mas é entre a vida e a morte. Já tão até de Audi, de moto, P2 (*policiais à paisana*) tudo pra matar ele, já nem querem mais prender, já querem matar, já querem executar." Explicou que, nessas situações, nas quais a intenção é a execução, os policiais chegam à paisana: sem uniforme, com carros ou motos civis. Contou ainda outros casos:

Já teve parceiro meu de ir roubar, fazer um assalto ali e não poder mais voltar porque a polícia já mata, já tá matando por qualquer coisa também, já tão matando. Ah, tão até tipo assim: mata o cara, coloca uma arma na mão do cara e faz que o cara reagiu, tentou matar eles. Pega o cara na, parceiro meu que tava na noite aí, no corre, na rua, a polícia chegar, pegar, enquadrar e falar que vai levar preso, levar pra um canto aí, amarrar, matar e falar que o cara reagiu, alguma coisa assim, né.

As guerras

Tipo assim, tem motivo assim de eles querer ser mais que o cara e o cara nem tem nada a ver, que o cara faz "o corre" do cara, mas daí tem uns que já querem ser mais que o cara. E daí já é de outras áreas e daí um mora em outra área e o outro em outra, daí uma área tem guerra com a outra e daí quando se encontram daí já acontece de um querer dar tiro no outro, um querer matar o outro. Daí tipo assim, daí é onde o cara tem que se defender pra não morrer, se não quiser morrer, né, que é só os forte que sobrevive mesmo, né. Porque um quer matar o outro, né, na rua como é que ta aí, tá cheio de guerra. E é mesmo a maioria é por causa disso daí mesmo, é um querendo ser mais que o outro, né.

É... não é fácil esse mundão aí, o cara tem que saber viver, né... tem que sobreviver, né, a lei não é mais sobreviver, né, porque é um querendo matar o outro, né. Por causa de qualquer coisinha um já quer matar o outro, né, por qualquer guerrinha um já quer matar o outro, né... É, não é fácil... (*momentinho de pausa*) Mas também o cara sabendo se cuidar também dá pra evitar um monte de coisa, né. [...] O negócio é o cara amenizar as guerras que tem pra poder viver um pouco mais também, né. Eu já tenho umas guerras também, daí eu já vou se eu puder amenizar, eu amenizo, né, pra ficar de boa.

Wesley falou sobre o desconforto que sentia em relação a essa situação de "guerra" constante: "[...] mas não também tá matando os outros assim de graça, também, né, só se

fosse preciso, se alguém vinha querer tirar minha vida eu ia se defender, né, mas não queria tá matando ninguém não também, de graça não queria matar ninguém, né." Outros meninos também demonstraram esse tipo de sentimento. Paraná disse o seguinte:

Um monte de guerra. Às vezes tu tentava matar o cara, o cara ia lá matava, ou tu ia lá e matava e os outros já ficavam 'no veneno', vamo cobrar.... [...] Hum, já dá uma 'bola de fogo' fudida. Aí já era [...] Ruim pra todo mundo, ficar morrendo e matando, morrendo e matando. Cadeia, hospital, é foda.

Paraná também mencionou a possibilidade da “amenização” das “guerras” e observou que, quando isso acontece, é melhor para todos, cada um apenas se preocupando em ganhar seu dinheiro: “cada um no seu bairro, cada um em cada rua, cada um no seu canto e já era”.

Um caso de homicídio por “casinha”, por intriga

[...] já aconteceu também de eu quase perder a minha vida também: de chegar assim com duas “máquinas” em cima de mim e dá-lhe um monte de tiro em mim, chegar a dar um monte de tiro em mim e eu poder, só escutando aqueles estouro assim de pertinho, colado na parede ainda e me esquivando e se jogando no chão e correndo e... E não pegou nenhum, graças a Deus, só assim eu me escapando mesmo, se jogando. Não queria isso pra mim, não queria levar nenhum tiro, né. Ôôô... fiz a minha frente, fiz a minha parte, tentei fugir e consegui, né, aconteceu nenhum comigo. Mas depois eu peguei ele e matei ele, descarreguei uma “máquina” nele também.

No cara que tentou te matar...

É, ele tentou me matar, daí eu fui e já matei ele antes de ele vir... E ele veio ainda querer falar comigo ainda. Na hora que ele me viu ele se apavorou e daí ele veio querer tirar satisfação comigo, querer falar comigo. Ééé... daí já nem pensei direito, já nem pensei, já pensei na maldade mesmo, daí já “estourei”, né, já estourei ele. Pra tu ver que o cara não pensa direito: foi até na frente de uma delegacia ainda, de dia ainda, na frente da delegacia e tudo, tinha até polícia e tudo. Eu não tava nem aí, eu queria era me vingar mesmo, foi até na frente da delegacia, o cara não pensa muito não.

E ele queria te matar por que?

Foi tipo assim ele queria me matar eu nem sabia por que era, era por causa de um primo meu, um primo meu brigou com ele, teve briga com ele, não sei o quê que deu, o meu primo falou que eu ia matar ele. Eu nem sabia de nada, eu nem sabia de nada. Daí o meu primo falou que eu ia matar os cara. E os cara ficaram com medo, viram que eu era encarnado e já vieram pra querer me matar.

[...] Mas ele já veio na maldade pra mim, já veio querendo me matar daí eu fui obrigado a também tomar uma atitude, né, antes que ele me mate eu mato ele, né. [...] Daí já fui obrigado, né. Porque o cara tentou tirar a minha vida de bobeira também, por nada, por causa do meu primo, sendo que meu primo nem, só foi falar meu nome, só envolveu meu nome, mas ele viu que eu era encarnado também, por isso que ele ficou com medo e aí já veio querer me matar, com medo, né, porque já achou que eu ia matar ele também, né.

Também nessa situação de “casinha” a explicação que prevalece é de que se tem que “matar pra não morrer”. Wesley relacionou o medo de morrer com a obrigação de matar para sobreviver:

Eu tinha medo de morrer, eu tinha medo, mas eu me cuidava e eu era obrigado tipo assim a ter que ir matar pra poder sobreviver porque tudo queria me matar também, tudo não, tipo assim das outras áreas assim, que não gostava do cara, sempre tem alguém que não gosta, tem inveja, tem alguma coisa, até por causa de uma mulher, às vezes, tem inveja, o cara pega uma gata e já tem inveja, porque é das áreas deles, daí isso aí sempre quer arrumar uma guerra com o cara, um motivo, querem arrumar um motivo pra fazer uma maldade por cara. Daí o cara é obrigado a se defender, né, o cara tem que se defender né. Eu já, eu tinha medo de morrer também, né, por isso eu matava, né.

No próximo capítulo, abordarei as implicações de ser ter a vida em constante risco em relação às noções de tempo, de morte, de valoração da própria vida e de possibilidades de eliminar a vida de outros. No subitem que segue, estão descritos os sujeitos que os interlocutores consideraram como “anormais”, sujeitos que matavam sem motivos.

2.2.3 Zé Malucão e outros “malucos”

Paraná contou-me a história da morte de um “matador”, de um “louco”. Disse que o Zé Malucão “morreu inocente”, mas matou um monte de “inocente” também⁶⁹. Parece que ele foi morto por um policial. Eu questionei:

Foi lá e matou?

Matou claro, tinha matado um monte de inocente, se não matasse ele, ia matar mais, ia matar um monte.

Mas o policial foi lá prender ele e trocou tiro ou já foi pra matar?

Não, já matou mesmo. Tava deitado, tava deitado, fingindo que tava dormindo. (narra que avisaram o Zé Malucão que a polícia estava lá, mas ele disse que se corresse eles iam atirar então preferiu fingir que estava dormindo pra ser preso e não morrer). Deitou na cama, ficou de costas e tal, aí “os home” vieram, viram ele deitado, pediram pro outro ir pra dentro do banheiro pra não ver, o outro que tava junto com ele [...] e pou, pou, pou. Botaram uma arma fria do lado pra fingir que ele ia puxar, pra não cair, botar, a culpa neles.

Então eles queriam exterminar mesmo ele...

Claro, incomodava um monte, matava um monte.

Você conheceu ele? Tipo ele não tinha dó de ninguém...

Conheci. Não, era **folgado**, era folgado.

⁶⁹ Tratarei da categoria “inocente” no subitem 2.2.4.

E ele matava, ele dizia porque ele matava assim?

Era meio **louco**, ele tinha pacto com o diabo parecia. Tinha pacto com o diabo, ele e mais um que andava com ele.

De certo as pessoas tinham medo dele...

Claro! **Malucão**...

Até gente ali do mesmo bairro ele matava?

Claro: os que tinham guerra, pá, os que olhavam com uma cara feia pra ele: "O que tá olhando, o que tá olhando?", tinha que abaixar a cabeça e ficar quieto, né. Malucão, meio maluco, já matou um monte.

E ele era novo, né?

Era novo, mas já era de maior.

E tinha matado mais de...

De vinte, mais de vinte (...) já era, né, muito **bandidão**, muito folgado.

Carlos também falou sobre sujeitos que ele considerava como "malucos", "retardados", "psicopatas":

Tinha dois patrão: o Fulano e o Cicrano. Eles eram **retardado** tudo mesmo, tipo o Fulano sempre me aconselhava: "Ó, na moral você não deve ter amor, ter essas coisas assim no coração, compaixão, só tem que ter ódio e nada dentro do coração mesmo, só tem que ter raiva". Falava pra mim, só tem que ter raiva, ódio, mágoa, só isso daí no coração mesmo, tenha só ódio dos outros mesmo, "até de mim" ele falava, "Até de mim, ter ódio de mim. Nem, pá, se um dia tu, não gosta de mim não, por favor, tenha ódio, guarde rancor no coração, pois se for preciso matar pegue e sem dó mesmo". Eles matavam um monte mesmo, os bicho eram altos **psicopata**.

Ele falava assim porque... porque achava que tinha que ser assim pra conseguir...

Pra não ter dó, né. Pra não ter dó dos outros, chegar e...

E você acha que eles são psicopata mesmo?

Pô, eu era cabreiro com eles, né dona, pô eles matavam sem dó, né. Os bicho era retardado tudo mesmo.

Não sentiam nada, não tinham sentimento nenhum...

É, o que eles sempre falavam pra mim, né, como eles não tinham eles queriam me envolver pra eu ficar igual a eles eu acho, né, ter ódio, não ter amor, essas coisas no coração, não ter compaixão, só ódio, mágoa e rancor, pá...

E isso aí eles já tinham falado bastante na tua cabeça?

Já, todo dia mesmo. Era só nós sair fumar um baseado eles começavam: "Tu não pode ter amor no coração não". Eu olhava pra eles, ficava meio escamado, né (só tem que ter...). Tenha ódio de nós, eles falavam, tenha ódio de mim, tenha ódio de tudo nós aí, ó. Pra ter ódio de todos eles e de mim mesmo, eles falavam: "Tenha ódio de você, tenha ódio de ti mesmo, pra matar qualquer um mesmo sem dó". Aí era o que ia, né, o cara vai, chega no veneno mesmo, o cara começa a pensar, pensar, pensar, chega e já mata.

Leonardo considerava "malucos" os jovens envolvidos com o tráfico na cidade do Rio de Janeiro. Ele contou-me que já tinha visitado o Rio e disse que os "caras" que traficam lá são todos "malucos", que alguns já mataram 50, 70 pessoas. Falou ainda que viu "moleques"

bem pequenos, de uns 10 anos, andando pela favela com fuzil na mão. De acordo com Leonardo, no Rio morre muita gente: os noticiários passam o dia inteiro só anunciando mortes e, “se aqui morre 300, lá morre 5.000”. Disse ainda que lá os jovens vivem muito pouco, morrem bem cedo e acabam fazendo tudo cedo: casam, têm filhos. Assim, na visão de Leonardo, no Rio as favelas são gigantescas, o crime é mais organizado e os “caras” são mais “malucos”. Ele descrevia as situações demonstrando que tinha ficado impressionado com tudo aquilo.

Nas narrativas que ouvi, em especial nas desses três interlocutores, apareceu um tipo de sujeito que foi por eles situado fora das fronteiras da “normalidade”, da “sanidade”. As denominações para sujeitos que matavam muitas pessoas, sem motivos considerados relevantes, sujeitos que aparentavam não ter parâmetros morais, foram: malucos, psicopatas, retardados, folgados e sanguinários. O comportamento de Zé Malucão foi explicado por Paraná também em termos sobrenaturais: “tinha pacto com demônio”. Para Carlos, seus padrões estavam completamente fora dos padrões de normalidade e, além disso, queriam que ele passasse a ser como eles, para que pudesse matar sempre que fosse preciso, sem nenhum constrangimento. Na fala de Leonardo, “os caras do Rio são todos malucos”, pois, para ele, causava estranhamento ser normal matar muitas pessoas e morrer muito jovem. A idéia que os interlocutores passaram é a de que também existem “malucos” em Santa Catarina, mas, por sua raridade, eles acabam se tornando personagens, como no caso do Zé Malucão.

A maioria dos meninos com quem conversei procurou sempre “justificar” de alguma maneira os homicídios que cometeu e se posicionar negativamente em relação a assassinatos sem motivos considerados legítimos (punição às regras ou autoconservação). Assim, se pensarmos “violência” no sentido do uso da força de forma ilegítima, injusta, podemos considerar que também no caso desses jovens há um processo de localizar sempre exteriormente a “violência”, o “abuso”, a “anormalidade”. A “violência” está sempre no “outro” e representa sempre uma avaliação, um juízo que faço a respeito das atitudes desse outro. O que mais me chamou atenção foi esse tipo de postura por parte de Carlos. Trata-se de um jovem que não é de Santa Catarina e que veio de um local no qual o tráfico se organizava a partir de grandes Comandos, no estilo do Primeiro Comando da Capital (PCC). Ele foi autor de muitos homicídios, o primeiro quando tinha treze anos. Carlos narrou esse homicídio no início de nossa conversa. Algo de importante, que percebi ao ler com cuidado toda a narrativa, é que, depois de falar sobre a espécie de “aprendizado” que teve com os padrões, ele narrou novamente o primeiro homicídio que cometeu, com mais detalhes e deixando escapar que tinha titubeado em determinado momento. Provavelmente, para Carlos trata-se de um aspecto

que ajuda a dar sentido, explicação para os atos que cometeu, mesmo que ele não faça essa relação de forma explícita ou consciente. Seus “patrões” eram definidos como “psicopatas”, “retardados”, mas ele procurou se afastar de uma possível identificação com eles, ao trazer muitos elementos no sentido de afirmar que possuía sentimentos de remorso, de “peso”, de carinho e amor pelos familiares e que fez muitas coisas sob o efeito da cocaína e dos “conselhos” dos seus chefes. Nas reflexões de Erving Goffman (2008) sobre identidades estigmatizadas, é possível encontrar elementos que ajudam a explicar a postura de Carlos. De acordo com Goffman, dado que em nossa sociedade o indivíduo estigmatizado adquire modelos de identidade que aplica a si mesmo, a despeito da impossibilidade de se conformar a eles, é inevitável que ele sinta alguma ambivalência em relação ao seu próprio eu. Uma das expressões de tal ambivalência a seguinte:

O indivíduo estigmatizado tem uma tendência a estratificar seus ‘pares’ conforme o grau de visibilidade e imposição de seus estigmas. Ele pode, então, tomar em relação àqueles que são mais evidentemente estigmatizados do que ele as atitudes que os normais tomam em relação a ele (GOFFMAN, 2008, p.117).

No próximo item, será discutida uma última categoria central para os interlocutores: a categoria “inocente”.

2.2.4 “Estou aqui pra contar a história do meu amigo que morreu inocente”

Em uma das minhas visitas de campo, estava numa sala esperando por algum menino que tivesse interesse em participar da pesquisa. Entra então no local um menino pequeno, que parecia estar fora do lugar. Perguntei se ele estava ali para conversar comigo e ele respondeu de forma determinada que sim, que estava ali para me contar a história do seu amigo que morreu “inocente”:

Nós tava de tarde, nós ia tomar uma “bira” de noite, compramos as “bira”, as cerveja, pá, num barzinho, lá num barzinho onde que nós temos guerra, eu tenho guerra, aí ele foi comigo. Nós subimos, ficamos bebendo, bebendo até de noite. Chegou na madrugada eu fui pra casa, ele não tinha outro bar pra comprar “bira”, só aquele onde nós tinha guerra, eu tinha guerra. E ele gostava só de beber, ele foi lá também, não tem, não tinha guerra, foi lá comprar uma “bira” pra nós beber. [...] Foi, foi descer no bar, só aquele bar aberto na madrugada, umas quatro horas da manhã, só aquele bar tava aberto. Ele foi lá e nós não podia ir

lá porque nós tinha guerra, ele disse que ia e foi. Aí nós: "Não vai, não vai porque tu é daqui, eles tem guerra com nós, não vai cara", "Não, mas eu não tenho guerra, não devo nada pra ninguém", não sei o quê...[...] Os cara viu ele com o meu moletom e começaram a dar tiro nele e pegou, e mataram ele.

Eles acharam que era você ou porque era teu amigo?

Acharam que era eu. Aí subiram, viram ele com o meu moletom, pensaram que era eu porque antes nós usava o cabelo amarelo. Ele foi lá buscar a bira, subiu, na paulada do "doce" ainda, doidão, ele subiu, os caras viram ele e começaram a dar um monte de tiro.

Ele correu?

Correu, correu, mas baleado, aí veio na nossa frente: "Ô, tô baleado", não sei o quê...

Ah, você ainda falou com ele?

Falou claro, ele abriu o moletom: "Olha aí, tomei um tiro, pá". Eu falei: "Espera, se acalma cara". Ele começou a rezar, pá, chamamos "os home" (*a polícia*) pra levar ele, "os home" não vieram, demoraram uma cara fudida, demorou uma meia hora e ele ali agonizando: "Pá, eu vou morrer, eu acho, eu vou morrer". Aí falamos com "os home", com ele ali no chão, "os home": "É, mas nós não podemos encostar nele", não sei o quê. Eu falei: "Nada a ver, leva ele no carro, ele tá morrendo aí, ó", não sei o quê, "os home" ali deixando, deixando, ele agonizando. Bem depois que mataram (*que atiraram*) levaram ele pro hospital, ele morreu, três tiros: no peito, nas costas e no braço, morreu.

Quantos anos ele tinha?

Tinha dezoito. Trabalhava, só gostava de beber de noite, pá.

Perguntei ao Paraná sobre os policiais, por que não quiseram socorrer o jovem, e ele contou-me o seguinte: "eles ficavam: 'Esse aí é traficante, tem que deixar', não sei o quê, e nós chorando: 'Leva ele, leva ele, senhor, ele vai morrer, senhor'. 'Não, não'. No outro dia depois foram ver que o guri era inocente. Aí já era, é triste... inocente.". Questionei também se a história desse amigo marcou mais porque ele era inocente e Paraná respondeu, com voz enfática: "inocente. Nunca pegou uma arma na mão, só fumava maconha, fumava um baseado, pá, bebia, gostava de beber e trabalhava, todo dia de manhã ele ia trabalhar, todo dia. Não ficava de casinha, descia lá tudo, não falava de lá pra nós, não falava nada de nós pra eles". Aqui Paraná caracteriza "inocente" como alguém que é trabalhador, que não está inserido no tráfico de drogas. A maior parte dos interlocutores definiu pessoas "inocentes" dessa maneira. Houve discordâncias, no entanto, em relação às pessoas que não participam ativamente do tráfico, mas que são amigas, que são próximas de integrantes do tráfico, como no caso do jovem assassinado. Houve ainda outro uso da categoria "inocente" por parte de Paraná. Quando ele falou sobre a morte de Zé Malucão⁷⁰, disse que esse último também tinha morrido "inocente". Morreu inocente não porque era inocente, mas porque teve uma morte injusta, sem direito à defesa. Esse uso ressalta o caráter de contingência das categorias de sujeitos. Ninguém é inocente, mas pode ser considerado inocente, de acordo com a situação. Por

⁷⁰ Trata-se também de nome fictício.

exemplo, como explicou Joe, se um “trabalhador” é “cagueta” ou estuprador ele será considerado um “safado”, e não um “inocente”.

No tocante à história contada por Paraná, há ainda um dado situacional que apareceu no decorrer da narrativa e que pode ajudar a entender a ênfase na inocência do amigo: os sentimentos de profunda revolta e tristeza que Paraná demonstrava ao narrar. Ele contou que, na tarde em que ocorreu o homicídio, ele e um colega bateram na irmã de um dos “caras” que atirou no amigo. Paraná explicou que isso aconteceu porque ela ficava sempre “de casinha”, ou seja, avisava o irmão quando eles estavam por ali. Paraná completou: “e de noite eles ficaram com raiva de certo, foram lá e mataram um inocente”. É possível que Paraná se sinta, em parte, responsável pela morte do amigo: era a ele que os outros queriam matar. Talvez se naquele dia eles não tivessem batido na irmã do “inimigo”, ou se ele não tivesse emprestado o moletom... Realmente a dor que o pequeno Paraná demonstrou era profunda e imagino que ele vai carregar para sempre essa lembrança. O ato de contar essa história pode ter sido considerado por Paraná uma oportunidade de homenagear o amigo, de manter viva sua memória e, talvez, de se desculpar.

2.3 OUTRAS HISTÓRIAS: LATROCÍNIOS, MORTES POR “BOBIÇAS” E “MORTE EM FAMÍLIA”

Não poderia deixar de mencionar as exceções, histórias que não se enquadram nos tipos de situações descritas nos itens anteriores. Dois meninos narraram latrocínios que tinham cometido. No caso de José, o latrocínio aconteceu durante um assalto: o homem reagiu, houve troca de tiros e ele morreu. José caracterizou esse homem como uma pessoa “inocente”, porém afirmou que atirou porque houve reação. Disse ainda que não era “sanguinário”, que não gostava de matar “inocentes”.

Já a história de Júnior é bem diferente daquelas contadas pelos outros meninos. Júnior era branco, de olhos claros e do interior do Estado. Contou que os pais eram separados e que ainda criança saiu da casa da mãe para morar com o pai. Na adolescência, passou a praticar furtos e começou a usar *crack*. Disse que conseguiu deixar o vício sozinho. Relatou também o motivo pelo qual estava preso:

[...] tava precisando de dinheiro pra me sustentar, eu ia morar sozinho, daí eu vim pra..., e roubei um carro. Eu queria roubar um carro, mas daí quando eu vim roubar um carro daí aconteceu o... o latrocínio. Daí em vez de eu ir lá roubar o carro, eu peguei fui lá, pedi uma pousada lá no hotel que o cara era dono do hotel.

O cara do carro?

Não, um outro. Eu ia roubar um carro, mas daí aconteceu um estresse ali com o cara do hotel, que eu já tava devendo pra ele 30 reais e eu fui no hotel dele e fui pedir pra ele me arrumar uma pousada, né, que eu tava todo molhado. Daí como eu tava devendo pra ele, ele começou a me chamar de, começou a me xingar, começou a me chamar de... como é que é que não paga os outros? É... veiaço (ri), me chamou de veiaço, xingar meu pai e meu pai não tinha nada a ver com a história. Peguei fui embora [...] aí eu peguei... fui lá no outro dia, toquei a campainha e matei ele. Daí eu peguei a chave do carro dele, a carteira, o relógio, corrente de ouro, anel, embarquei no carro e... daí não sei, não sabia dirigir. Daí peguei e fui sair com o carro, sabia dirigir, mas devagarzinho, não embalado. Daí saí com o carro, entrei na BR e numa cidadezinha eu capotei o carro e saí do carro. Daí ninguém me pegou, né, eu passei na casa da minha tia, troquei de roupa e fui pra rodoviária pegar ônibus. E depois de um tempo eles me pegaram na rodoviária e daí agora eu tô aqui. Daí eu não quis resistir, né, peguei e fiquei de boa.

[...] Mas na hora você tava sentindo muita raiva dele, por que você decidiu...

Não, é que eu não gosto que mexa com o meu pai, que o meu pai foi o que me criou, né. Eu não gosto da minha mãe, né, eu não me dou bem com a minha mãe e daí eu peguei e fui pro meu pai. Daí o meu pai, qualquer coisa que aconteça pra ele eu não sei o que acontece comigo, eu até morro por ele [...] Mesmo aqui dentro, aqui dentro eu nunca briguei, pode me chamar do que quiser, mas... os cara fazem tanta brincadeira, aí eu engulo tudo, mas... eu tô pagando uma coisa que eu fiz, não quero que mexam com a minha família, fiz a besteira por causa que mexeram com meu pai.

Júnior justificou ter matado aquele homem por uma questão de honra. Ele procurou, em vários momentos, diferenciar-se dos outros meninos que estavam internados com ele: disse não gostar de ouvir *rap* e falar gírias, nem de usar boné. Frisou que não queria fugir, pois aprendeu que deve pagar pelos erros. Era um menino de classe média que afirmou que, desde pequeno, gostava muito de roubar, pela emoção que sentia. Júnior contou também que os meninos de uma instituição na qual ele estava anteriormente queriam fugir. Para isso, prepararam espetos e precisavam dele, que é mais forte fisicamente, para render os monitores. Ele não quis fugir, não quis ajudar e delatou os “colegas”. Então, foi transferido para a instituição na qual realizei a pesquisa. Quando ele chegou, alguns meninos ficaram sabendo que Junior era “cagueta” e se juntaram para dar uma surra nele. Ele disse que se defendeu bem, pois “esses aí acostumados a se esconder atrás de arma”, não sabiam brigar bem “no braço”.

Outro menino que contou histórias com explicações diferentes para os homicídios foi Paulo. Esse jovem de 17 anos falava pouco, pausadamente e não desenvolvia muito as frases,

as idéias. No decorrer da entrevista, pude deduzir que suas dificuldades em se expressar poderiam ser sequelas do uso de drogas – no caso “mesclado” (*crack* com maconha) – desde pouca idade. Ele contou que uma vez deu “uns tiros num guri” porque ele tinha roubado um passarinho que era dele. Em outro momento de sua narrativa, falou que matou outro “cara”. Questionei quais os motivos e Paulo apenas disse: “por causa de palhaçada, bobiça.” Quis entender melhor e ele disse que foi uma briga por causa de bebida, de cachaça. É bem difícil tecer comentários sobre esse caso, pois Paulo forneceu poucos elementos que ajudassem a entender como as situações ocorreram. Não parecia o caso de alguém que tinha “gosto” em matar, ou algo assim, mas sim de um jovem que apresenta sérios danos mentais por conta do uso constante e de longa data de substâncias psicoativas.

Houve também um caso de “morte em família”: o jovem matou a sua avó. Essa interlocução foi difícil para mim, pois o menino apresentou uma postura bem diferente daquela dos outros entrevistados: ele falava muito baixo, raramente dirigia o olhar para mim, estava completamente centrado na história que me contava. Narrou como o evento aconteceu e procurou explicar sua atitude como uma forma de descarregar sua raiva, fazendo referência a um processo de sucessivos sofrimentos e violências que vivenciou no âmbito de sua família. Também no que concerne a esse caso, não me sinto apta a desenvolver reflexões consistentes, pois precisaria lançar mão de conhecimentos de outras áreas, como a psicologia, a psicanálise, ou proceder a uma análise “situacional”, fenomenológica, como faz, por exemplo, Jack Katz (1988). No momento, não tenho condições de realizar nenhum desses empreendimentos.

Os caminhos da pesquisa foram apresentados, as histórias foram recontadas. No capítulo que segue, algumas reflexões sobre as vidas que apareceram nas histórias sobre mortes.

CAPÍTULO 3 VIVENDO “NO VENENO”

Trato aqui das vidas nas histórias sobre mortes: “o veneno” que se deseja exteriorizar; a precária “vida fácil”; as vidas “arriscadas”, as “matáveis”, as “desperdiçadas”; o “mundo do crime” – valores e moralidades. No capítulo 3, são apresentadas as dimensões não esperadas da pesquisa, que se colocaram a partir de um determinado “encontro” etnográfico. No início do primeiro capítulo, ressaltei como especificidade do conhecimento antropológico a tensão entre empiria (dados etnográficos) e teoria. Essa tensão é criativa, retira as coisas de um lugar fixo e as põe em movimento, colocando-nos num lugar de inquietação constante. E é a partir desse lugar que se fecha, ou melhor, que se abre essa dissertação.

3.1 “É SÓ VENENO”: NARRAR PARA DESABAFAR

Cercado por paredes, e detrás de uma cela. Saudades da família e também da minha favela. CIP ou cadeia, coração amargurado. À noite a mente pesa, com lembranças do passado (Ângelo, rap AnexoB)

No capítulo 1, quando problematizei o “encontro” com os meninos, falei sobre o tom de desabafo que prevaleceu nas conversas com eles. Neste primeiro subitem, discuto essa dimensão da narração, que se mostrou proeminente na pesquisa. Quando há “desabafo”, há experiências de dificuldades, de sofrimentos. Os meninos desejavam pôr para fora o “veneno”. Esse último, umas das categorias “nativas”, de “experiência-próxima”,⁷¹ compõe também a discussão que segue.

3.1.1 Querer Contar... Contar para Desabafar...

Antes de iniciar a pesquisa, algumas pessoas desencorajaram-me, argumentando que seria difícil os jovens falarem comigo sobre o tema. Outras alertaram-me para a possibilidade

⁷¹ Categoria “nativa” no sentido de ser uma categoria compartilhada entre o grupo social que participou da pesquisa. O termo “experiência-próxima” é uma referência aos “conceitos de experiência-próxima” definidos por Clifford Geertz (1999), como aqueles que os “informantes” usariam naturalmente para definir o que pensam, sentem.

de que os jovens se inabilitassem para contar histórias sobre homicídios, o que não deveria ser considerado um empecilho à pesquisa, mas um importante dado para reflexão. Nesse caso, seria necessário buscar outras estratégias metodológicas.

Entretanto, muitos dos meninos contatados quiseram falar. Além disso, a maioria contou histórias na primeira pessoa, vivências próprias. Mesmo aqueles que contaram histórias das quais não tinham participado não deixaram de falar sobre suas próprias vidas, sobre suas trajetórias pessoais. Bob me disse que eu era a primeira pessoa a saber daquelas coisas e Carlos falou: “*isso aí é uma coisa que é só minha e dos irmãos, dos irmão da cadeia e a dona agora.*”. Pitu confidenciou que não gostava muito de falar sobre essas coisas, mas que iria falar para: “*colaborar com a senhora*”. Ressalto que expliquei com clareza os objetivos do meu trabalho e que eu estava ali para ouvir apenas aqueles que quisessem falar. Esse ponto deveria ser enfatizado, dado o contexto institucionalizado em que se encontravam, no qual vigora o “*vocês devem*”, e não o “*podem, se quiserem*”. Além disso, em cada conversa individual que estabeleci, perguntei no início e no final se eu poderia usar as falas deles no meu trabalho, garantindo o sigilo das suas identidades, e todos consentiram. Assim, eles sabiam que, ao me contarem suas histórias, estariam contando-as também às pessoas que depois leriam o trabalho. Carlos, por exemplo, ele afirmou que “*um monte de gente fica chocada com o cara falando esses negócio*” e falou do constrangimento que a sua mãe sente por ele estar “*nessa vida*”. Muitas narrativas de homicídios de Carlos que poderiam, de alguma forma, identificá-lo, não foram inseridas na dissertação. Ele deu-me autorização, disse que eu poderia usar todo o seu depoimento, mas conversei com ele, esclareci que seria melhor termos esse cuidado, para que não houvesse prejuízos no futuro. Entretanto, outras falas suas, não ligadas diretamente aos casos de homicídio, foram inseridas neste trabalho.⁷²

A respeito da disponibilidade para falar, vale apresentar as considerações de autoras que são referências para o presente trabalho. Sônia W. Maluf (1999) problematiza o desejo de falar de seus interlocutores e as razões de sua disponibilidade. Coloca, dentre outras coisas,

⁷² Essa situação remete a uma noção mais abrangente de ética na pesquisa “com seres humanos”. Posturas éticas em pesquisas que se constroem a partir do diálogo com sujeitos sociais envolvem mais do que um conjunto de normas e condutas preestabelecidas, mas uma série de opções e enfrentamentos que sempre ocorrem num campo de negociações diversas. Como no caso descrito, não poderia apenas me valer do consentimento do menino para publicizar suas falas, sem também refletir com cuidado sobre os possíveis desdobramentos desse registro. Há vidas em jogo nesses casos e é preciso levar em conta que há coisas que os sujeitos contam porque se sentiram seguros, confiantes durante a interlocução, mas que, talvez, em outro momento, não desejariam que se tornassem públicas. O registro escrito imobiliza para sempre uma determinada imagem. Ao registrar as narrativas desses meninos, também estou “congelando” um determinado aspecto de suas vidas. Nesse sentido, é preciso tentar discernir que tipo de informação pode expor, sem necessidade, essas pessoas. Sobre o debate acerca das questões éticas nas pesquisas antropológicas, ver Victora *et alii* (2004) e os textos de Ilka B. Leite, Esther J. Langdon e Sônia W. Maluf presentes no livro “Diálogos Transversais em Antropologia” (CARDOSO, 2008).

que o sentimento de empatia pode levar o narrador a contar sua história com o único objetivo de ser escutado. Ela sublinha também a influência do contexto cultural de que faz parte o grupo com o qual trabalhou, cujo *ethos* encoraja o indivíduo a falar de si. Também Feffermann (2006) discute a questão no âmbito de sua pesquisa com jovens inscritos no tráfico nas periferias de São Paulo. Ela aponta para a possibilidade de interpretar a aceitação por parte dos jovens de participar da pesquisa como “desejo de poder”, no sentido de ter a oportunidade de ter sua “voz impressa” e de ser escutado nas instituições universitárias.

No caso da presente pesquisa, pensei em muitos fatores que poderiam dar conta da abertura dos meninos em relação a mim, da disponibilidade para contar histórias sobre o tema, para contar suas próprias histórias. Levei em consideração o fato de os jovens saberem que eu manteria o sigilo das identidades e que poderiam dar as suas versões das histórias, sem que isso os prejudicasse (essa última questão remete à “vontade de poder” descrita por Feffermann (2006), à possibilidade de ter suas falas legitimadas). Eu provavelmente nunca mais os veria e não faria um relatório acerca deles dirigido ao juiz, como no caso das pedagogas e psicólogas que trabalham nas instituições. A questão de eu também ser jovem e de ser mulher (eles mantêm contato apenas com os funcionários da instituição e com parentes - geralmente, as mães) também tem que ser levada em conta, assim como a vontade de contar sua história, de se sentir ouvido sem julgamentos. Há também a disposição em colaborar com um trabalho que consideraram importante e em no qual sua participação não os prejudicaria. Há, ainda, o que considero mais relevante, pois foi algo apontado explicitamente por alguns deles: a oportunidade de desabafar. Como discuti no capítulo 1, o tom de desabafo deve ser entendido como decorrente da forma com que se deu a relação entre mim e eles. Eu não representava para eles nem uma pessoa igual (de dentro), nem uma pessoa alheia, que não mereceria confiança. Além disso, coloquei-me desde o início numa posição de escuta. Eles sabiam que era uma escuta diversa daquela das pessoas da instituição, já que era uma escuta sem pretensão de ensinamento, de avaliação, e, além disso, que manteria o sigilo em relação às suas identidades. A seguir, descrevo uma interlocução na qual a questão do “narrar para desabafar” se mostrou claramente.

Em uma de minhas visitas a campo, Carlos foi o primeiro menino que se disponibilizou a falar. Dirigimo-nos até uma salinha, para conversamos a sós e gravarmos sua narrativa. Ele tinha uma postura de igualdade em relação a mim, falava olhando em minha direção e, em geral, com tranquilidade. Contou-me que era de outro Estado do país, um Estado no qual o tráfico está organizado sob as ordens de Comandos Gerais, no estilo do Primeiro Comando da Capital (PCC/SP) e do Comando Vermelho (CV/RJ). Carlos disse que

teve experiências de trabalho no tráfico nesse contexto e depois em Santa Catarina. Contou-me a sua vida: seu envolvimento com o tráfico e com o crime organizado; suas mudanças de cidade; suas fugas e sua estada, mesmo sendo menor, em uma delegacia junto aos maiores; os assassinatos que cometeu; sua relação com a família, com sua filha; os pensamentos sobre a possibilidade de “mudar de vida”. Conversamos durante duas horas. Acho que, por ele me ver calma, o escutando, contou várias coisas que decidi não inserir na dissertação, pelos motivos que já explicitarei na página anterior.

Algo que vale pontuar é que ele é o menino que passou por uma espécie de “aprendizado”, cujo objetivo era o de não nutrir sentimento algum, além da raiva, para ser capaz de matar sem constrangimentos (descrito no item 2.2.3). Carlos contou também que usava muita cocaína e que, sob seu efeito, fazia coisas que não imagina como conseguiu fazer. Quase no final da nossa conversa, relatou que, estando internado, o pensamento ficava “à milhão”. Às vezes acordava a noite assustado, pois era “só veneno nesse lugar”. Falou então sobre a vontade de fugir e contou-me que já viu internos que se suicidaram dentro da “cadeia”⁷³ por “ficar depressivo e se matar”. Nesse ponto, contou então que achava que não tinha pensado em se matar durante outras internações, pois “descontava minha depressão em cima dos outros”, “estocava” (furava) espeto em outros, “aí eu ficava mais às pampa”⁷⁴, “descontava o veneno”. Depois de mais alguns minutos conversando, eu disse para ele que já estávamos falando há uma hora e meia, ele então disse o que segue:

Orra! Tudo isso dona?! Ô, tempo pra caralho, trocando uma idéia, né. Eu já (...), o cara vai desabafando, vai falando, vai ficando bem mais às pampa assim. Ô, o cara fica só na cadeia, pá, vai trocar idéia com as dona ali o cara fica no veneno, só sai no veneno, mesmo... ô já vem pra dentro do nível mesmo magoadão.⁷⁵ O cara troca uma idéia vai desabafando, pá, aí vai clareando a mente do cara, o cara vai pensando mais... o cara vai tendo uma visita o cara vai ficando mais às pampa.

Às vezes, em vez de furar...

É... desabafar leva mais do que chegar e furar alguém, pá, fazer uma coisa errada, né. Leva mais, conversar, desabafar... Leva mais desabafar do que estocar alguém. Desabafar o cara fica mais às pampa.

⁷³ Como apontei no capítulo um, alguns interlocutores usavam o termo cadeia também para as instituições em que adolescentes cumprem medidas de restrição de liberdade.

⁷⁴ “Estar às pampa”, “ficar às pampa”, nas falas dos interlocutores, tinha sempre um sentido positivo: estar bem, estar feliz, estar tranquilo.

⁷⁵ “As dona ali” a que ele fez referência são as mulheres que trabalham na instituição: psicólogas, pedagogas, diretora. Ele deu a entender que após conversar com essas pessoas ele ficava mais triste, mais magoadado. É provável que para ele o tom “pedagógico”, as assertivas morais, contribuam para ampliar um estado de baixa autoestima, de autodepreciação, de culpa.

Outros meninos explicitaram que foi bom falar comigo para desabafar. José estava, no começo da nossa conversa, muito tenso, muito inquieto. Ele perguntou quanto tempo o gravador poderia gravar e eu disse que várias horas. E então, confidenciou que iria falar o máximo possível pra não ter que voltar para a “cela”. Ele estava, provavelmente, transtornado pelo tempo em que esteve trancado. No decorrer da interlocução, foi se soltando e mostrou-se um dos entrevistados mais performáticos. Nas instituições que tive a oportunidade de conhecer, mesmo com os esforços para manter um caráter de medida socioeducativa, uma das grandes limitações era a falta de atividades desse âmbito no cotidiano dos meninos. Em um período do dia eles estudavam, havia espaços para atividades físicas, mas eles disseram que passavam grande parte do dia nas celas e aproximadamente 12 horas durante a noite. Na dinâmica das instituições, a penalidade (denominada “medida disciplinar”) para o descumprimento das regras impostas é o trancamento do jovem em sua “cela”, às vezes por semanas, com saída apenas para banho e banho de sol. Não se está aqui tentando reproduzir os discursos que enfatizam o valor da ocupação, da produção de atividades em detrimento da reflexão, do tempo ocioso. O dilema é que o “tempo de parada”, e a possibilidade de reflexão quando nas condições descritas, podem ter efeitos psicológicos, físicos e mesmo sociais muito sérios na vida desses sujeitos. Se a base da convivência social é a interação, como a privação das relações sociais (com família, amigos e dentro da instituição com os colegas) pode ser nomeada de socioeducativa? Essa questão da ambivalência do “tempo de parada” e a importância que eles deram à possibilidade de desabafar, de conversar com alguém que não está numa posição de julgamento, são elementos importantes para se refletir também no sentido político: repensar ou aplicar com mais coerência os princípios que regem o gerenciamento das instituições “educacionais” privativas de liberdade.

3.1.2 Função “Terapêutica” da Narração

A percepção da narração como uma experiência de “desabafo”, que gera sensações de tranquilidade, de bem-estar, de ficar “às pampa”, remete à “função terapêutica” da narração. Elinor Ochs (2000) fala acerca dessa função nos seguintes termos: aponta que, em muitas comunidades, a atividade de resolver problemas via narração cooperativa é um símbolo de amizade ou pertencimento familiar. Em alguns casos, as histórias são levadas até especialistas

da comunidade. De acordo com Ochs, em certas sociedades se diz que esses especialistas “desenrolam” os problemas; em outras, se fala em termos de “psicoterapia”.⁷⁶

As falas que trouxeram os meninos sobre o “desabafo” aponta no sentido de que, também na relação entre antropólogo que escuta e interlocutor que narra, pode ter lugar uma experiência restauradora, “terapêutica”, no sentido de amenizar sofrimentos, angústias (“o veneno”). O “desabafo”, no caso desta pesquisa, foi situado de duas maneiras: como forma de expurgar o “veneno” relacionado à situação de estar preso (com pouquíssimas relações sociais, privação de liberdade, solidão) e de desabafar em relação a situações passadas que causam sentimentos de culpa, de “peso”, de sofrimento.

É claro que no âmbito da Antropologia a função “terapêutica” da interlocução não é o objetivo, mas não deixa de ser um efeito. E, sendo assim, é preciso pensar sobre esse efeito e suas implicações para a pesquisa. No caso do presente trabalho, o “desabafo” foi uma das maneiras de apropriação da pesquisa por parte dos sujeitos. Essa forma de apropriação está ligada ao contexto institucional no qual se realizou a pesquisa e os efeitos desse contexto no cotidiano desses jovens. Em alguns casos, como no de José - que desejava falar o máximo possível, para não ter que voltar para a cela -, a dimensão utilitária da interlocução ficou bem clara. Isso trouxe-me alguma satisfação, pois, no campo da pesquisa social contemporânea, compartilha-se cada vez mais uma compreensão da relação constituída entre pesquisador e interlocutores como uma estrada de mão-dupla, que implica sempre uma negociação entre sujeitos com interesses, muitas vezes diversos, no que toca à interlocução que entre eles se estabelecerá. Fiquei contente no sentido de que poderia haver, para aqueles meninos, algum tipo de ganho a partir do nosso contato. Entretanto, na relação com alguns interlocutores, percebi que houve ganhos que ultrapassam qualquer dimensão utilitária, seja para eles, seja para mim. Trata-se da questão do diálogo, no qual “um ser humano questiona outro ser humano”⁷⁷, daquele tipo de “encontro” que, mesmo sendo único, faz com que as pessoas que se encontram e a experiência que o encontro proporcionou nunca mais desapareçam da memória e do coração.

Na discussão sobre o “desabafo”, acionei diversas vezes a categoria “veneno”. No subitem seguinte, tal categoria será contemplada mais detalhadamente.

⁷⁶ Tais considerações remetem a discussão de Claude Lévi-Strauss (1985) acerca da “eficácia simbólica”. Para o autor, a “eficácia simbólica” encontra-se no poder estruturador da linguagem, que é fornecida àquele que sofre, de maneira que ele possa exprimir estados não formulados, de outro modo informuláveis. Seja na relação entre uma parturiente que não consegue dar à luz e o xamã da comunidade, seja na relação entre paciente e psicanalista, o objetivo é provocar uma experiência de reconstituição de um mito que o “doente” deve viver, ou reviver, para sair de um estado de desordem, de conflito (LÉVI-STRAUSS, 1985, p.230).

⁷⁷ Trecho de entrevista concedida por Rouch no filme “Jean Rouch, Subvertendo Fronteiras”, dirigido por: Ana L. Ferraz, Edgar T. da Cunha, Paula Morgado e Renato Sztutman.

3.1.3 O “Veneno”

O termo “veneno” foi recorrente nas narrativas dos interlocutores. Trata-se de uma categoria “nativa”, êmica, que merece uma atenção especial. Vejamos, primeiramente, em que situações a categoria foi acionada. Ela apareceu quando os interlocutores descreviam sua condição atual (estar “preso”) e também nas referências à vida que levavam “no crime”:

Só “veneno” esse lugar, né (Wesley).

Ééé, o mundão assim do crime também não vale a pena não, só ilusão mesmo, né... o cara tá bem, depois ta aí, daí é só “veneno”, né. Daí tem que refletir bem pra a hora que sair não fazer mais isso, né, fazer só coisinha certa, né, pra não se incomodar, né (Wesley).

Tinha muito “veneno” na cabeça (Joe).

Wesley falou do sofrimento que sentiu ao ver um amigo ser assassinado em termos de “veneno”: “oh, daí mesmo, só ‘veneno’, né. Matar assim um parceiro assim do cara, o cara fica até ruim, né, meu deus, né”. Durante a conversa coletiva no CIP de Monte Amarelo, um dos jovens englobou toda a vida no mundo terrestre como uma vida de “veneno”, de inferno: “esse mundo aqui não é nada, só “veneno”, aqui é um inferno mesmo... lá pra frente é que nós vamo ver o outro lado”. Como já apresentei, Carlos falou sobre formas de descontar o “veneno”:

Na hora só “veneno”, pegar e sentar o laço mesmo, [...] é muito “veneno” mesmo, só desabafa no gatilho do revólver, vai que vai.

[...] aí eu ficava mais “às pampa”, descontava o “veneno”.

Em conversa com Joe, perguntei diretamente o que significava “veneno” e ele respondeu que “veneno” é “tudo que é ruim”, que é acumulado dentro da pessoa e pode fazê-la sofrer. É nesse sentido que a categoria é usada nas falas de Wesley: “veneno” como sofrimento, como amargura. Joe disse também que o “veneno” relacionado aos sofrimentos que alguém passa pode ser “descontado” por meio de brigas ou “coisas mais graves”. Nesses casos, a experiência de sofrimento relaciona-se também a sentimentos como raiva e ódio, que podem ser descontados por meio da utilização de violências. Trata-se das situações descritas por Carlos: “desabafa no gatilho do revólver” e “estocar para desabafar”. Nessas circunstâncias, as violências atuam como meios de expurgar a raiva, o sofrimento; de

exteriorizar sentimentos com os quais o sujeito não consegue lidar interiormente e que se tornam insuportáveis; de buscar o restabelecimento ou estabelecimento de uma condição de bem-estar. Esse tipo de experiência social coloca-nos diante de situações nas quais relações “violentas” podem ser lidas como formas de expressão dos sujeitos, como linguagem (MAFFESOLI, 1987) e que, assim sendo, apresentam uma dimensão de produtividade social (RIFIOTIS, 1997; 1999). Novamente reafirmo que, ao analisar tais experiências dessa forma, não se está realizando uma valoração positiva desse tipo de vivência. É preciso entender que esse tipo de modalidade de expurgo do sofrimento, de manifestação da raiva, mostrava-se a esses sujeitos como o caminho conhecido, como o caminho mais próximo. Como descrevi no item 3.1.1, na interlocução com Carlos sobressai uma dimensão muito bonita e politicamente muito importante em relação ao processo de narrar e de escutar. O menino, que “aprendeu” com 13 anos a matar e que só encontrava como caminho de descarrego o “gatilho do revólver” ou “estocar”, “furar” companheiros de cela, diz, no final da nossa conversa, que está se sentindo “às pampa” e que “leva mais desabafar do que estocar alguém”. Não é possível fazer uma análise social tendo como parâmetro o “dever ser”; é preciso conhecer as experiências vividas e os sentidos, as valorações, as funções que os sujeitos atribuem a elas. Também no que toca à dimensão das políticas, como argumenta Rifiotis (2006, p.27), sem repensar as matrizes de sociabilidade nos modelos presentes, não é possível retirar as conseqüências teóricas que nos permitam superar os limites atualmente colocados, bem como discutir novas direções de intervenção social.

Ainda no que se refere à categoria “veneno”, Joe afirmou que “o veneno fortalece”. De acordo com ele, os sofrimentos e o fato de ter que lidar com situações diversas de violências tornam a pessoa mais forte. Dessa forma, violências sofridas podem ser a *causa* de acúmulo de “veneno”, de “sofrimento” e, ao mesmo tempo, podem ser *efeito* do “veneno”, quando utilizadas para expurgá-lo. Sobre essa dupla percepção a respeito das violências (como causa e como efeito), algumas reflexões de Friedrich Nietzsche sobre a moral dão-nos pistas interessantes. Como já referenciado no item 1.2.1 da dissertação, em sua *Genealogia da Moral* Nietzsche (1998, p.12) aponta que, para que se faça uma crítica dos valores morais, é preciso conhecer as condições nas quais elas nasceram e sob as quais se desenvolveram e se modificaram: “(moral como *conseqüência*, como sintoma, máscara, tartufice, doença, mal-entendido; mas também moral como *causa*, medicamento, estimulante, inibição, veneno)” (destaques nossos). Também em uma genealogia da “violência” é preciso levar em conta os sentidos ambivalentes que ela apresenta diacrônica e sincronicamente, como no caso da sua relação com a categoria “veneno”. Rifiotis, em orientação, lembrou-me que “*pharmakos*” em

grego significa tanto remédio, quanto veneno, e que, entre os makonde (tribo moçambicana na qual fez campo), a categoria “*ntela*” é que traz esse duplo sentido. No sistema xamânico Siona (índios que fazem parte do grupo dos Tucanos ocidentais que ocuparam a bacia Amazônica ao noroeste da Colômbia, do Equador e do Peru), analisado por Esther Jean Langdon (1988), o conceito de “*dau*” é elemento essencial tanto na cura quanto na causa das doenças. Além disso, consiste na fonte de poder do xamã. Assim como o “veneno”, o “*dau*” pode causar sofrimento, infortúnio, mas, por ser fonte de “poder”, de “fortalecimento”, pode viabilizar a cura através da mediação do xamã.⁷⁸

3.2 VIDA NO “MUNDO DO CRIME”

Mas escuta só, guerreiro. E conheça o meu passado. Tinha drogas, dinheiro e andava sempre ligado. Na noite, na calada, andando encanhãozado. Mas por isso estou aqui. Mais um favelado. Antigo guerrilheiro que agora tá trancado (Ângelo, rap Anexo B).

As histórias sobre mortes trouxeram à tona as histórias de vida dos interlocutores. Em especial, histórias sobre o que eles chamavam de vida “no crime”. No capítulo 2, discuti as trajetórias dos sujeitos em relação ao uso e tráfico de drogas e as falas sobre o desejo de “mudança de vida”. No decorrer deste item, serão apresentados outros aspectos enfatizados pelos meninos em suas falas sobre a vida que tinham no “mundo do crime”. Tais aspectos dizem respeito a uma condição mais geral de precariedade da vida no tráfico. Para refletir sobre tal condição, serão acionados autores que descrevem processos sociais abrangentes, que constituem os cenários nos quais se situam as vidas “arriscadas” (FEFFERMANN, 2006), “desperdiçadas” (BAUMAN, 2005) “matáveis” (AGAMBEN, 2007) e que valem menos do que outras (SOUZA, 2006).

⁷⁸ No caso do “veneno” e das outras categorias citadas, é possível perceber que são categorias que não se reduzem a formas de representação descoladas de uma referência material, mas que estão profundamente imbricadas com sensações e experiências que se dão nos corpos dos sujeitos. São categorias que representam substâncias que podem circular, se acumular e ser expelidas e que podem enfraquecer ou fortalecer os sujeitos. Novamente ressalto a contribuição da etnologia indígena brasileira, no que toca às reflexões sobre “produção da pessoa” e a “fabricação de corpos” (SEEGER; DA MATTA E CASTRO, 1987), e a potencialidade analítica dessas reflexões no âmbito das sociedades complexas. Entretanto, não tenho dados etnográficos para desenvolver uma discussão nesses termos.

3.2.1 Vida Fácil?

Nas falas a respeito da vida no “mundo do crime”, os meninos enfatizaram também as situações ligadas às perdas, aos riscos, às dificuldades e à instabilidade da vida quando se está no “envolvimento”. Contaram que essa vida “não é tão fácil assim”. Ângelo mencionou, por exemplo, as condições precárias de “trabalho” no tráfico de drogas⁷⁹:

O cara considera os cara do crime, tá ligado, o cara considera porque um dia o cara foi, tá ligado, o cara sabe como é que é a vida que não é tão fácil assim, tá ligado, porque muitos moleque aí pra ganhar o dinheirinho deles têm que ficar no sereno aí, tá ligado, virando madrugada, virando noite, tá ligado, pra ganhar um dinheiro. Muitos não se importam muito com isso, tá ligado, quer ganhar o dinheirinho pra curtir, mas outros que vê, que quer crescer, que quer dar um jeito na vida do cara, daí esses tentam ganhar um dinheiro mais rápido, tá ligado, possível, tipo: viram noites, tá ligado, viram noites, dias, como eu já cheguei a virar, tá ligado, já cheguei a virar noite, tá ligado, muitas noites; tá ligado.

Quem está no “mundo do crime” fica com a vida em constante risco. Como apresentei no capítulo 2, por conta de um “regime” de guerra, em muitas circunstâncias “é matar ou morrer”. Os “inimigos” não são apenas aqueles de grupos rivais que disputam o domínio por determinado “ponto de venda” ou região, mas também a polícia. Como relatou Wesley, em muitos casos os embates com a polícia não podem nem ser caracterizados como embates, pois caracterizam execuções sumárias. Há também as situações de “guerras” particulares, que têm início com alguma intriga, desavença (por conta de mulheres, de “casinhas” montadas por terceiros), mas que também geram ciclos de mortes e vinganças. Assim, esses jovens estão “cercados” por todos os lados e, quanto maior o “envolvimento”, menores são as possibilidades de se desvencilhar dessa condição:

[...] como o cara que já sofreu demais, um cara que já passou por muita luta, muita “treta”, tá ligado, tipo assim, o cara quer mudar de cidade porque já tá “jurado” na cidade dele, porque já tá pesado pra ele, não só dos “porco” (*polícia*), mas também de muito cara, tipo, tu matou, tu matou demais, tá ligado, traficou demais, tu tem coisa, merda demais, tá ligado. E lá tu tá “jurado” pelo irmão do cara que tu matou, pelo pai daquele cara que tu matou, pelos primos, pelos irmão “no crime” dele (Ângelo).

⁷⁹ Em Feffermann (2006, p.208) há um espaço dedicado à discussão sobre “O mundo do trabalho” no tráfico de drogas: a organização dos pontos de venda, as condições precárias e a exploração do trabalho dos funcionários da base da hierarquia (“vendedores”, “aviões”, “olheiros”), os direitos e as obrigações, as formas de punição.

Além dos casos de execuções e trocas de tiro narrados por Wesley, tanto nas conversas em grupo, como em algumas narrativas pessoais, foram apontadas como corriqueiras as surras e as humilhações praticadas por autoridades policiais. Paraná⁸⁰, por exemplo, contou sobre surras que a polícia dava com o objetivo de fazer com que a pessoa delatasse conhecidos. Contou também sobre um dia em que ele e seus amigos estavam na rua sem portar nenhuma droga. Relatou que os policiais os colocaram deitados, depois encostaram-nos em um muro – “paredão” - para fazer uma revista e diziam: “é, sementinha do mal, se a gente pegar vocês na rua depois das 10...”. Paraná então falou sobre outro dia no qual tinham saído para lanche e novamente foram postos no “paredão”. Os policiais diziam “o que nós falamos, agora tu vai apanhar” e começavam a bater (“boom, boom”). Eles retrucavam: “não temo nada, não temo nada”. E os policiais: “ah, se fode, nós avisamos”. Segundo o menino, “ficavam batendo, tacavam spray de pimenta nos olhos” e diziam: “fica com a mão na parede, sua sementinha do mal, fica aprontando na rua”.

Um ponto muito ressaltado pelos meninos foi a condição de instabilidade, de imprevisibilidade, de “altos” e “baixos” que marca a vida “no crime”. Em um dia se tem dinheiro, mulheres, amigos, e no outro se pode perder tudo isso e, em alguns casos, também a liberdade ou a própria vida:

[...] mas sabe que é foda, nessa vida aí o cara sempre “cai”, sempre acontece, né, de o cara ir preso ou de o cara até ir pra um lugar pior, né: morto, né. Como muitos já foram, né cara, como muitos eu já vi ir, tá ligado (Ângelo).

Daí, tipo várias vezes a gente tá bem e daí a gente cai, levanta de novo e cai. A última vez eu tava com uma arma, tava com duas motos e dinheiro tinha a toda hora e pronto, agora eu tô aqui, preso (Julio).

Agora isso aí também não é vantagem também: quando o cara tá na rua tá legal, mas depois que cai também é só atraso também, né. Quando cai, cai feio, já perde tudo também, né. Daí não é lucro porque o cara passa tanto tempo aí se arriscando a vida pra chegar uma hora e perder tudo, né... isso aí não é vantagem não, né (Wesley).

Também já perdi um monte de amigo meu, né, que também era envolvido, já perdi já, que já tão no cadeião, uns já foram pro além, né, não quero isso daí pra mim mesmo não (Wesley).

⁸⁰ Transcrevo esse trecho em terceira pessoa, pois se trata de uma parte da narrativa de Paraná que não foi possível transcrever literalmente, por conta das dificuldades para entender com clareza a gravação.

Vale agora refletir um pouco mais sobre a questão das vidas desses jovens, especialmente em relação à possibilidade de seu cerceamento, bem como da eliminação da vida de outros.

3.2.2 “Vidas Arriscadas”, “Vidas Matáveis”, “Vidas Desperdiçadas”

Durante nossas conversas sobre mortes de outros e sobre situações em que suas vidas estavam “por um fio”, questionei os interlocutores sobre seu medo de morrer. Cito algumas das respostas:

Ah, o cara vai ter como, cara, a segurança do cara é o “canhão” e os camarada que tã do lado do cara, né, essa pro cara é o segurança do cara. É muito mais do que isso é a “considera” que o cara tem, tá ligado [...]. Porque o cara nessa vida aí, é matar pra não morrer, tá ligado, é matar pra não morrer. Mas o cara que tá nessa vida aí o cara sabe que chega uma hora do cara, uma hora chega a do cara.

Ah, tipo assim, né, medo assim eu me cuidava. Eu tinha medo de morrer, eu tinha medo, mas eu me cuidava e eu era obrigado tipo assim a ter que ir matar pra poder sobreviver porque tudo queria me matar também, tudo não, tipo assim das outras áreas assim (Wesley).

Não, na hora não dá. Dá e não dá, né, o cara tem que se proteger, né, se o cara não se proteger eles matam o cara. Aí tem que se proteger, nós corre (Paraná).

[...] dar tudo pra eles, deixar eles às pampa, depois que eu tiver dado tudo pra minha mãe aí se eu morrer, demorou, né. Ah, tá nessa vida, tá na chuva é pra se molhar, né dona. Se eu morrer ou vai nascer outro melhor ou pior, né, como diz na música dos cara. Que pra morrer, demorou, antes de eu morrer vai morrer um monte no meu lugar, né (Carlos).

Em falas como “mas o cara que tá nessa vida aí o cara sabe que chega uma hora do cara”; “se eu morrer ou vai nascer outro melhor ou pior, né” e “[...] mas eu me cuidava e eu era obrigado tipo assim a ter que ir matar pra poder sobreviver”, fica claro que o fato de se ter a vida em constante risco tem implicações na relação com as questões da morte, da valoração da própria vida e da possibilidade, às vezes obrigatoriedade, de eliminar a vida de outros. Nesses casos, talvez seja possível interpretar que a “normalidade” da possibilidade de matar é relativa à “normalidade” e à consciência da possibilidade de ser morto a qualquer momento: “o cara sabe que chega uma hora do cara”, “tá na chuva é pra se molhar”.

Ângelo disse que: “[...] o cara sempre pensa: ‘ Não, eu vou entrar pra, até morrer, pra ficar mesmo, pra me erguer”. Carlos demonstrou encarar com naturalidade a questão da morte: sua única preocupação era poder, antes de morrer, deixar sua família bem, em boas

condições. Ele contou também que desejava chegar a ser velho, mas que não sabia se iria passar dos vinte anos. Diante da morte iminente, os meninos vivem o presente com intensidade: o dinheiro ganho logo vai embora, muitos passam a ter uma companheira, e filhos e planos a longo prazo ficam fora de cogitação.

Como podemos situar o tipo de vida e de morte que têm esses jovens? Como explicar o que denominei “normalidade” de matar e de morrer via assassinato? Na revisão bibliográfica efetuada para a presente dissertação, pude encontrar pistas para refletir sobre essas questões. A partir das considerações dos autores que serão a seguir apresentados, é possível compreender o contexto mais geral, as condições sociais e políticas nas quais se inserem e, ao mesmo tempo, em que das quais se excluem essas vidas.

“Vidas Arriscadas”

Sobre a questão da relação com a morte, no caso dos jovens inscritos no tráfico, Marisa Feffermann (2006) faz considerações semelhantes às que expus acima. De acordo com a autora, o risco constante no tráfico pode implicar uma mudança de comportamento nos jovens. Uma dessas transformações, em relação à maior parte das pessoas, é a referente à forma de lidar com a morte. Nos dias atuais, o progresso tecnológico busca meios para garantir a longevidade. Todos os esforços são realizados para o adiamento da morte. A autora aponta que a morte como algo distante é um pensamento comum, mas, no discurso dos jovens pesquisados, a morte natural (e distante) não aparece como possibilidade. Feffermann lembra o seguinte: “a imagem de nossa própria morte está intimamente ligada à imagem que fazemos de nós mesmos, de nossa própria vida e da natureza dessa vida” (p.307). Para esses jovens a morte é uma presença constante – não a morte natural, mas uma morte trágica. Para a autora, o destemor (eu diria a “naturalização”)⁸¹ em relação à morte pode implicar pouco pesar pela vida do outro. Outra consequência é que, na medida em que esses jovens convivem com a possibilidade da morte o tempo todo, a vida tem de ser vivida intensamente. Feffermann aponta também que os relatos aos quais teve acesso permitem que se compreenda que esses jovens agem de forma compulsiva em relação a todos os aspectos da vida.

Lembro que, na abordagem da autora, uma preocupação central é situar a constituição subjetiva desses jovens em relação às condições objetivas em que ocorre: narcotráfico e sistema financeiro atual, desemprego estrutural, precarização das relações de trabalho e outros

⁸¹ No caso de minha pesquisa, eu não falaria em destemor, mas em naturalização em relação à morte. Alguns meninos falaram que tinham sim medo de morrer e, por isso, cuidavam-se. Diante da possibilidade de serem mortos, “matavam”: “é matar ou morrer”.

processos sociais abrangentes. De acordo com Feffermann, tais jovens são respeitados pelo que possuem, pelo poder que exercem e pela arma. O mecanismo pelo qual buscam o poder, no limiar entre a vida e a morte, é o que conduz à possibilidade de se ter dinheiro, armas de fogo, drogas e à afirmação de honra e virilidade. Eles constituem-se na mesma lógica da sociedade capitalista, ou seja, “são legitimados pelos mesmos ícones: competição, poder, astúcia, mulheres, dinheiro, armas, carro, entre outros” (FEFFERMANN, 2006, p.322). Há um trecho na narrativa de Carlos que sintetiza a busca por esses bens materiais e simbólicos, uma busca que pode custar a própria vida:

O cara entra nessa vida por que... quero pá, ter as minhas coisas, ter meu carro, minha moto, minha casa, vê meu irmão lá em cima, minha coroa também com a casa dela. Ver tudo, dar tudo pra eles, deixar eles às pampa, depois que eu tiver dado tudo pra minha mãe aí se eu morrer, demorou, né.

“Hierarquia do valor diferencial dos sujeitos”

Como se viu na fala acima citada e nos trechos das narrativas descritos no início deste subitem, não há apenas uma “naturalização” em relação à possibilidade de morrer, mas também há pouco “apego”, há uma baixa valoração no tocante à própria vida e à vida de outras pessoas.

As reflexões de Jessé Souza (2006), descritas nos capítulos anteriores, sobre a incorporação transclassista e pré-reflexiva de uma “hierarquia do valor diferencial” de indivíduos e classes, também nos ajudam a contextualizar esse tipo de desvalorização das vidas de alguns sujeitos. Como argumenta Souza, o princípio de “dignidade” pressupõe um reconhecimento universal entre iguais. No caso desses jovens, não existe tal reconhecimento nem no âmbito pessoal (autorreconhecimento) nem no que toca à sociedade em geral. Para a maioria dos interlocutores, a experiência de uma vida com pouco valor, de uma biografia centrada na preocupação com a própria conservação biológica, não se dá somente quando eles se inscrevem no tráfico, mas muito antes, pelo pertencimento a famílias pobres.

A discussão de Jessé possibilita a compreensão do mecanismo de legitimação de uma condição de desigualdade social, moral e política em sociedades periféricas ditas igualitárias. Gostaria de apresentar ainda a colaboração de dois importantes pensadores de nossa época no que tange à produção social de vidas “matáveis”, de “vidas nuas”, de “vidas desperdiçadas”.

“Vidas matáveis”

O trabalho de Giorgio Agamben (2007) versa sobre a função da “vidas matáveis” em um âmbito mais geral da política moderna. Trago suas reflexões por acreditar que se pode

“ler” as vidas dos interlocutores e de outros jovens também “trabalhadores” do tráfico como “vidas matáveis” e situar tais jovens como alguns dos “homines sacri” do nosso tempo.

Agamben analisa (2007) o oculto ponto de intersecção entre o modelo jurídico-institucional e o modelo biopolítico do poder no Ocidente. Argumenta que as duas análises não podem ser separadas e que a implicação da “vida nua” (vida natural, biológica) na esfera política constitui o núcleo originário – mesmo que encoberto – do poder soberano. A “vida nua” tem, na política ocidental, o singular privilégio de ser aquilo sobre cuja exclusão se funda a “cidade dos homens”. O autor reivindica a função essencial da “vida nua”, vida matável e insacrificável do *homo sacer* na política moderna. O *homo sacer* é uma figura do direito romano arcaico, no qual a vida humana é incluída em seu ordenamento unicamente sob a forma de sua exclusão (de sua absoluta matabilidade). De acordo com Agamben (2007, p.16), é decisivo o fato de que, junto com o processo pelo qual a exceção se torna em todos os lugares a regra, o espaço da “vida nua”, situado originariamente à margem do ordenamento, vem progressivamente a coincidir com o espaço político. A partir daí, inclusão e exclusão, direito e fato, entram numa zona de indistinção. Quando as fronteiras do “estado de exceção” se indeterminam, a “vida nua” torna-se simultaneamente o sujeito e o objeto do ordenamento político e de seus conflitos. Daí a específica aporia da democracia moderna: querer colocar em jogo a liberdade e a felicidade dos homens no próprio ponto - a “vida nua” - que indicava a sua submissão. A esse respeito, o autor chega à seguinte constatação:

A nossa política não conhece hoje outro valor (e, conseqüentemente, outro desvalor) que a vida, e até que as contradições que isto implica não forem solucionadas, nazismo e fascismo, que haviam feito da decisão sobre a vida nua o critério político supremo, permanecerão desgraçadamente atuais (AGAMBEN, 2007, p.18).⁸²

Agamben aponta ainda que a separação que vivemos hoje entre caráter humanitário e político é a fase extrema do deslocamento entre os direitos do homem e os direitos do cidadão. “O humanitário separado do político não pode senão reproduzir o isolamento da vida sacra sobre o qual se baseia a soberania, e o campo, isto é, o espaço puro da exceção, é o

⁸² Gilles Deleuze (1990) faz uma leitura análoga, porém em termos da caracterização da sociedade contemporânea como uma “sociedade do controle”. De acordo com o autor, houve uma transição progressiva entre uma “sociedade disciplinar” na direção de uma “sociedade do controle”, que teve em Napoleão o marco para tal conversão. O objetivo e as funções dessa última sociedade são bem diferentes em relação aos da primeira: extrair, açambarcar a produção, mais do que organizá-la, e **decidir sobre a morte, mais do que gerir a vida** (grifos nossos).

paradigma biopolítico para o qual ele não consegue encontrar solução” (p.140). Para o pensador italiano, nos dias atuais, somos todos virtualmente “homines sacri”. O campo (de concentração) como localização deslocante, na qual toda forma de vida e toda norma podem virtualmente ser capturadas, continua a ser a matriz oculta da política em que vivemos. Para ele, devemos aprender a reconhecer as suas metamorfoses, seja nas “zones d’attente” dos aeroportos bem como em certas periferias de nossas cidades. O projeto democrático-capitalista de eliminar as classes pobres, “através do desenvolvimento, não somente reproduz em seu próprio interior o povo dos excluídos, mas transforma em vida nua todas as populações do Terceiro Mundo” (p.186).

“Vidas desperdiçadas”

Zygmunt Bauman (2005) argumenta que a produção de “refugo humano”, ou, mais propriamente, de seres humanos refugados (“excessivos” e “redundantes”), é um produto inevitável da modernização, é um efeito *colateral da construção da ordem e do progresso econômico*. No tocante a esse projeto moderno de construção da ordem, ele afirma:

A lei jamais alcançaria a universalidade sem o direito de traçar o limite de sua aplicação, criando, como prova disso, uma categoria universal de marginalizados/excluídos, e o direito de estabelecer um ‘fora dos limites’, fornecendo assim o lugar de despejo dos que foram excluídos, reciclados em refugo humano (BAUMAN, 2005, p.43).

Dessa forma, do ponto de vista da lei, a exclusão é um ato de autossuspensão. “A condição de excluído consiste na ausência de uma lei que se aplique a ela” (p.43). Os argumentos de Bauman aproximam-se dos de Agamben. O primeiro referencia explicitamente o último, falando que, na caracterização de Agamben, o modelo ideal-típico de pessoa excluída é oferecido pelo *homo sacer*. A vida de um *homo sacer* é desprovida de valor, é inútil, tanto na perspectiva humana, quanto na divina. Traduzindo essa condição em termos seculares contemporâneos, “o *homo sacer* não é nem definido por um conjunto de leis positivas nem portador dos direitos humanos que precedem as normas jurídicas” (BAUMAN, 2005, p.44).

Em sua obra “Vidas desperdiçadas”, Bauman discorre sobre o processo de produção do refugo humano – refugiados, imigrantes, massa de jovens e adultos sem emprego (e sem

perspectivas de obtê-lo), populações dos hiperguetos – como efeito colateral da construção da ordem, do progresso econômico e da expansão global da forma de vida moderna. Essa última, de acordo com Bauman (2005, p. 14), “liberou e pôs em movimento quantidades enormes e crescentes de seres humanos destituídos de formas e meios de sobrevivência – até então adequados, no sentido tanto biológico quanto social/cultural dessa noção”.

Para Bauman (2005, p.92), entre as “soluções locais para problemas globais” que os “retardatários da modernidade” empregam, está uma espécie de “colonialismo regional”, no qual:

As guerras e massacres tribais, assim como a proliferação de “exércitos guerrilheiros” (com frequência pouco mais que mal disfarçadas gangues) ocupados em dizimar uns aos outros, mas absorvendo e aniquilando nesse processo o “excedente populacional” (**sobretudo jovens sem perspectiva de emprego em seus países e sem esperanças**) (grifos nossos).

As perspectivas macrosociais de Feffermann (2006), Souza (2006), Agamben (2007) e Bauman (2005) apontam para processos abrangentes, nos quais estão situadas as vidas dos meninos interlocutores da pesquisa. Àquele que está inserido no ordenamento apenas no ponto de sua exclusão; àquele cuja vida é inútil, matável, mas insacrificável; àquele que se arrisca na ânsia por inclusão; àquele que tem que “matar pra não morrer”, só resta a “vida nua”. E a única coisa que lhe resta vale muito pouco nesse “mundão”.

3.3 SOBRE MORALIDADES

Mas tenho fé em Deus e vou seguindo meu caminho. Pois sei que quando eu sair, não vou estar sozinho. Pois hoje quem me guia é Jesus, o meu Senhor. E pra ele não importa raça ou cor. Pois ele está contigo, nos becos, nas vielas. E também está comigo, aqui detrás de uma cela (Ângelo, rap Anexo B).

No referencial teórico sobre violências que pautou o presente trabalho, as violências são situadas no domínio das relações sociais, dos símbolos e valores compartilhados, no *campo de possibilidades* configurado pelos e para os sujeitos sociais. Nesse sentido, também os agentes de violências são percebidos como sujeitos sociais, perpassados por valores,

crenças, moralidades. Assim sendo, compartilho uma postura crítica em relação a categorias como “mundo do crime”, por acreditar que elas encapsulam, reduzem os sujeitos a certo domínio da realidade, bem como apontam para lógicas estanques e incomensuráveis. Esse tipo de relatividade entre “mundos” dificulta a análise das fronteiras, da permeabilidade e da circulação dos sujeitos em domínios aparentemente estanques. Entretanto, entre os sujeitos interlocutores tal categoria foi muito acionada, quando eles falaram sobre suas trajetórias, sobre uma condição de vida da qual já fizeram parte e sobre aquilo que se pode esperar quando se está “nessa vida”: cadeia, hospital, morte. Alguns enfatizaram o desejo de “mudar de vida”, de seguir por outros caminhos, de deixar o caminho “errado”. Também falaram sobre o caráter ilusório da vida “no crime” e sobre as dificuldades por que se passa “nessa vida”. Já aponte que a situação de institucionalização em que se encontravam possivelmente é um dos fatores que reforçava neles o discurso do “mundo do crime” como caminho errado, como caminho que traz consequências danosas para os sujeitos.

Diante da centralidade da idéia de “mundo do crime” no âmbito da experiência dos sujeitos, mostrou-se a necessidade repensar com cuidado a questão dos sentidos dessa categoria em termos analíticos e das implicações políticas da ênfase numa postura mais relativista (“lógicas estanques”) ou mais englobante (comensurabilidade e intersecções). Há um “mundo do crime”? Ele é estanque em relação ao “mundo hegemônico”? Nele se configuram valores diversos, uma moralidade própria? Trata-se de uma discussão complexa, que envolve as noções de “mundos” sociais, “domínios da realidade”, moral, relatividade cultural. Como aponta Roberto Cardoso de Oliveira (1994), o tema da moralidade raramente foi objeto de reflexão antropológica. Assim sendo, as reflexões presentes neste item são tentativas de colocar em debate algumas questões e apontar possibilidades de análise, com base nos dados gerados na interlocução com os meninos e nas contribuições teóricas de alguns autores.

Há duas idéias centrais que permearão a discussão: “mundos sociais” e moralidade. No que toca aos “mundos”, os argumentos terão como pressuposto as reflexões de Gilberto Velho (1994). O autor define o conceito de “mundo” em termos de domínios da realidade que se distinguem através de fronteiras sociológicas e descontinuidades culturais. Nas “sociedades complexas”, os indivíduos transitam entre um grande número de domínios sociais e simbólicos. Não se pode falar em “ajustamento” social tendo apenas um sistema como

referência⁸³. Dentro dessa perspectiva, para Velho (1985, p.21), “[...] a leitura divergente de um código sociocultural não indica apenas a existência de ‘desvios’, mas, sobretudo, o caráter multifacetado, dinâmico e, muitas vezes, ambíguo da vida cultural”. O autor enfatiza que, dessa forma, o “desviante” não está fora de sua cultura, mas faz uma “leitura” divergente.

Em relação à concepção sobre moralidade, as idéias de fundo serão as que situam as representações e práticas morais como construções sociais. Nesse sentido, a linha da argumentação distancia-se de concepções sobre moral nos moldes de Kant (fundamentalismo, substancialidade) e se aproxima da perspectiva genealógica de Nietzsche (1998). Tal perspectiva permite pensar a moralidade não apenas como sistema de diferenciação entre Bem e Mal, mas também de verdadeiro e não verdadeiro (de “regime de verdade”, caráter cultural da moral). Segundo Nietzsche (apud SAFRANSKI, 2001), os sistemas morais são ligados a uma metafísica explícita ou implícita de autolegitimação. Na perspectiva genealógica sobressai-se o fato, também, de que os fundamentos da moral não são morais em si, mas refletem relações de luta e de força (caráter histórico, político da moral).

3.3.1 “Por Mais que Esteja no Mundo do Crime, mas Certo é Certo, né”

No capítulo 2, descrevi que foi possível identificar dois cenários nos quais ocorriam homicídios: um no qual havia justificações, “motivos”, explicações para as situações, e outro no qual os perpetradores das mortes agiam fora dos modelos explicativos dos sujeitos, fora de regras compartilhadas, fora do considerado pelos interlocutores como situações normais, justificáveis, “legítimas”. Neste tópico, serão retomadas as avaliações morais, as regras compartilhadas e as explicações dos sujeitos no que tange a esses cenários. A idéia é refletir sobre os valores que perpassam essas avaliações e sobre se eles configuram uma moralidade estanque ou não em relação às moralidades que regem a sociedade abrangente.

Quanto às situações de punição em relação ao descumprimento de regras, gostaria de lembrar que os interlocutores da pesquisa compartilhavam uma visão na qual, em certos casos, a punição era inevitável, inegociável: “safado não tem vez”, “quem não corre pelo certo passa mal” e, em outros, havia uma margem de negociação, um espaço para debater sobre a aplicação da pena ou não, dependendo da circunstância e da categoria de sujeito envolvida.

⁸³ Tal concepção encontra afinidade com os argumentos já citados de Hall (2000) acerca da questão das identidades nas sociedades modernas contemporâneas: assim como há uma multiplicidade de sistemas de significação e representação cultural, no nível dos sujeitos há uma variedade de identidades possíveis.

Feffermann (2006, p.250) argumenta que o tráfico de drogas, para garantir sua manutenção, institui um grupo de regras que propiciam seu funcionamento. As punições, muitas vezes, são de “exacerbada violência”, mas as regras são claras para os participantes: todos estão cientes das obrigações e restrições. Como argumentei no subitem 2.2.1, algo que chamou a atenção na presente pesquisa foi a questão das negociações, do “debate” entre os membros do grupo e do “voto da maioria” a respeito da punição com a “pena capital”. A não centralização das decisões parece acarretar uma maleabilidade em relação às punições. Nos casos narrados, tal maleabilidade implicava questões técnicas, instrumentais - matar alguém pode causar problemas com a polícia -, mas também avaliações morais. Muitos meninos não consideravam “certo” punir com a morte pessoas que deviam dinheiro, usuários. Dessa forma, nem sempre prevaleciam os interesses “comerciais”, da busca desenfreada pelo dinheiro, mas avaliações em relação a categorias de sujeitos considerados mais ou menos “inocentes”. Como explicou Julio, “*não é por qualquer motivo que, que vai e mata alguém*”. Esse parâmetro era compartilhado pela maioria dos interlocutores. Já as falas de Carlos estavam situadas em outro contexto, um contexto no qual era preciso seguir as ordens do Comando para poder ter seu lugar no tráfico, para poder “crescer”, para conquistar a confiança dos patrões e os consequentes benefícios. Dessa forma, a maleabilidade citada e as avaliações morais que nela encontram espaço é um dado que não pode ser generalizado para outros contextos nos quais o tráfico se organiza de forma mais centralizada. Mesmo nesses contextos, seguindo as considerações de Feffermann (2006, p.250), a lógica que regula as decisões não está fora do mundo social, mas “as relações de poder são estabelecidas e legitimadas, tendo como referência os mesmos ícones da sociedade burguesa [...]”. O poder concentra-se na elite que domina os meios de produção e na que acolhe a lavagem de dinheiro. O que há de diferente é que a dominação é explícita (as regras e punições são claras), e não escamoteada.

Nas avaliações dos meninos sobre o que é o “certo” (essa categoria aproxima-se tanto da noção de Bem, como da noção de Verdadeiro), apareceram idéias mais gerais sobre justiça, honestidade, humildade. Uma fala chave, nesse sentido, foi a de Julio: “[...] *eles roubaram junto e em vez de dividir o dinheiro certinho, ser honesto, por mais que esteja no mundo do crime, mas certo é certo, né.*” Na descrição valorada positivamente do “sujeito-homem”, a força de concepções morais gerais ficou bem clara. O “sujeito-homem” não apenas segue as regras compartilhadas, não é somente um sujeito moral, mas um “sujeito ético”: reflexivo, que busca tomar decisões justas, que cumpre o que promete, que respeita os pares e a comunidade à qual pertence (é “humilde”), que não mata ninguém antes de ter certeza de que é necessário.

Em síntese: “é o cara certo do lado errado” (Joe). O modelo para os interlocutores dessa pesquisa, o tipo de pessoa que demonstraram admirar, é esse “sujeito-homem”, e não o “sanguinário”, o “maluco”, que mata sem necessidade, sem nenhum motivo justificável. Pontuo ainda que nas nossas conversas muitos falaram em termos da valorização dos “estudos” e do trabalho formal, bem como do desejo de “mudar de vida”.

Até aqui foram enfatizados os valores que os interlocutores compartilham com a sociedade mais abrangente. Entretanto, é inegável, como desenvolvi no subitem 3.2.2, que esses jovens apresentam uma postura em que há uma naturalização da possibilidade de matar alguém, bem como de ser morto. Acredito que a peculiaridade nesse caso está muito mais na admissão da possibilidade de uma morte trágica, do que da possibilidade de matar. Os jovens pobres que matam uns aos outros, como coloca Bauman (2005), são parte de um processo de resolução local para o problema global da produção de pessoas “refugadas”, “excedentes”, nas sociedades de “modernização retardatária”. Esses jovens são os que fazem o trabalho “sujo”. Não são somente eles que naturalizam as mortes de seus iguais, mas a sociedade “asséptica” como um todo: que não se espanta, que não fica indignada diante de um quadro de genocídio. Em geral, se as situações de violências ficam retidas no “gueto”, elas não causam preocupação, pois não se reconhece “dignidade” alguma nessas vidas que se vão. São, nos termos de Agamben, “vidas nuas”, “vidas matáveis”, “vidas que não merecem viver”. No ponto da admissão e da naturalização do assassinato de jovens – pobres, inscritos no tráfico, homicidas – não há nada de específico, de próprio, de particular, na postura dos interlocutores. Ao contrário, como procurei desenvolver no subitem 3.2.2, essa perspectiva se insere em um contexto geral de produção social de “vidas nuas”. Agamben (2007, p.98) e Bauman (2005, p.45) vão além. Para o primeiro, o elemento político originário **não** é o Contrato (o “pacto social”), mas a “vida nua”. Na implicação da “vida nua” na ordem jurídico-política, o vínculo soberano “tem ele mesmo a forma de uma dissolução ou de uma exceção, na qual o que é capturado é, ao mesmo tempo, excluído, e a vida humana se politiza somente através do abandono a um poder incondicionado de morte”. Com base nos argumentos de Agamben, Bauman afirma que, em toda a era da modernidade, o Estado-nação tem proclamado o direito de presidir a distinção entre ordem e caos, cidadão e “homo sacer”, pertencimento e exclusão, produto útil e refugio. Ainda hoje, tal monopólio permanece incontestado, a despeito do acúmulo de evidências do status ficcional das afirmações de soberania do Estado. Ainda hoje, os Estados-nação “afirmam sua prerrogativa essencial de soberania básica: o direito de excluir”.

A partir dessas considerações, a questão que fica é a seguinte: o problema social dos “meninos em armas” (ATHAYDE; BILL e SOARES, 2005) constitui-se, na medida em que se forma um “mundo do crime”, num “Estado Paralelo”, ou situa-se no próprio Estado que funda sua soberania via direito de excluir, de distinguir cidadão e “homo sacer”?

3.3.2 Comensurabilidade dos “Mundos”

No caso da presente pesquisa, os dados etnográficos levam-nos a pensar mais em termos de interseções, de permeabilidade entre domínios, do que em mundos irreduzíveis, particularistas. É nesse sentido que vem à tona a discussão sobre quais seriam os modelos de interpretação mais adequados a casos como esses, em especial que tipo de ênfase nos ajuda a pensar a respeito de “mundos” que parecem estanques, mas que tanto “conversam”.

No caso do “mundo do crime”, trata-se de um mundo que faz parte de uma determinada sociedade. Trata-se de um tipo de sociedade que se insere no grupo das chamadas “sociedades complexas”, que, de acordo com Gilberto Velho (1994), tem como uma de suas dimensões principais a heterogeneidade cultural, ou seja, a presença de um grande número de domínios sociais e simbólicos, de “mundos”. Nesse sentido, com base na discussão apresentada no item anterior, a idéia não é negar que o “mundo do crime” possui códigos, linguagem, padrões de conduta específicos.⁸⁴ O fato de haver domínios não redutíveis não significa, necessariamente, que eles sejam incomensuráveis, estanques. A questão é que os “mundos” não são estanques, na medida em que os sujeitos transitam entre esses domínios: por vezes, as tomadas de decisão em um mundo pautam-se em valores predominantes em outro mundo. No caso da pesquisa, um exemplo disso são as qualidades do “sujeito-homem” e as noções de justiça, honestidade, humildade. O “mundo do crime” parece incompatível com o “mundo da religião”, como o “caminho de Deus”. Entretanto, ao menos entre os jovens institucionalizados com os quais tive contato, o “sentimento religioso”, as referências a Deus, à sua proteção, ao seu poder de interferência mostraram-se significativos. Paulo, por exemplo, me disse o seguinte: “Deus pode ter me dado uma oportunidade de tá

⁸⁴ Não desejo negar a noção de “relatividade cultural”. A idéia de que os sistemas culturais têm lógicas de funcionamento não redutíveis tem íntima relação com a questão da construção social da realidade, da construção social da “verdade”. Acredito que mesmo quando se enfatiza a comensurabilidade de certos domínios, “mundos” é preciso resguardar essa dimensão da “relatividade da verdade”. Os “mundos” não são estanques, dentre outras coisas, porque suas “verdades” podem sempre ser revistas. Porém, a ênfase na “verdade da relatividade”, especialmente como postura ética e política, pode levar ao ocultamento da questão da construção social da verdade, da “relatividade da verdade”. A ênfase no relativismo pode gerar posturas obscurantistas no campo da ética, como aponta Roberto Cardoso de Oliveira (2004), e reducionistas no campo metodológico, como aponta Michael Fischer (1985).

aqui e não tá morto, né". De forma análoga, muitos explicavam as atitudes de alguns "malucos", "sanguinários", como consequências de pactos com o diabo. No subitem anterior resaltei a comensurabilidade dos "mundos" no plano das avaliações dos interlocutores em relação à punição de morte e também no tocante à perspectiva da matabilidade de certas vidas. Também no plano legalidade versus ilegalidade as fronteiras são muito permeáveis.⁸⁵

Cabe, agora, fazer referência a um possível modelo de análise para situações nas quais predomina a comensurabilidade dos mundos. Ressalto que se trata de um modelo que deve ser encarado como heurístico: foi aplicado em um determinado contexto e, para sua transposição, é preciso levar em conta as particularidades do novo contexto. Trata-se da "Teoria do Valor" ou "Teoria da Hierarquia", desenvolvida por Luis Dumont (1992; 2000a; 2000b), em seu projeto intelectual mais amplo: um estudo comparativo entre o princípio holista que ordena a sociedade de castas na Índia e a ideologia moderna das sociedades individualistas. Para Dumont (2000a), os contrastes entre holismo/individualismo e hierarquia/igualdade mantêm relação de implicação no plano lógico, mas na realidade nem todas as sociedades holistas acentuam a hierarquia no mesmo grau e nem as sociedades individualistas acentuam a igualdade. Trata-se de valores sociais gerais, englobantes, e, num sentido mais amplo, igualdade e hierarquia estão necessariamente combinadas em todo sistema social. Dessa forma, dentro de um determinado sistema, há um valor predominante que engloba o seu contrário. O autor (1992) ressalta que em cada sociedade há uma hierarquia interna dos valores, a realidade não é plana e uniforme - daí a não continuidade entre ideologia (conjunto de idéias e valores comuns) e experiência vivida. Tal modelo, no caso aqui discutido, seria interessante para pensar que, no "mundo do crime", estão presentes valores contrários ao seu traço mais geral: a obtenção de dinheiro por meios ilegais e a qualquer custo, assim como, no "mundo da legalidade", no mundo em que predomina a idéia de "ordem social", há componentes de ilegalidade - basta pensar na livre circulação do dinheiro angariado de forma "ilegal" pelo tráfico ou nas grandes e pequenas contravenções praticadas pelos "cidadãos de bem" (da "realocação" de verbas no âmbito das políticas, passando pelas fotocópias não autorizadas de livros nas universidades, até a compra de CDs ou outros produtos "piratas").

No Brasil, há estudos que se valem do modelo dumontiano para pensar as relações entre grupos populares urbanos, como é o caso do realizado por Luiz F. D. Duarte (1986).

⁸⁵ Bauman (2005, p.81) fala sobre isso em termos de "criminalização do globo e globalização do crime", situação na qual há uma anulação da diferença entre legal e ilegal (livre circulação de dinheiro independentemente de sua origem). Para o autor, diante desse contexto, o conceito de lei só pode ser empregado "sous rapture" (DERRIDA apud BAUMAN, 2005).

Entretanto, a perspectiva desse autor caminha mais no sentido da atribuição e identificação de universos simbólicos específicos das classes sociais. Já no caso do argumento que procurei desenvolver, a ênfase está no aspecto da comensurabilidade, por acreditar que, na discussão no campo das violências, esse aspecto se mostra importante tanto na dimensão teórica (violências são modalidades de relação social), quanto dimensão política (os agentes das violências são sujeitos sociais, morais, e não “monstros”, “desumanos”, “antissociais”).

3.3.3 “Mundo do Crime” como mundo da experiência

Venho argumentando nesta seção que o “mundo do crime” não é estanque em relação ao “mundo da ordem”. Além de ser um domínio não estanque, é produzido e reproduzido por conta de condições sociais, políticas e culturais do “mundo hegemônico”. Entretanto, não se pode desconsiderar que, para os sujeitos, há uma experiência de “estar dentro do mundo do crime”, de estar no “mundão” com tudo aquilo de bom e de ruim que ele gera: dinheiro, mulheres, bens materiais, reconhecimento, poder, risco constante, guerras, mortes, hospital, cadeia. Estar no “mundo do crime” implica, entre outras coisas: a inscrição em uma forma ilegal de “trabalho”, com uma série de obrigações e regras a serem obedecidas; a submissão a um regime de guerra, em que prevalece a condição de “matar ou morrer”; lidar com todas as consequências da opção por esse “mundo”: ter a vida em constante risco; instabilidade (“altos e baixos”); presenciar a morte de amigos, de “irmãos”; matar; “cair” (ser “preso”); morrer.

Para esses jovens, o “mundo do crime” é aquele que prevalece como “mundo da experiência”, no sentido de ser o cenário no qual se movem e que acarreta uma série de implicações em suas vidas, em seus corpos. O que desejo argumentar é que, para eles, há todo o sentido em falar que há “um mundo do crime”. No entanto, no nível da interpretação antropológica, sociológica, é preciso levar em conta as estruturas sociais objetivas que determinam o “campo de possibilidades” para as práticas dos sujeitos (BOURDIEU, 1983; VELHO, 1994). Nesse sentido, o fato de haver para os sujeitos uma experiência de que há um “mundo do crime” em toda a sua concretude não impossibilita a interpretação de que esse “mundo” não é autocontido e de que ele está inserido num contexto maior, que fornece as condições de sua produção.

No momento em que encontrei os meninos, eles estavam fora “do crime”, não por uma decisão pessoal, mas porque tinham “caído”, tinham sido internados por conta de alguma infração à lei. Como desenvolvi no capítulo 2, muitos deles enfatizaram o desejo de “mudar de vida”: arrumar um serviço, estudar, não apenas por considerar que estavam no “caminho

errado”, mas também por considerar que, na vida que levavam, “era só veneno”. Uma vida que dava acesso a bens (materiais e simbólicos) tão importantes para eles a ponto de escolherem esse caminho, apesar do destino que ele reserva. Destino que, de acordo com eles, não é segredo para ninguém: hospital, cadeia, caixão. Se, para eles, há sofrimento na “vida do crime”, e, ainda assim, ela se mostra um caminho, é porque ela permite acessar coisas valiosíssimas.

Esses jovens movem-se no “mundo do crime” não de forma a negar o “mundo hegemônico” (por exemplo no sentido do pertencimento e reconhecimento social via capacidade de consumo), mas de forma a acessá-lo. Como procurei descrever no decorrer da dissertação, “o veneno”, a dor e o sofrimento perpassaram a fala dos meninos. É muito provável que essas experiências de sofrimento tenham também relação com um senso de deslocamento, ainda mais quando em situação de privação de liberdade, como no caso dos interlocutores. Eles foram retirados do crime e colocados em situação de liminaridade. Depois, não se sabe. Aqueles que falaram em “mudar de vida” contam apenas com sonhos e promessas, pois dessa “outra vida” eles quase nada conhecem. E há os que afirmaram que vão voltar para o “mundo do crime”: esses vão continuar a viver “no veneno” para colher migalhas de céu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os caminhos descritos, com as histórias recontadas e analisadas resta sublinhar as principais questões pautadas no trabalho. O teor dessas palavras finais não é conclusivo, mas espera-se que as reflexões aqui delineadas possam fornecer pistas para outras pesquisas na área, bem como para agenciamentos políticos.

Como desenvolvi no primeiro capítulo, no campo de estudos sobre “violências” deparamo-nos com objetos de análise que são considerados problemas sociais. No caso desta pesquisa, o problema social refere-se à alta taxa de mortalidade por homicídio de parte da população jovem do país (a maioria homens, pobres e negros). Para transformar esse problema social em um problema de pesquisa, a opção teórica foi a de analisar essas situações denominadas como violências a partir da sua dimensão vivencial, da experiência de sujeitos sociais cujo cotidiano é permeado por essas situações. Tal tipo de análise configura uma alternativa em relação aos modelos mais disseminados, nos quais predominam os discursos do próprio social: indignação, exterioridade, homogeneização e negatividade, frente a um variado conjunto de fenômenos designados como “violência” (RIFIOTIS, 1997; 1999). No caso da presente pesquisa, buscou-se deslocar o foco do crime para o foco nos sujeitos sociais. O uso das narrativas mostrou-se muito pertinente para realizar esse tipo de análise, ao permitir o acesso aos sentidos, às avaliações, aos valores, aos posicionamentos dos interlocutores em relação aos acontecimentos narrados, em outras palavras, ao possibilitar um “olhar” mais próximo das experiências dos sujeitos.

A pesquisa de campo deu-se em um contexto institucional, no qual os interlocutores cumpriam medidas socioeducativas de privação de liberdade. Como desenvolvi no primeiro capítulo, toda narração é sempre retrospectiva, há uma seleção e uma interpretação das experiências a partir de um ponto de vista localizado no presente. E o presente, no caso dos interlocutores, representava um momento muito peculiar em suas vidas. Estavam privados de liberdade, fora do convívio de familiares e amigos (“irmãos”), com uma rotina muito diferente daquela que tinham fora da instituição, sujeitos a longos períodos de isolamento. Além disso, em uma instituição de privação de liberdade, todos os elementos acima citados, além dos discursos “educativos”, objetivam lembrar aos internos a todo instante que eles se encontram ali por terem cometido atos ilícitos, errados, condenáveis. Assim sendo, os resultados deste trabalho também devem ser pensados em relação a esse contexto específico, no qual os dados foram produzidos. Isso não quer dizer que aquilo que os meninos contaram sobre suas vidas

fora da instituição não seja relevante, mas apenas que as dimensões por eles enfatizadas estão relacionadas com o *lôcus* da pesquisa, com a relação estabelecida entre mim e eles e com as condições específicas em que ocorreu a interação. Se estivessem na rua, por exemplo, é possível que eles destacassem os ganhos que o tráfico de drogas traz e não as perdas, os sofrimentos, as consequências ruins. No primeiro capítulo apontei que foi possível perceber uma mudança de posturas e ênfases quando os interlocutores estavam em grupo (aventura, diversão, mulheres) e quando conversavam a sós comigo (sofrimento, “veneno”). Além disso, também a pauta da pesquisa - histórias sobre homicídios - pode ter encaminhado a conversa para uma dimensão mais ligada às perdas.

Com as considerações explicitadas, passo então a apontar os principais resultados da pesquisa, lembrando que eles são fruto da relação entre teoria e dados etnográficos, de sua mútua imbricação. No tocante ao tema das juventudes, os interlocutores “contam-nos”, como procurei demonstrar, que têm algumas demandas, condições e experiências diferentes em relação aos jovens pertencentes a outras classes sociais (baixa escolaridade; necessidade de trabalhar; saída precoce da casa da família de origem etc). Assim, é preciso sempre lembrar que há diversificadas experiências de “ser jovem” e que um único marcador social não define por si só as vivências dos sujeitos sociais (NOVAES, 2007). Entretanto, tais jovens compartilham muitas das características de sua geração, como a constituição e expressão de identidades via consumo e estilos musicais, vestuário, linguagem. Como descrevi no segundo capítulo, um dos elementos marcantes em relação às motivações para a inserção no tráfico de drogas é o desejo de acesso a determinados bens (consumo) como principal via de reconhecimento social. Nesse âmbito, os desejos, as necessidades, as referências são compartilhadas de forma transclassista. (FEFFERMANN, 2006; SOARES, 2005; BAUMAN, 2005).

Os interlocutores contaram suas histórias a partir de dois principais “pontos de vista”: suas trajetórias em relação ao uso e tráfico de drogas e o desejo de “mudar de vida”. A questão das drogas é uma matriz explicativa compartilhada pela sociedade em geral quando o assunto são os homicídios entre jovens. Porém, as narrativas dos meninos traziam as nuances, a complexidade das situações concretas. Quando narravam situações de homicídios, o pano de fundo era o tráfico. Entretanto, as tomadas de decisão em relação aos homicídios eram perpassadas por valores, avaliações morais, que, muitas vezes, escapavam às “regras” do “mundo do crime”. Ainda no tocante à questão das drogas, os interlocutores falam de um lugar de ambivalência: é por meio das drogas que se “levantam”, mas também é por elas que “caem”; o vício da mãe a retira de casa e a venda de droga passa a ser o sustento; o “trabalho”

no tráfico permite o acesso a bens materiais e simbólicos e a certo tipo de reconhecimento social, mas, por outro lado, pode levar à privação de liberdade, a danos irreversíveis ao corpo ou à morte. Em relação às falas sobre o desejo de mudança de vida, elas fazem muito sentido diante da situação de liminaridade, de “parada obrigatória para pensar”, de cumprimento de punição. Contudo, no caso de alguns interlocutores, esse desejo de mudança não estava relacionado apenas à condição peculiar na qual se encontravam, mas também ao esgotamento em relação à vida que levavam desde pequenos (12, 13 anos).

As situações de homicídios narradas foram agrupadas no segundo capítulo de acordo com os enquadramentos explicativos dos interlocutores em relação aos tipos de mortes: mortes “justificáveis” (punições ao descumprimento de regras compartilhadas ou consequências de situações de “guerras”) e mortes sem “motivos”, não justificáveis. Os meninos não falaram nesses termos - justificáveis e não justificáveis. Tratou-se de uma forma que encontrei para reunir situações semelhantes por eles narradas e que eram contextualizadas da mesma maneira. Entretanto, mesmo não usando os termos acima mencionados, os interlocutores consideravam que alguns casos tinham “motivos” e outros não. Os sujeitos que matavam sem “motivos” foram situados pelos interlocutores como “malucos”, “psicopatas”, “folgados”, “sanguinários”, ou seja, como pessoas fora das fronteiras da normalidade e também da moralidade. Os meninos procuraram dar sentido, explicações para as situações de homicídio das quais fizeram parte, bem como se distanciar dos “malucos”, dos “folgados”. Na apresentação dos “caminhos” teóricos (subitem 1.2.1), apontei que, nos discursos sociais contemporâneos sobre violências, está sempre presente a dimensão da moralidade, dos juízos e das avaliações. Os interlocutores compartilham dessa matriz. Também para eles há pessoas que usam a força de modo não legítimo, que matam sem “motivos”. A procura por explicações para o tipo de situação de homicídios nas quais estavam envolvidos não significa que eles consideram “certo” o que fizeram. Ao contrário, muitos deles disseram que queriam “pagar direitinho” a medida socioeducativa e que estavam internados porque haviam feito “o errado”. O que ficou claro é que eles queriam enfatizar que havia um contexto que dava sentido àquele tipo de acontecimento: ninguém os tinha obrigado a entrar “no crime”, mas, uma vez inseridos nele, era preciso “correr pelo certo” (obedecer às regras compartilhadas) e, em muitas ocasiões, matar para não morrer.

A opção pela análise de narrativas permitiu também identificar a existência de um compartilhamento de uma série de categorias de sujeitos e uma atribuição de valor hierarquizada em relação a esses sujeitos e às suas vidas (o “sujeito homem” como sujeito valorizado e o “verme” como vida que não vale nada - e entre esses pólos várias categorias).

No tocante à eliminação de vidas alheias, a visão da pessoa a ser morta como “verme”, como vida que nada vale, provavelmente atenua os efeitos psicológicos, emocionais e morais, como ocorreu no caso de Bob, que disse ter ficado traumatizado ao matar um “conhecido” a mando de um traficante e, ao mesmo tempo, não ter sentido remorso após ter matado o traficante que desejava tirar-lhe a vida. É preciso também refletir sobre a possibilidade de que essa “hierarquia do valor diferencial” dos sujeitos e um regime de “guerra” que marca o cotidiano dos jovens inseridos no tráfico sejam elementos que atuam fortemente na percepção que esses jovens demonstram em relação às suas vidas e às vidas daqueles que eles geralmente matam. Trata-se de uma percepção marcada pela “normalidade”, de matar, bem como de morrer assassinado: são matáveis as vidas dos “inimigos”, assim como é “matável” a própria vida.

E essas vidas “matáveis” são também vividas “no veneno”. Essa categoria, ligada especialmente às situações difíceis, que geram sofrimento, mostrou-se central nas histórias contadas. Histórias sobre homicídios, mas, em especial, histórias sobre vidas. Também quando os meninos falaram a respeito da “vida no crime” o que sobressaiu foi a dimensão dos riscos, das dificuldades, da instabilidade à qual estavam sujeitos na época do “envolvimento”. A possibilidade de desabafar, de colocar para fora o “veneno”, acabou por se tornar uma das principais motivações ou um dos principais efeitos da interlocução com os meninos. Muitos deles explicitaram que tinha sido muito bom “desabafar”. Do ponto de vista analítico, a comparação de Carlos entre o desabafo no “gatilho do revólver”, na “estocada” (perfurar alguém com objeto cortante) e o desabafo via narração, via conversa, leva a pensar que, em ambos os casos, se trata de uma forma linguagem, de uma forma de expressão. Para esse jovem, tanto a “violência” como a narração ajudam a colocar para fora revoltas, raiva, angústias. Ele diz, no final do nosso diálogo, que conversar “leva a mais”, deixa mais “às pampa” (mais tranquilo) do que estocar. Dessa forma, é preciso pensar em formas de estender o campo das modalidades de expressão desses sujeitos, de maneira que as violências não figurem como única, ou como a mais óbvia, possibilidade.

Na experiência de campo, a interlocução em termos de escuta, trouxe à tona uma demanda dos meninos que participaram da pesquisa por espaços desse caráter. No âmbito político, a importância que eles concederam ao desabafo leva à reflexão de que seria muito importante se as instituições de cumprimento de medidas socioeducativas propiciassem espaços em que esses jovens pudessem se expressar, seja coletivamente, seja individualmente. Porém, como já pontuei, tudo o que eles falam é remetido a um relatório, o que, provavelmente, inibe sobremaneira sua abertura em relação aos funcionários das instituições (psicólogos, educadores). Parece revelar-se um campo de atuação para as próprias

instituições, ainda que sua escuta esteja sempre situada em um lugar de controle. Não se trata aqui de uma proposta e sim da explicitação de uma demanda que a pesquisa pôde identificar.

A ênfase na questão do sofrimento, do “veneno”, traz à tona uma importante dimensão da vida desses jovens que, em geral, é pouco visibilizada. Quando pensamos em jovens “envolvidos” com o tráfico, o que vem mais facilmente à mente é o “*ethos* guerreiro” (ZALUAR, 1995), a virilidade, a coragem, as guerras. Ao menos é isso o que eu pensava antes de realizar a pesquisa. Tanto é que pensava em relacionar violências e masculinidades. Porém, novamente deparo-me com sujeitos que me fazem rever meus pressupostos. Os meninos com quem dialoguei no TCC me disseram que “os homens também têm o direito de chorar”. Eram os mesmos meninos que me falavam fascinados sobre filmes de guerras e fuzis e que me contavam coisas sobre o tráfico de drogas. O que aprendi com eles é que, mesmo no contexto de uma configuração de masculinidade marcada por valores ligados ao “*ethos* guerreiro”, pode ter lugar valores contrários aos predominantes. E, com os meninos que me contaram narrativas de homicídios, aprendi que os “guerreiros” também sofrem. Sofrem ao ver situações difíceis na família, sofrem ao presenciar a morte de um amigo assassinado, sofrem ao lembrar de pessoas que mataram ou que ajudaram a matar, sofrem com o trabalho nas madrugadas, sofrem por estarem privados da liberdade. Como já ressaltai, em geral, eles não se colocaram como vítimas. Falaram da inserção no tráfico como uma atitude livre, consciente, bem como se responsabilizavam pelos próprios atos. A visibilidade do sofrimento desses jovens, diferente da ênfase na “vitimização”, desloca também as questões que se referem às possibilidades de intervenção social. Eles se inscrevem no tráfico sabendo que as consequências são “hospital, cadeia, caixão”. A “vida fácil” é uma vida cheia de “trabalho precário”, de regras rígidas (um deslize pode levar à morte), de risco constante, de surras e humilhações, de “guerras”, de velórios de “irmãos”, de “aprofundamento” na dependência das drogas. A questão é que, apesar de tudo isso, “essa vida” se mostra como o melhor caminho para muitos jovens. É preciso pensar o quão importante são os ganhos materiais e simbólicos que o tráfico proporciona para que, apesar das dificuldades, dos sofrimentos, das perdas, das consequências, o que predomine é a situação descrita por Ângelo: “tipo, morreu um hoje no crime já tá entrando mais dois no vago, tá ligado”.

Para finalizar, lembro que, para uma reflexão nesse sentido, pensar no “mundo do crime” como um mundo à parte tende ser uma saída confortável politicamente e estéril teoricamente. Neste sentido, são fundamnetais os agenciamentos dos sujeitos e a forma como eles transitam entre domínios da realidade social. Além disso, como procurei argumentar, a produção de “vidas nuas”, “matáveis”, “refugadas”, “desperdiçadas” dá-se no âmbito das

sociedades “democráticas-capitalistas” contemporâneas, por conta de processos sociais abrangentes, como os descritos por Bauman (2005) e Agamben (2007). O meu desejo é que este trabalho possa trazer algumas pistas para a reflexão e para a ação, em especial, no sentido de tornar mais escassas as histórias sobre homicídios entre jovens e as vidas vividas “no veneno”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas juvenis**: punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Scritta, 1994.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

ARENDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *Pensamento e considerações morais*. In: _____. **A dignidade da política**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ATHAYDE, Celso; BILL, MV; SOARES, Luiz Eduardo. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

BARREIROS, Elias. **A vila tem valor**: hierarquia e igualdade entre jovens de grupos populares participantes de políticas públicas na cidade de Londrina (PR). Florianópolis. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005

BENJAMIN, Walter. *Critique of Violence*. In:_____. **Reflections**: essays, aphorisms, autobiographical writings. NY: A Harvest/HBJ Book, 1978.

_____. *O narrador*. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In:_____. **Magia e Técnica, Arte e Política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. Volume 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BOURDIEU, Pierre. *Esboço de uma teoria da prática*. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Sociologia**: Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1983.

BRIGGS, Charles .L. **Learning how to ask.** A sociolinguistic appraisal of the role of the interview in social science research. Cambridge University Press, 1986.

BRUCKNER, Pascal. **A Tentação da inocência.** Rio de Janeiro: Rocco. 1997

BRUNER, Edward M. *Ethnography as Narrative.* In: TURNER, Victor W.; BRUNER, Edward M. **The Anthropology of Experience.** University of Illinois Press. Urbana and Chicago, 1986.

CARDOSO, Vânia Z. *Narrar o mundo: estórias do povo da rua e a narração do imprevisível.* In: **Mana**, 2007.

_____. (Org.). **Diálogos Transversais em Antropologia.** Florianópolis: UFSC/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2008.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Antropologia e moralidade.* In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**, n° 24, 1994.

_____. *O trabalho do Antropólogo: Olhar, ouvir, Escrever.* In: **O Trabalho do Antropólogo.** Brasília: Paralelo15, 1998.

_____. *O Mal-Estar da Ética na Antropologia Prática.* IN: VICTORA, Ceres *et alii.* (Orgs.). **Antropologia e Ética: O debate atual no Brasil.** Niterói: Ed. UFF, 2004.

CECHETTO, Fátima Regina. **Violência e estilos de masculinidade.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade Contra o Estado: Pesquisas de Antropologia Política.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

CLIFFORD, James. *Introduction: Partial Truths.* IN: CLIFFORD, James e MARCUS, George E. (orgs). **Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography.** Berkeley: University of California press, 1986.

DELEUZE, Gilles. *Post-scriptum sur les sociétés de contrôle.* In: **L 'autre journal**, n°1, mai, 1990.

DERRIDA, Jacques. **Força da Lei.** Coleção Tópicos. Martins Fontes, 2007.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da Cultura e da Violência:** gangues, galeras e movimento hip hop. São Paulo: Annablume, 1998.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo.** Lisboa: Edições 70, 1991.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. **Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas.** 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

DUMONT, Louis. *Prefácio e Introdução.* In: **Homo Hierarchicus:** o sistema das castas e suas implicações. São Paulo: EDUSP, 1992.

_____. *Um estudo comparativo da ideologia moderna e do lugar que nela ocupa o pensamento econômico.* In: **Homo Aequalis:** gênese e plenitude da ideologia econômica. Bauru: EDUSC, 2000 a.

_____. *Introdução.* In: **O individualismo:** uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2000b.

ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luiza C. *A narrativa e a captura do movimento da vida vivida.* **Illuminuras** Revista Eletrônica do BIEV/PPGAS/UFRGS, v. 9, 2004.

FAUSTO, Carlos. *Esboço de uma teoria da guerra.* In: FAUSTO, Carlos. **Inimigos Fiéis:** história, guerra e xamanismo na Amazônia. São Paulo: Edusp, 2001.

FEFFERMANN, Marisa. **Vidas arriscadas.** O cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

FELDMAN, Allen. **Formations of Violence.** Chicago: University of Chicago Press, 1991.

FISCHER, Michael M. J. *Da Antropologia Interpretativa à Antropologia Crítica.* In: **Anuário Antropológico 8.** Brasília, 1985.

GEERTZ, Clifford. *Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico.* In: **O saber local:** novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1999.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GROSSI, Miriam P. *Na busca do “outro” encontra-se a “si mesmo”. Repensando o trabalho de campo a partir da subjetividade do(a) antropólogo(a)*. In: **Trabalho de campo e subjetividade**. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1992.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HARTMANN, Luciana. *As narrativas pessoais e a constituição dos contadores de causos como sujeitos*. In: FISCHMAN, Fernando; _____. (Orgs.). **Donos da Palavra: Autoria, performance e experiência em narrativas orais na América do Sul**. 1 ed. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, v. 1, 2007.

KATZ, Jack. **Seductions of crime**. Moral and sensual attractions in doing evil. New York: Basic Books, 1988.

LANGDON, Esther Jean. *DAU*. In: **Religião, Magia ou Feitiçaria**. O Pensamento Antropológico sobre o Xamanismo. Trabalho apresentado para o Concurso de Professor Adjunto na Universidade Federal de Santa Catarina (cópia de versão impressa), 1988.

_____. *A Fixação da Narrativa: Do Mito para a Poética de Literatura Oral*. **Horizontes Antropológicos**. Ano 5, No. 12. pp. 13-37, 1999.

_____. *Dialogicalidade, Conflito e Memória na Etno-história dos Siona*. In: FISCHMAN, Fernando; HARTMANN, Luciana. (orgs.). **Donos da Palavra: Autoria, performance e experiência em narrativas orais na América do Sul**. 1 ed. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, v. 1, 2007.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *A eficácia simbólica*. In: **Antropologia Estrutural I**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

MAFFESOLI, M. **Dinâmica da Violência**. São Paulo: Editora dos Tribunais, 1987.

_____. **A parte do diabo**. Resumo da subversão pós-moderna. São. Paulo: Editora Record, 2004.

MALUF, Sônia W. *Antropologia, Narrativas e a busca de sentido*. In: **Horizontes Antropológicos**. Ano 5, No. 12. pp. 13-37, 1999.

MARTUCELLI, Danilo. *Reflexões sobre a violência na condição moderna*. In: **Tempo Social**. Revista Sociologia USP. São Paulo (11)1: 157-175. maio, 1999.

MEAD, Margaret. **Le fossé des générations**. Paris: Denoël/Gonthier, 1979.

MOORE, Henrietta L. *Anthropological Theory at the Turn of the Century*. In: H. Moore (Org.), **Anthropological Theory Today**. London: Polity Press, 1999.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral: uma polêmica**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NOVAES, Regina. **Juventude e sociedade: jogos de espelhos**. Florianópolis: mimeo, 2007. (Texto apresentado na conferência: 'Políticas Públicas de Juventude: o que há de novo?', em 20 de setembro de 2007 na UFSC)

OCHS, Elinor. *Narrativa*. In: **El discurso como estructura y proceso**. Estudios del discurso: introduction multidisciplinaria. Gedisa, 2000.

ORTNER, Sherry B. *Theory in Anthropology since the sixties*. In: **Comparative Studies in Society and History**, v. 26, n. 1, 1984.

PEIRANO, Mariza G.S. *Onde está a antropologia?* In: **Mana** vol.3 n.2 Rio de Janeiro, 1997.
PROUT, Alan. **Reconsiderar a Nova Sociologia da Infância**: para um estudo interdisciplinar das crianças. Ciclo de Conferências em Sociologia da Infância, 2003/2004.

RIFIOTIS, Theophilos. *Grupos etários e conflito de gerações: bases antropológicas para um diálogo interdisciplinar*. **Revista Política e Trabalho** (Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFPB), nº 11, set, 1995.

_____. **Nos campos da violência**: diferença e positividade. Antropologia em Primeira Mão. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, UFSC (19)1-30, 1997.

_____. *Violência policial na imprensa de São Paulo. O leitor-modelo no caso da Polícia Militar na Favela Naval (Diadema)*. **Revista São Paulo em Perspectiva** (Fundação Seade, São Paulo), 13 (2): 28-41, 1999.

_____. *Alice do outro lado do espelho: revisitando as matrizes das violências e dos conflitos sociais*. **Revista de Ciências Sociais**. v.37 n.2, 2006.

_____. *Violência e poder: avesso do avesso?* In: NOBRE, Renarde F (Org.). **O poder no pensamento social: dissonâncias do mesmo tema.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

RODRIGUES, TIAGO N. H.e.C. **Contando as violências.** Estudo de narrativas e discursos sobre eventos violentos em Florianópolis (SC). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

ROSA, Pablo Ornelas. **Pedagogia punitiva:** dos discursos pedagógicos às práticas punitivas das medidas sócio-educativas privativas de liberdade. Florianópolis. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, 2008.

ROSALDO, Renato. *Ilongot Hunting as Story and Experience.* In: TURNER, Victor W.; BRUNER, Edward M. **The Anthropology of Experience.** University of Illinois Press. Urbana and Chicago, 1986.

_____. *Narrative Analysis.* In: **Culture and Truth: The Remaking of Social Analysis.** Boston: Beacon Press, 1993.

SAFRANSKI, Rüdigger. **Nietzsche,** biografia de uma tragédia. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

SEEGER, Anthony; DA MATTA, R.; CASTRO, E. V. de. *A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras.* In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (Org). **Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.

SIMMEL, George. A natureza sociológica do conflito/Conflito e estrutura do grupo. In: SIMMEL, George. **Coleção Grandes cientistas sociais.** São Paulo: Atica, 1983.

SOUZA, Jessé. (Org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

VARGAS, Eduardo Viana. *Drogas: armas ou ferramentas?* In: MINAYO, Maria Cecília; COIMBRA, Carlos (Orgs.). **Críticas e atuantes:** ciências sociais e humanas em saúde na América Latina. 1 ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005, v.1.

VELHO, Gilberto (Org.). **Desvio e Divergência:** uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

_____. **Projeto e metamorfose:** antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VERONESE, Josiane Rose Petry & VIEIRA, Cleverton Elias. **Limites na Educação:** Sob a perspectiva da Doutrina da proteção Integral, do Estatuto da Criança e do Adolescente e da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Florianópolis: OAB/SC Editora, 2006.

VÍCTORA, Ceres; OLIVEN, Ruben George; MACIEL, Maria Eunice; ORO, Ari Pedro. (Orgs.) **Antropologia e Ética:** O debate atual no Brasil. Niterói: Ed UFF, 2004.

VICTORA, Ceres *et alii*. (Orgs.). **Antropologia e Ética: O debate atual no Brasil.** Niterói: Ed. UFF, 2004.

VIEIRA, Danielli. *O “olhar” do universo infantil sobre as violências: saberes, discursos e outras formas de expressão de crianças de um morro de Florianópolis/SC.* In: GROSSI, M., HEILBORN, M.L, & MACHADO, L.Z (Org). **Antropologia e direitos humanos 4.** Blumenau: Nova letra, 2006.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência nos Municípios Brasileiros.** Brasília. Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI: Gráfica Brasil, 2007.

WEBER, Max. *A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais.* In: Cohn, Gabriel (Org.) **Sociologia:** Max Weber. São Paulo: Ática, 1983.

WHITE, Hayden. *The Value of Narrativity in the Representation of Reality.* In: MITCHELL, W. J.T. (Org). **On Narrative.** Chicago: University of Chicago Press, 1981.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do Diabo:** as classes populares urbanas e a lógica do ferro e do fumo. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

_____. *Violência e Crime. O que ler na Ciência Social brasileira.* Antropologia (1970-1995). São Paulo; Brasília: Sumaré; CAPES, 1999.

ANEXOS

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Pesquisa de Dissertação de Mestrado: *“Vivendo no veneno”*: análise de narrativas contadas por jovens sobre homicídios em SC.

ESCLARECIMENTO DA PESQUISA

Pesquisadora: Danielli Vieira danivieira84@hotmail.com
INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Orientador: Theophilos Rifiotis

A pesquisa tem como foco narrativas sobre homicídios que envolvem jovens em SC. A análise centra-se na dimensão vivencial desses eventos, nas trajetórias de vida dos jovens em questão. Busca-se pensar o fenômeno a partir dos sujeitos sociais que narram. Os interlocutores são jovens que participaram de situações envolvendo homicídios (que tentaram, praticaram ou sofreram atentados) ou ainda que ouviram relatos de amigos ou conhecidos. Nas últimas décadas homens jovens com idade de 15 a 24 anos representam tanto a maior parte de vítimas bem como de vitimadores nas situações de homicídio no Brasil. Tais dados indicam uma situação alarmante que vem marcando a estrutura demográfica do país: há um déficit de jovens na sociedade brasileira – fenômeno só verificado nas estruturas demográficas de sociedades que estão em guerra. O procedimento metodológico para a recolha das narrativas será o de conversas em grupo e individuais (narradora/entrevistada e pesquisadora).

PROCEDIMENTOS ÉTICOS

- Todas os entrevistados serão previamente informados a respeito da identidade da pesquisadora e dos objetivos da pesquisa e interlocução
- A pesquisadora se compromete a resguardar as identidades dos entrevistados tendo em vista o caráter delicado da pesquisa em questão (nenhum dado que remeta a identidade dos sujeitos será publicado, de forma a proteger a integridade física/moral dos sujeitos bem como garantir a não utilização de tais narrativas para outros fins que não os estritamente ligados aos objetivos da pesquisa)
- As conversas/entrevistas serão gravadas com a devida permissão de cada entrevistado. Tais gravações serão apagadas após sua transcrição
- Os entrevistados não assinarão este documento, de forma a proteger suas identidades. Seu consentimento será oferecido oralmente e diretamente à pesquisadora. A instituição responsável pelas jovens fará a mediação do processo de entrevista e assinará este documento como forma de testemunho da idoneidade da pesquisa e pesquisadora.

Danielli Vieira. Pesquisadora

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que li as informações do **TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO** sobre a pesquisa, que me sinto esclarecida sobre o conteúdo da mesma, assim como a respeito dos procedimentos éticos.

(Assinatura do responsável pela instituição e/ou pelo acompanhamento da pesquisa)

ANEXO B

LETRAS DE RAP

Detrás de uma cela

(Ângelo)

Cercado por paredes, e detrás de uma cela

CIP ou cadeia, coração amargurado
À noite a mente pesa, com lembranças do passado

Eu tô ligado, pois hoje eu dou valor à minha liberdade
Porque até o céu, vejo detrás das grades
Olhando para a lua, brilhando reluzente
Lembro dos irmãos, e a rua vem na mente
Lembro também dos antigos aliados
No caso o B., A, considerados

Mas escuta só, guerreiro
E conheça o meu passado
Tinha drogas, dinheiro e andava sempre ligado
Na noite, na calada, andando encanhãozado
Mas por isso estou aqui
Mais um favelado
Antigo guerrilheiro que agora tá trancado

Mas tenho fé em Deus e vou seguindo meu caminho
Pois sei que quando eu sair, não vou estar sozinho
Pois hoje quem me guia é Jesus, o meu Senhor
E pra ele não importa raça ou cor
Pois ele está contigo, nos becos, nas vielas
E também está comigo, aqui detrás de uma cela.

A vida de um detento

(interno de um CIP que participou apenas da conversa em grupo)

Aqui estou mais um dia na humildade
Vivendo o dia-a-dia atrás das grades
Longe da família, coração amargurado
Pelo tempo perdido da vida

Na vida de um detento, só sofrimento
No momento, só veneno
Eu tô ligado, aqui dentro muitos aliados

Tento esquecer o passado

Um pensamento: só Jesus pode me dar um bom exemplo
 Uma vida de amor, sem guerra e sem dor
 Jesus nos conduz, com seus anjos de luz
 Cidade sinistra, na madrugada um safado é morto a facada

A minha vida

(mesmo interno de um CIP)

A minha vida é sofrida, mas quero mudar
 Sonora forma de pensar
 Mas quero te mostrar que essa vida é ilusão
 Se liga irmão, pra não acabar dentro de um caixão

Aqui atrás das grades, pensando na irmandade
 Ao mesmo tempo penso e tenho um sonho
 De uma vida de humildade

Sem título

(Joe e C)

Aqui no
 É puro, é só veneno
 Minha coroa tá lá em casa
 Entrando em desespero
 Ela nem acredita que eu tô numa pior
 Não vejo a hora de ir pra casa
 Ver minha mulher, meu moleque, meu de menor
 Pode acreditar, é só veneno sim
 Talvez a lili vai cantar pra mim
 E pros irmãos que estão no veneno
 Mas que também não tãõ no desespero

Aí, C, fica calmo
 Não apavore
 O veneno vai passar, a qualquer hora
 Tem um ditado que diz:
 "Coração de vagabundo bate na sola do pé"
 Mas o problema é que ele bate, né
 Quando eu era pequeno, meu pai me batia
 Olhava em meus olhos e ainda ria
 Mamãe me dizia, Joe deixa quieto
 Mas agora eu cresci, pode crer, o papo é reto
 Entrei no sistema, mas eu corro pelo certo
 Sentado aqui, eu não tenho um amigo

Só meus irmãos, que falam que fecham comigo
Sou Joe MC, superior...
Tenho orgulho, bato no peito
Pois quem não deve, não treme
Não tenho medo de ninguém
Se fode, não tenho dó
Ando sozinho, não, não, com os irmão do lado
[...]
O sistema me criou, agora segura
O clima é pesado, o clima é tenso
Aqui em
Fiquei aliado de vários detentos
Minha mulher com o meu moleque
Passando dificuldade
Ninguém merece
Pensei em pedir a Deus
Pra ele me ajudar, por favor
Eu sei, pois eu creio
E tenho muita fé no Senhor
Eu sei que eu errei, por isso estou aqui
Não quero esse sofrimento pra você e nem pra mim
Essa é a nossa história, do....e do....
Terminamos por aqui
Esperamos que nos entenda
Pra que depois não se arrependa
Ladrão